

FABIANA APARECIDA DOS SANTOS NONATO

**OS EFEITOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO
MUNICÍPIO: O CASO DE TIRADENTES - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Wesley Silva Xavier

Coorientadora: Fernanda Cristina da Silva

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

Nonato, Fabiana Aparecida dos Santos, 1979-
N812e Os efeitos da atividade turística na formação socioespacial
2021 do município : o caso de Tiradentes -MG / Fabiana Aparecida
dos Santos Nonato. – Viçosa, MG, 2021.
124 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Wescley Silva Xavier.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 113-119.

1. Turismo - Tiradentes (MG) . 2. Políticas públicas.
3. Turismo e planejamento urbano. 4. Gentrificação.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em
Administração. II. Título.

CDD 22. ed. 338.47918151

FABIANA APARECIDA DOS SANTOS NONATO

**OS EFEITOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO
MUNICÍPIO: O CASO DE TIRADENTES - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 23 de fevereiro de 2021.

Assentimento:



Fabiana Aparecida dos Santos Nonato
Autora



Wesley Silva Xavier
Orientador

*A Deus,
aos amigos e familiares que colaboraram para
que esse sonho se tornasse realidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Nossa Senhora de Piedade e Nossa Senhora Aparecida que intercedeu por mim durante minha caminhada no mestrado.

Aos meus familiares, aos amigos pela força, incentivo e por me acompanharem nessa jornada.

Ao meu orientador Wesley pelo apoio e oportunidade de aprendizado. Você foi uma pessoa compreensível diante das minhas dificuldades em estudar e trabalhar durante o mestrado. Sou grata por ter me aceitado como sua orientanda diante destas condições. Estou certa de que ser sua orientanda foi um privilégio.

À minha co-orientadora Fernanda, pela atenção e disponibilidade que foram fundamentais desde o início desta pesquisa.

Ao professor Magnus Emmendoerfer pela atenção e valiosas contribuições para a conclusão deste trabalho.

À querida Simone Martins que foi fundamental e me incentivou a fazer o mestrado e a todos os professores do mestrado e servidores do Departamento de Administração que foram essenciais em todo o processo.

Aos colegas do mestrado, em especial Elias Mediotte, ao Gabriel Sunsi (graduando em ADM), que foram apoiadores e tanto contribuíram para a realização deste trabalho.

À querida amiga Nanci que me acolheu com muito carinho em sua casa nos dias que precisava me hospedar em Viçosa. Espero um dia poder retribuir o que você fez por mim!

À cidade de Tiradentes-MG, ao Carlos Moraes, Rogério Almeida, ao César Reis, aos empresários, representantes do poder público e moradores de Tiradentes. Vocês foram fundamentais na realização desta pesquisa. Sou grata pela atenção e acolhida.

À cidade de Viçosa que me conquistou. Assim como minha terra natal (Ouro Preto) faz morada no meu coração.

À Universidade Federal de Viçosa e à Universidade Federal de Ouro Preto, duas instituições respeitadas e altamente conceituadas ao qual tive o privilégio de cursar. Orgulho-me de ser UFV (Mestrado em Administração) e UFOP (Bacharel em Turismo e Especialização em Gestão Pública). Estas instituições fazem parte da minha formação pessoal e profissional.

O presente trabalho foi realizado com o apoio a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Voar, voar, subir, subir. Ir por onde for. Descer até cair, ou mudar de cor. Anjos de gás, asas da ilusão. E um sonho audaz feito um balão ... (BYAFRA- O Sonho de Ícaro).

RESUMO

NONATO, Fabiana Aparecida dos Santos Nonato, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2021. **Os efeitos da atividade turística na formação socioespacial do município: o caso de Tiradentes - MG.** Orientador: Wesley Silva Xavier. Coorientadora: Fernanda Cristina da Silva.

Este estudo objetivou compreender os efeitos da atividade turística na formação socioespacial de Tiradentes – MG. Foi realizada uma revisão de literatura sobre a concepção de lugar, espaço e território; sobre a relação da produção do espaço e o turismo; os efeitos da atividade turística na formação socioespacial; a Política Pública de Turismo no Brasil e a relação com a dimensão espacial. Face aos seus objetivos, a pesquisa classifica-se como qualitativa e descritiva. A coleta de dados correspondeu à pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas, utilizando-se de um roteiro dividido em cinco blocos, de acordo com a natureza dos respondentes: técnicos do IPHAN da subseção de Tiradentes, representantes do poder público municipal, empresários, população local e Conselho Municipal de Turismo. Para a seleção dos entrevistados foi utilizada a técnica “bola de neve”. A técnica empregada para a interpretação dos dados foi a análise de conteúdo, baseada em Bardin (2011). Quanto ao método da investigação, utilizou-se o estudo de caso, sendo a cidade de Tiradentes- MG adotada como o caso particular. Assim, a pesquisa de campo possibilitou a compreensão dos efeitos da atividade turística na formação socioespacial de Tiradentes, tornado-se evidentes como aspectos negativos: a gentrificação turística, especulação imobiliária, desterritorialização e (re)territorialização, novos usos dos espaços e das edificações, perda de parte da identidade cultural, segregação socioespacial, saudosismo e recriação de valores, e como aspectos positivos: emprego e renda para a população e preservação do patrimônio edificado. Observa-se que a população local não participa de forma ativa das decisões políticas de turismo, sendo necessário seu maior envolvimento. O empresário e poder público local são atores dominantes que exercem influência nas decisões tomadas. Esta situação reflete na estruturação das políticas de turismo, bem como nas diretrizes preservacionistas do patrimônio que estão pautadas para o consumo e desenvolvimento do turismo na cidade. Por fim, identifica-se a necessidade de uma governança local forte e atuante na estruturação de políticas de turismo pautadas nas questões territoriais, minimizando os efeitos socioespaciais do turismo em Tiradentes.

Palavras-chave: Turismo. Política Pública. Formação socioespacial. Turistificação. Gentrificação. Tiradentes (MG)

ABSTRACT

NONATO, Fabiana Aparecida dos Santos Nonato, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2021. **The effects of tourist activity on the socio-spatial formation of the municipality: the case of Tiradentes - MG.** Advisor: Wesley Silva Xavier. Co-advisor: Fernanda Cristina da Silva.

This study aimed to understand the effects of tourist activity on the socio-spatial formation of Tiradentes - MG. A literature review was carried out on the concept of place, space and territory; about the relationship between space production and tourism; the effects of tourist activity on socio-spatial training; the Public Policy of Tourism in Brazil and the relationship with the spatial dimension. In view of its objectives, the research is classified as qualitative and descriptive. Data collection corresponded to bibliographic, documentary research and semi-structured interviews, using a script divided into five blocks, according to the nature of the respondents: IPHAN technicians from the Tiradentes subsection, representatives of the municipal government, businessmen, the population and the Municipal Tourism Council. For the selection of respondents, the “snowball” technique was used. The technique used for data interpretation was content analysis, based on Bardin (2011). As for the investigation method, the case study was used, and the city of Tiradentes-MG was adopted as the particular case. Thus, field research made it possible to understand the effects of tourist activity on the socio-spatial formation of Tiradentes, becoming evident as negative aspects: tourist gentrification, real estate speculation, deterritorialization and (re) territorialization, new uses for spaces and buildings, loss of part of cultural identity, socio-spatial segregation, nostalgia and recreation of values, and as positive aspects: employment and income for the population and preservation of the built heritage. It is observed that the local population does not actively participate in the political decisions of tourism, requiring their greater involvement. Entrepreneurs and local public authorities are dominant actors who exert influence on decisions made. This situation is reflected in the structuring of tourism policies, as well as in the heritage preservation guidelines that are guided by the consumption and development of tourism in the city. Finally, it identifies the need for strong local governance and active in structuring tourism policies based on territorial issues, minimizing the socio-spatial effects of tourism in Tiradentes.

Keywords: Tourism. Public policy. Socio-spatial training. Touristicization. Gentrification. Tiradentes (MG)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Agentes do processo de turistificação.....	27
Figura 2 – Localização de Tiradentes no mapa do Estado de Minas Gerais.....	43
Figura 3 – Divisa com os municípios de São João Del Rei, Coronel Xavier Chaves, Prados e Dores de Campos.....	43
Figura 4 – Perímetro Urbano de Tiradentes.....	45
Figura 5 – Núcleo inicial de Tiradentes.....	56
Figura 6 – Núcleo inicial em torno da Matriz de Santo Antônio.....	56
Figura 7 – Traçado urbano com a Matriz de Santo Antônio.....	57
Figura 8 – Casario da Rua da Câmara.....	58
Figura 9 – Visita dos modernistas à cidade de Tiradentes - s/d.....	59
Figura 10 – Situação das edificações - 1940.....	60
Figura 11 – Casarão da Rua Direita – 1974.....	60
Figura 12 – Foto do Centro Histórico – 1970.....	61
Figura 13 – Mapa panorâmico do território de Tiradentes.....	63
Figura 14 – Ocupação cronológica de Tiradentes (1702-205).....	64
Figura 15 - As duas centralidades de Tiradentes.....	65
Figura 16 – Casas antigas à venda no centro histórico – Rua Direita.....	66
Figura 17 – Centro comercial para moradores.....	66
Figura 18 –Comércio do centro histórico – Rua Direita.....	66
Figura 19 – Uso das edificações no centro histórico.....	68
Figura 20 - Largo das Forras – Década de 1940.....	69
Figura 21 – Largo das Forras – Largo das Forras – 2019.....	69
Figura 22 – Períodos das atividades econômicas em Tiradentes.....	70
Figura 23 – Casarão no centro histórico transformado em comércio.....	79
Figura 24 – Elementos de referência da área delimitada.....	84
Figura 25 – Divisão do território de Tiradentes em setores.....	85
Figura 26 – Intervenção no Largo das Forras.....	87
Figura 27 - Bikefest – Lago das Forras.....	87
Figura 28 - Categorias de análise e indicadores para compreensão dos efeitos socioespaciais da atividade turística em Tiradentes.....	93
Figura 29 – Mostra de Cinema – 28ª Edição.....	98
Figura 30 – Festival Gastronômico – Edição 2019.....	98
Figura 31 – Vista aérea geral dos bairros.....	100
Figura 32 - Faixa de ocupação do Condomínio Quinta Imperial e o Santíssimo Resort.....	100
Figura 33 – Bairro Mococa (Recanto da Serra).....	101
Figura 34 – Bairro Alto da Torre.....	101
Figura 35 – Casa à venda no centro histórico.....	102
Figura 36 – Casa enfeitada para a passagem da procissão da Santíssima Trindade.....	104
Figura 37 – Divulgação do trajeto da procissão.....	104
Figura 38 – Crianças brincando no centro histórico.....	105
Figura 39 – Banda Tradicional – família Ramalho.....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Efeitos positivos e negativos do turismo.....	31
Quadro 2 – Objetivos da Política de Turismo.....	34
Quadro 3 – Agenda Pública de Turismo Brasileira.....	36
Quadro 4 – Trabalhos científicos utilizados na pesquisa e relacionados ao tema.....	46
Quadro 5 – Descrição dos documentos analisados.....	47
Quadro 6 – Descrição do bloco de entrevistas.....	48
Quadro 7 – Participantes da pesquisa	49
Quadro 8 – Etapas da Análise de Conteúdo.....	52
Quadro 9 – Objetivos específicos e procedimentos da pesquisa.....	53
Quadro 10 – Transferências ICMS Turístico Tiradentes.....	75
Quadro 11 – Principais pautas discutidas no COMTUR de Tiradentes (2016-2018).....	77
Quadro 12 – Aspectos identificados em Tiradentes.....	107

LISTA DE SIGLAS

ASSET	Associação dos Empresários de Tiradentes
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
CTs	Circuitos Turísticos
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGT	Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes
IPHAN	Instituto do Patrimônio Artístico Nacional
MTur	Ministério do Turismo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDPT	Plano Diretor Participativo de Tiradentes
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PRODETUR – NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural
SETUR – MG	Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1. Lugar, Espaço e Território: breves concepções e a relação com o turismo.....	16
2.2. A produção do espaço e a relação com o turismo.....	20
2.2.1. Os efeitos da atividade turística na formação socioespacial.....	25
2.3. A Política Pública de Turismo no Brasil e a relação com a dimensão espacial.....	31
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
3.1 O <i>locus da pesquisa</i>	43
3.2 Técnica de coleta de dados.....	45
3.3 Técnica de análise de dados.....	51
3.4 Limitações da pesquisa.....	54
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	55
4.1 Caracterização da formação urbana de Tiradentes: do Ciclo do Ouro ao advento do Turismo (1702 - 2020).....	55
4.2 As Políticas Públicas de Turismo e a relação com a reconfiguração socioespacial de Tiradentes.....	71
4.2.1 Análise da Política de Turismo de Tiradentes e a influência na configuração socioespacial.....	72
4.2.2 Diretrizes preservacionistas do patrimônio histórico em Tiradentes: novos usos do espaço para o turismo.....	82
4.3 Os efeitos da atividade turística na formação socioespacial de Tiradentes.....	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
APÊNDICE E ANEXOS.....	120
APÊNDICE A - IPHAN –TIRADENTES -MG.....	120
APÊNDICE B – PODER PÚBLICO MUNICIPAL.....	121
APÊNDICE C – EMPRESÁRIOS.....	122
APÊNDICE D – POPULAÇÃO LOCAL.....	123
APÊNDICE E – CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR.....	124

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2020), o turismo experimenta um crescimento contínuo, sendo visto como uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo. O último relatório emitido pela OMT, *International Tourism Highlights (2019)*, destaca o aumento do turismo internacional, nos anos de 2010 a 2018, em diversos destinos, correspondendo a 1,4 bilhão de turistas, movimentando 1,7 trilhões de dólares na economia global. Este relatório da OMT demonstra a força econômica do turismo, destacando a relevância desta atividade no desenvolvimento econômico de localidades.

Tal cenário é reflexo de uma política de crescimento econômico que se desloca da produção de bens para serviços, sobretudo nos países desenvolvidos, a partir dos anos de 1990. O turismo não passou ileso a esse processo, sendo fomentado globalmente como uma das principais atividades econômicas, inovando com parcerias entre o setor público e o setor privado, incentivo ao empresariamento urbano e a consequente gestão urbana (BOTELHO, 2004).

Essa parceria entre o setor público e privado potencializou a adoção da atividade turística como prática econômica por muitas localidades, aumentando a demanda por serviços, a taxa de emprego, e a circulação de capital. Com o processo de turistificação, as cidades passaram por um intenso processo de transformação, não apenas econômico, mas também socioespaciais, principalmente os derivados de revitalizações, dinamizando os espaços para o consumo turístico, bem como provocando movimentos gentrificadores decorrentes da valorização das áreas revitalizadas (PAES, 2006; FRATUCCI, 2007).

Tais transformações são parte de arranjos socioespaciais perceptíveis em destinos receptores, para atender a demanda do turismo, resultando em impactos, tanto positivo quanto negativo, no cotidiano da comunidade local. Assim, para Murta (2008), uma análise do turismo requer a busca da compreensão de seus efeitos positivos e negativos causados no espaço e nas pessoas que nele vivem.

Na visão de Paes (2017), pode-se compreender como efeitos positivos o resgate cultural, valorização de espaços, resgate de bens patrimoniais, crescimento econômico, dentre outros. Como efeitos negativos têm-se a perda de identidade cultural, desigualdade social, formação de elite local, especulação imobiliária, segregação de moradores, dentre outros. Tais aspectos são inerentes ao processo de redefinição de espaços, que em alguns casos, são ressignificados a fim de atenderem as demandas do turismo.

Nesse sentido, torna-se importante privilegiar um olhar para a dinâmica de transformações causadas pelo turismo com a proposta de discuti-lo como uma atividade econômica que se dá no espaço, modificando os elementos concretos, seus usos e significados. Para Dias (2003), o turismo é uma das atividades que consome o espaço e sua análise implica em discutir os aspectos territoriais. A partir de Lefebvre (1991), compreende-se espaço como produto das práticas sociais estabelecidas, do modo de produção, é a reprodução da sociedade, sendo formado por relações de propriedade e territorialidade, por um determinado grupo social.

O turismo aparece como um fenômeno que exerce influências, ao passo que também é influenciado pelas relações socioespaciais presentes nos territórios, o que justifica uma análise sobre a relação entre turismo e o espaço urbano (BRAGA *et al*, 2019, p.138).

Em geral, observa-se que aspectos relacionados à transformação do território para a demanda do turismo são pouco tratados nas políticas públicas de turismo no Brasil. A agenda pública de turismo no Brasil, desde a sua formulação, está pautada no desenvolvimento econômico, promoção, comercialização destinos, geração de emprego e renda (PIMENTEL, 2017). Em especial, as primeiras políticas de fomento do turismo datam de 1939 com a criação Divisão de Turismo, vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda. Anos posteriores, foram implementadas políticas mais efetivas, consolidando-se com a institucionalização do Ministério do Turismo, o Programa Nacional de Municipalização de Destinos, e implementação dos Planos Nacionais de Turismo que datam: (PNT) 2003-2007; (PNT) 2007-2010; (PNT) 2013-2016 e atual PNT vigente 2018-2022 (CARVALHO, 2000; CARVALHO *et al*, 2013; SILVA, 2015).

Neste processo de análise que abarca o turismo e o espaço destacam-se as cidades históricas brasileiras que, a partir de 1970, passaram a integrar programas do governo federal visando a recuperação do patrimônio cultural urbano como propósito de transformá-los em bens de consumo para o turismo. A preservação do patrimônio está direcionada para o capital e empreendimentos turísticos, isso tem implicado em modificações socioespaciais de muitas localidades, merecendo uma atenção especial das políticas de turismo (PAES, 2017).

Segundo Fridman, Araújo e Daibert (2019) o governo brasileiro desenvolveu três programas com a proposta de preservação do patrimônio histórico, no período de 1973 a 2016, sendo estes: o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (1973 a 1979); O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano - Monumenta (1999 a 2010) e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC das Cidades Históricas (2009-2016). De modo geral, a premissa desses programas é tombar e restaurar o patrimônio

arquitetônico colonial com a proposta de resgatar “raízes brasileiras” e incentivar o fomento do turismo (LEITE, 2007). Para Paes-Luchiari (2006), nas últimas décadas do século XX, o Brasil adotou essa tendência internacional de transformar os bens patrimoniais em bens de consumo turístico, provinda de uma ideologia neoliberal que transforma o patrimônio em mercadoria. Tal fato revela estratégias do poder político e econômico na gestão do espaço público urbano.

Este processo de recuperação de áreas urbanas tem-se proliferado no Brasil, especialmente nas cidades históricas, brasileiras como Ouro Preto (MG), Recife (PE), Salvador (BA), São Luís (MA), Tiradentes (MG), nas quais processos de gentrificação se fazem presentes, implicando na alteração da paisagem urbana, com a transformação de sítios históricos degradados em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural. Ademais, iniciativas públicas e privadas se associam nessa concepção de novas estratégias espaciais para a reincorporação de áreas urbanas degradadas (LEITE, 2007; PAES-LUCHIARI, 2006).

Neste contexto, no caso da cidade histórica de Tiradentes em Minas Gerais, Campos (2013) relata que a partir da década de 1980 o centro histórico passou por um processo de valorização do patrimônio por ações dos governos Municipal, Estadual e Federal. Tais ações, em parceria com a iniciativa privada, promoveram a preservação e valorização do conjunto histórico, ao mesmo tempo em que os prédios se transformaram em equipamentos turísticos como hotéis, bares, restaurantes, lojas de artesanato, dentre outros, chancelando a supervalorização do centro histórico, a elitização dos espaços, segregação de moradores locais que migraram para bairros, além da especulação imobiliária denominada de *rent gap*.

Sob esse aspecto, após estudos realizados por Campos (2013), Neves (2013) e Silva (2017), identifica-se que o turismo em Tiradentes se intensificou, marcando um período em que as modificações foram aceleradas, tornando-se mais acentuadas, o que justifica a necessidade de outros estudos. Ressalta-se que estudos desenvolvidos por estes autores, preocuparam-se em caracterizar a formação urbana de Tiradentes, sinalizando os aspectos concretos da gentrificação. Este estudo avança na compreensão dos efeitos socioespaciais causados pela atividade turística para além dos espaços (concretos), relacionando-os com o processo identitário (simbólico), haja vista que as novas disposições espaciais provocadas pelo turismo em Tiradentes, determinaram novos valores, novos usos para os tiradentinos. Além disso, este estudo busca analisar as políticas públicas de turismo e sua relação com a reconfiguração socioespacial de Tiradentes, sendo um fator não considerado em estudos anteriores.

Assim, diante do exposto, questiona-se aqui quais os efeitos socioespaciais causados pela atividade turística em Tiradentes, Minas Gerais? A fim de atender a questão lançada, este estudo tem como objetivo compreender de que forma a atividade turística influenciou a formação socioespacial de Tiradentes, Minas Gerais, visto que é notória a expansão da atividade turística e o desenvolvimento da cidade nos últimos anos. Em termos específicos, buscou-se:

- i) Caracterizar a formação urbana do centro histórico de Tiradentes do período do ciclo do ouro até a consolidação da atividade turística.
- ii) Analisar a política pública de turismo e sua relação com a reconfiguração socioespacial de Tiradentes.
- iii) Identificar os principais efeitos da atividade turística na formação socioespacial de Tiradentes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo teórico dessa dissertação está dividido em três eixos. O primeiro discorre sobre a concepção de Lugar, Espaço e Território. O segundo eixo discorre sobre a relação da produção do espaço e o turismo e apresenta os efeitos da atividade turística na formação socioespacial. O terceiro eixo trata da Política Pública de Turismo no Brasil e a relação com a dimensão espacial.

2.1 Lugar, Espaço e Território: breves concepções e a relação com o turismo

O estudo do lugar, espaço e território é multidisciplinar, e apresenta conceitos sob diversas perspectivas. De acordo com Valverde (2007) a filosofia e a ciência política foram pioneiras nas discussões teóricas e, posteriormente a geografia desenvolveu uma série de estudos complementares à ciência política acerca dos espaços públicos e as interações espaciais.

Assim, a retomada da geografia cultural a partir de 1980 tem levantando um intenso debate sobre o homem, a sua cultura no espaço e sua capacidade de modificá-lo e, isso, tem ampliado as discussões na concepção de lugar, espaço e território.

Dentro da perspectiva que implica a abordagem cultural, a geografia é fundamentalmente, uma reflexão sobre o espaço dos homens. Ela não pode atingir seus objetivos se não raciocinar em termos de áreas fronteiras, de localizações e de distâncias. É através desses elementos, por certo, que se traduz a organização que os grupos dão aos perímetros onde habitam ou evoluem (CLAVAL, 1999, p.79).

Para Claval (1999), esses elementos são muito importantes para compreender as bases materiais da existência dos indivíduos e das coletividades. Caso a geografia se limite a investigar os fatos apenas da história natural do mundo, ela deixará de esclarecer os fenômenos sociais que são muito importantes para a concepção de espaço e território.

Outro viés de análise da retomada da geografia está relacionado com a globalização. A globalização criou proximidades evidenciando as diferenças culturais, suscitando discussões entre o local e o global, da compreensão da cultura, da identidade, dos sentimentos de pertencimento, da resignificação dos territórios (ESCOBAR, 2005; MASSEY, 2000).

Para Cavalcanti (2014), os teóricos da modernidade observaram mudanças nas relações entre tempo e espaço, realizaram discussões no âmbito da produção e como isso afetaria as relações sociais. Além disso, suscitaram discussões de como o avanço do capital contribuiu para o processo de globalização.

Com base nesses preceitos apresenta-se a seguir breves concepções de lugar, espaço e território, na visão de alguns teóricos como Massey (2000), Leite (2007), Mello (2008), Santos (2008), Low (2008), Pollice (2010) e Lefebvre (1991). Em seguida, busca-se compreender a relação conceitual com o turismo.

De acordo com Leite (2007), pode-se entender lugar como uma demarcação física e simbólica no espaço dotado de significação para aqueles que ali vivem e tecem suas práticas sociais semelhantes. Os lugares, por representarem formas processuais de identidade, são resultantes de entendimentos comuns compartilhados pela convergência de sentidos atribuídos a espaços e práticas sociais, mais do que produtos de acordo sobre algo (LEITE, 2007, p.288).

Nesse sentido, Mello (2008) esclarece que lugares são repletos de símbolos e estão relacionados à afetividade e laços emocionais do indivíduo que é construído ao longo dos anos. Estes laços estão ligados com a cultura dos indivíduos e muitas vezes se manifestam nas edificações expressando o mundo vivido, individual e coletivo. “Os lugares/símbolos são entes queridos ou merecedores de considerações especiais. Tais envolvimentos, que despontam com a experiência, a confiança e a afeição, denotam intimidade (...)” (MELLO, 2008, p.167).

Dessa forma, compreende-se que o conceito de lugar está relacionado ao lado íntimo e afetivo do indivíduo, bem como o sentido de pertencimento que se cria sobre uma porção do espaço. Nesse âmbito, Doreen Massey (2000) se debruçou sobre o conceito de lugar e buscou compreender as interações sociais numa perspectiva do local com o global. Para a autora, muito do que se discute atualmente em torno dos conceitos de lugar e espaço já era previsto por Max, podendo ser denominado de compressão de tempo-espaço.

“A compressão de tempo-espaço refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e à nossa experiência de tudo isso” (MASSEY, 2000, p.178). Essa compressão de tempo-espaço remete a uma análise da relação do local com o global, visto que as pessoas aproximam e se distanciam de pontos geográficos mais distantes e nos distanciamos de pontos mais próximos. Tal fato foi possível por meio da evolução dos meios de comunicação e de transporte proporcionados pelo e para o capital.

Vivemos em uma época – costuma-se dizer – em que as coisas estão se acelerando e se disseminando. O capital está passando por uma nova fase de internacionalização, especialmente em termos financeiros. Mais pessoas viajam com mais frequência e para lugares mais distantes (...) E, se têm um computador em seu escritório, em vez de abrir uma carta que, sob os cuidados dos correios de Sua Majestade, leva alguns dias para atravessar o país, agora são interrompidas pelo e-mail (MASSEY, 2000, p. 177).

Para Massey (2000), os lugares podem ser compreendidos como redes de relações e interações sociais, numa amplitude maior, atravessando fronteiras. A evolução dos transportes e da comunicação nos aproximou de pontos geográficos mais distantes. Todos são afetados pela compressão de tempo-espaço.

Dessa forma, lugar, conceitualmente relacionado ao espaço, não é apenas uma demarcação fronteira, mas carrega aspectos da vida social, sentidos de pertencimento, relações que se constituem nele, sentidos tradicionais da cultura e demais laços da vida em comunidade. E que, atualmente, tem sido resultante das ações do capital, do modo de produção e a globalização.

Na concepção de espaço, Santos (2008) esclarece que o espaço seria um conjunto de objetos e relações que se realizam sobre esses objetos; não entre eles especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais (SANTOS, 2008, p.78). Ainda, na visão do autor, esclarece-se que objetos naturais são os elementos da natureza que não sofreram nenhum tipo de modificação pelo homem. Já os objetos artificiais são aqueles criados pelo homem por questões econômicas e políticas.

Sob uma perspectiva similar à de Santos (2008), para Löw (2008), o espaço é submetido a uma análise como produto da ação social ou como produto das estruturas sociais. Na sua própria definição sobre espaço ela apresenta essa concepção: “O espaço é constituído pela localização de bens sociais e pessoas e/ou pelo posicionamento de marcações simbólicas primordiais para tornar conjunto de bens e pessoas reconhecíveis como tais” (LÖW, 2008, p.35, tradução da autora).

Nessa perspectiva teórica, destacam-se os estudos de Henri Lefebvre (1991). Sob a influência dos estudos de Marx, Lefebvre (1991) desenvolveu a conceito de espaço a partir dos modos de produção e do capitalismo. O autor considera que o espaço é a expressão do capitalismo e dos modos de produção.

O espaço social contém, ao lhe assinalar lugares apropriados (mais ou menos), as relações sociais de reprodução a saber, as relações bio-fisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família - e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas (LEFEBVRE, 1991, p.57).

Nesse âmbito conceitual em que o espaço é visto como um conjunto de objetos que se materializam por meio das relações, identifica-se uma relação conceitual entre espaço e território. Tal fato é possível fundamentar na visão de Pollice (2010), para quem o território pode ser compreendido como um espaço geográfico em que o indivíduo se identifica, se reconhece no seu agir individual ou coletivo, sendo o território uma via de comunicação, meio e objeto de trabalho, de produção, de troca de cooperação.

O território, por outro lado, não é outro senão um espaço relacional que se constrói no tempo como produto de um processo de sedimentação cultural, um processo que tem seu motor próprio na relação identitária que se instaura entre uma comunidade e o espaço da qual se apropria (POLLICE,2010, p.8).

Dessa forma, compreende-se que o espaço é formado por relações de propriedade e territorialidade repletas de inúmeras atividades oriundas das relações sociais que implicam em relações de dominação, relações de poder em uma área delimitada do espaço, por um determinado grupo social. Essas atividades que se relacionam com a produção do espaço, estão vinculadas aos interesses dos indivíduos que se apropriam dos espaços transformando-os em produto.

Nesse sentido, é relevante compreender o espaço como um produto, é entender que o espaço é reprodução da sociedade, das relações sociais, do modo de produção, da acumulação de capital, da prática socioespacial, ou seja, do espaço construído e modificado, do espaço vivido e o espaço concebido (LEFEBVRE, 1991).

Para Sobarzo (2006), o consumo do espaço enquanto produto envolve dominação política, acumulação de capital, envolve ações de poder das elites na produção do espaço público, o agir do poder público e do setor privado em função dos interesses, a acumulação de capital fazendo surgir novos produtos imobiliários que aumentam a reprodução e a circulação de capital, surgimento de novos produtos a serem comprados e consumidos. Assim, a vida materializa-se nos espaços, principalmente os públicos, possibilitando práticas cotidianas de lazer, de consumo, de circulação, dentre outros.

É neste aspecto que se identifica a relação conceitual que envolve lugar, espaço, território e o turismo. Para Fontoura e Andrade (2008), a abordagem conceitual entre espaço e turismo é um meio de obter subsídios para a compreensão e análise fiel dos impactos socioespaciais provocados pelo turismo, visto que o turismo além da mobilidade de pessoas no território compõe-se de uma estrutura de equipamentos turísticos, como por exemplo, hotéis e restaurantes, que criam um novo território, um território turístico.

O lugar turístico reúne o espaço e o território. Enquanto prática sócio-espacial, o turismo vai se apropriando de denominados espaços, transformando-os e, a partir disso, produzindo territórios e territorialidades flexíveis descontínuas e “turistificando” os lugares (FRATUCCI, 2000, p.122).

Destaca-se, dessa forma, a notável importância de compreender o turismo como um fenômeno dinâmico e complexo da sociedade, relacionado à produção, consumo, transformação do espaço. Dessa maneira, baseado na visão de Fontoura e Andrade (2006) do ponto de vista da geografia, podendo considerar aqui até da administração pública, os estudos do turismo também devem focar no papel do turismo na produção do espaço, recorrendo aos conceitos de lugar, espaço e território, visto que perpassar por estes conceitos incluirá apreciações fundamentais para as discussões envolvendo as transformações espaciais e o turismo.

2.2 A produção do espaço e a relação com o turismo

Para a compreensão da produção do espaço e posterior análise com o turismo, uma importante fonte para embasamento teórico decorre dos estudos de Henri Lefebvre. Em sua obra, “Produção do Espaço”, Lefebvre (2000) apresenta uma concepção da produção do espaço como um produto da sociedade e faz uma abordagem conceitual não restringindo apenas às relações sociais, mas às econômicas e produtivas.

Influenciado pelo pensamento de Marx, Lefebvre (2000) expõe que a produção do espaço ocorre por meio das forças produtivas e da divisão do trabalho, sendo o espaço um meio fundamental para as relações econômicas e sociais adquirindo um valor de troca e valor de uso.

Ora, o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade, isso é claro. Com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra; ele tem valor de troca e valor de uso (LEFEBVRE, 2000, p.8).

Assim, compreende-se que o espaço passa a ser um meio ou objeto que estimula as relações econômicas, sociais e até mesmo políticas, tornando-se uma moeda de troca. Ele passa a ser um objeto de negociação, dominação e muita vez determina o poder dos envolvidos nas relações estabelecidas. Nesse âmbito, um fator importante abordado por Lefebvre (2000) é a participação do Estado como um agente de produção do espaço, um agente de poder que exerce um controle global sobre a sociedade sujeitando-a a prática política.

O Estado se consolida à escala mundial. Ele pesa sobre a sociedade (as sociedades), com todo seu peso ele planifica, organiza “racionalmente” a sociedade com a contribuição de conhecimento e técnicas, impondo medidas análogas, senão homólogas, quaisquer que sejam as ideologias políticas, o passado histórico, a origem social das pessoas no poder (LEFEBVRE, 2000, p.45).

Nessa perspectiva, Sobarzo (2006) esclarece que o espaço possui uma característica instrumental que facilita o controle da sociedade pelo Estado. Tem-se, então, um panorama em que o espaço se revela como um instrumento de dominação política nas mãos do Estado que possui a capacidade legal e normativa legais para uso e ocupação do solo. É por esta via que o Estado controla a sociedade com vistas à dominação política.

Neste contexto da dominação, outro agente tratado por Lefebvre (2000) é a classe dominante. Na produção do espaço a classe dominante exerce papel importante na dominação de classes inferiores, como, por exemplo, a classe burguesa que exerce influência sobre a classe operária. Essa dominação, que tem o espaço como o meio, é tratada por Lefebvre (2000) como hegemonia e é exercida sobre a cultura, o saber e o poder pela classe dominante como políticos, intelectuais, cientistas e personalidades.

Demonstrar-se-á que o espaço serve e que a hegemonia se exerce por meio do espaço constituindo-se por uma lógica subjacente, pelo emprego do saber e das técnicas, “um sistema” (LEFEBVRE, 2000, p. 30).

Nesse universo das relações socio-econômicas, ligadas ao modo de produção capitalista, estabelecidas por relações de dominação e de poder, Lefebvre (2000), apresenta que o espaço público como um grande exemplo. Para o autor a cidade é construída e reconstruída à imagem do capitalismo, gerando uma dinâmica de consumo do espaço. Essa dinâmica de comercialização e consumo gera a acumulação do capital. Produtos imobiliários são criados, vendidos, comprados e consumidos assumindo assim, uma função fundamental na circulação e acumulação de capital.

Salienta-se que, para Lefebvre (2000), as representações (imagens e símbolos) e produção do espaço são cada qual de sua época. Sob essa perspectiva o espaço pode ser compreendido sobre como um espaço concebido e vivido. Ao interpretar Lefebvre (2000), compreende-se que o espaço concebido é aquele desconexo da realidade, ele é tecnicamente construído para atender interesses capitalistas, não condizendo com a cultura local, se distanciando da realidade. O espaço vivido, já traz consigo elementos culturais, carregados de simbologia, identidade, próximo da realidade.

Os estudos de Lefebvre influenciaram os trabalhos como os de David Harvey (2008), que aborda a produção excedente como um fator importante no processo de produção do espaço. Para Harvey (2008), a produção excedente fomentou o capitalismo e conseqüentemente a urbanização. Assim, o autor defende que os espaços podem se tornar commodities do capitalismo promovendo novos produtos e estilos de vida. Esta visão de Harvey (2008) relaciona o espaço como objeto de consumo e até mesmo de poder, visto que a propriedade capitalista da terra significa, conforme Sobarzo (2006), manutenção e consolidação do poder daqueles que possuem terras.

Os capitalistas precisam produzir um produto excedente para produzir valor excedente. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão ou a produção excedente a uma taxa composta. Daí as curvas logísticas (dinheiro, produção e população) associadas à história da acumulação de capital, paralelamente ao caminho de crescimento da urbanização sob o capitalismo (HARVEY, 2008, p.24, tradução da autora).

Harvey (2008) ressalta que o neoliberalismo criou um novo sistema de governo que integrou interesses corporativos ao Estado. “O neoliberalismo também criou novos sistemas de governança que integram os interesses estatais e corporativos (...) cada vez mais, vemos o direito à cidade cair nas mãos de interesses privados ou quase privados” (HARVEY, 2008, p.38, tradução da autora).

Neste âmbito, Botelho (2004) trata do empresariamento urbano que se caracteriza pela parceria público-privada com objetivo político-econômico do crescimento de investimentos imobiliários. Para o autor, a crise do capitalismo nos anos de 1970, mais o conjunto de mudanças observadas na atividade econômica do modo de produção capitalista contemporâneo, fez com que muitas cidades criassem novas formas de gestão urbana.

Frente a essa crise econômica, o planejamento urbano e o urbanismo adquiriram uma nova função, diferente da mera regulamentação do setor privado. Trata-se da promoção do crescimento econômico, de uma ação empresarial para a atração de investimentos que dinamizem a economia local, como os de setores de alta tecnologia e de serviços, dado que as cidades de forte tradição industrial sofreram um relativo processo de desindustrialização e forte enxugamento dos postos de trabalho industriais em decorrência dos processos de reestruturação produtiva, tendo assim que redefinir seu papel econômico. Essas cidades buscaram, então, dentro da lógica de competição interurbana para atrair investimentos (BOTELHO, 2004,p.113).

Assim, para Botelho (2004) as parcerias público-privadas são uma forma que os governos municipais, estaduais e federais têm de viabilizar e investir recursos a partir de uma lógica empresarial em que os custos são apropriados privadamente pelos promotores e

associados aos projetos de renovação urbana. Essa renovação urbana que as cidades buscaram para produzir uma identidade renovada de si mesmas criou uma competição interurbana para atrair investimentos. Novos espaços foram criados e outros remodelados ganhando novo significado ou uso (SOBARZO, 2006).

Assim, o espaço urbano surge como um produto de caráter singular que, às vezes, é simplesmente consumido (em formas de viagens, turismo ou atividades de lazer) como um artigo vasto e, às vezes, em áreas metropolitanas, produtivamente consumidas (da mesma maneira que as máquinas, por exemplo), como um aparato produtivo em grande escala (SOBARZO, 2006, p.99).

Neste sentido, busca-se compreender o turismo no contexto da produção do espaço. Esclarece-se que o turismo é uma atividade que surgiu após a Revolução Industrial, sendo uma atividade típica de uma sociedade capitalista capaz de causar transformações espaciais e territoriais e que tem como característica predominante a mobilidade espacial (FRATUCCI, 2000; ALMADA, 2018).

Enquanto fenômeno sociocultural característico das sociedades pós-revolução industrial, o turismo tem fortes imbricações espaciais, que se manifestam de diversas maneiras e em diversos pontos do espaço (ALMADA, 2018, p.216).

Compreende-se que tais imbricações são por considerar que turismo é um propulsor de transformações dos espaços, pois envolve o consumo de bens e serviços envolvidos na prática dessa atividade. Ou ainda, o turismo revela-se como uma força propulsora da atividade econômica capitalista, em vias de transformar espaços conforme tratado por Lefebvre (2000). “No espaço apropriado pelo turismo, devemos ter em conta que convivem sincronicamente, as lógicas da produção (do trabalho) e do ócio (do tempo livre)” (FRATUCCI, p.03, 2007).

Para Coriolano (2006), o turismo é uma prática econômica, política, cultural e social que vem produzindo novas configurações espaciais em que são estabelecidas relações de força e de poder pelo Estado, empresários, residentes e os turistas. Nesse âmbito o turismo passa a ser um agente desencadeador da espacialização, desterritorialização e reterritorialização, produzindo novas configurações geográficas. Para a referida autora, o turismo se reproduz sobre a lógica do capital, apropriando-se dos espaços e dos recursos neles existentes, transformando-os em mercadoria, visando a transferência de valor desses locais para atender anseios dos turistas. Fratucci (2000) sintetiza estes espaços como sendo o território do turismo ou *lugar turístico*. Para o autor são espaços subordinados aos interesses do Estado e da iniciativa privada, para atender anseios dos turistas e do mercado.

É no lugar turístico que o fenômeno se materializa e sobrepõem suas formas fixas: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, serviços de alimentação, agentes de receptivos, guias de turismo, locais e instalações para entretenimentos, etc.) e infraestrutura de apoio (serviços de comunicações, transportes, segurança, etc.) É o lócus da produção e do consumo do produto turístico (FRATUCCI, 2000, p.122).

Neste âmbito o lugar turístico está inserido numa rede mundial composta por pontos de emissão e pontos de recepção onde se materializam as relações e interações numa escala local, ao mesmo tempo em que o lugar turístico tem uma amplitude global. “O turismo também é um fenômeno global. A lógica de fenômeno turístico é global, apesar de que se desenvolve como um fenômeno em um destino local específico” (GONZÁLES, 2014, p.12, tradução da autora).

Crespi-Vallbona e Mascarilla-Miró (2018) pontuam que o turismo é uma fonte de oportunidades que contribui para a transformação urbana. Os autores ressaltam o dinamismo das cidades que tem provocado a transformação e a regeneração dos espaços urbanos que geralmente são acompanhados do processo de gentrificação, mudança das atividades comerciais e alteração da paisagem baseados no turismo e no patrimônio cultural.

Por meio de Nascimento et al. (2013) acrescenta-se a este ponto que o espaço possui atributos próprios para a prática da atividade humana e “neste cenário se insere a lógica de apropriação do espaço que ocorre a partir da execução de atividades turísticas”(NASCIMENTO et al., 2013, p.391). Assim, o turismo se concretiza como uma atividade que se apropria do espaço para o consumo do próprio espaço.

Dessa forma, compreende-se que o turismo é uma atividade econômica que vem se intensificando nos últimos anos. Esta atividade fez dos espaços commodities do capitalismo, dando um valor de troca e de uso, produzindo novos espaços, ocasionando transformações socioespaciais significativas (LEFEBVRE, 2000; HARVEY, 2008).

A política neoliberal adotada por diversos governos tem influenciado na gestão das cidades e consequente refletindo na dinâmica das transformações urbanas. O incentivo ao empresariamento urbano fez com que as cidades buscassem uma nova forma de gestão urbana, incentivado parcerias público-privadas, envolvendo mais atores. O que na visão de Sobarzo (2006) fez com que muitas cidades buscassem investimentos e consequentemente, os investimentos aplicados geraram novos espaços com novos usos e significados focados na prática o turismo.

Ademais, segundo Coriolano (2006), a análise da produção do espaço e a relação com o turismo é uma forma de compreender o espaço além da abordagem estruturalista, delimitado

por linhas periféricas. O espaço deve ser compreendido dentro de um processo histórico e dialético resultante das relações sociais de produção.

2.2.1 Os efeitos da atividade turística na formação socioespacial

Considerando a dinâmica do turismo, conforme discutido no tópico 2.2, o turismo é uma atividade oriunda do sistema capitalista, em que o espaço é visto como uma mercadoria com valor de troca e de uso.

A crescente política neoliberal nas últimas décadas tem incentivado a financeirização ou mercantilização (MENDES, 2017; 2018) de espaços urbanos em prol do turismo. Dessa forma, o consumo do espaço e as transformações socioespaciais decorrentes do turismo têm sido uma das características intrínsecas dessa atividade.

O receituário neoliberal incide no turismo na medida em que o mesmo, por sua dimensão espacial intrínseca, possibilita a absorção de novos territórios a lógica capitalista, favorecendo os fluxos de capitais (industriais, comerciais e financeiros) em escala global (PAIVA, 2012, p.1018).

Nesse sentido, para Paiva (2012) o turismo é uma atividade respalda pelo processo de globalização, quebrando as barreiras entre tempo e espaço, que tem favorecido a entrada de diversas iniciativas neoliberais na política e gestão pública do turismo criando um contexto de competitividade entre lugares.

Ainda para o autor o discurso neoliberal que está incorporado nas políticas públicas de turismo vale-se muito do crescimento econômico e da redução da desigualdade social. Contudo, não é isso que se vê na prática.

E o descompasso nos padrões de produção e consumo ligados ao turismo, a elevação das desigualdades em escala global, contrapondo interesses e valores assimétricos entre a população e os turistas e a informalidade dos empregos no setor. (PAIVA, 2012, p. 1019).

Neste contexto, Paiva (2012) aponta que o Estado tem sido um importante agente direcionando as políticas públicas de turismo em favor do mercado. Isso quer dizer que as políticas de turismo que estão sendo implantadas estão focadas nos interesses hegemônicos do capital em favor de uma elite global e local. E a população local possui uma participação ínfima nesse processo, sendo submetida muitas vezes à exclusão.

Assim, evidencia-se que o turismo além de ser uma atividade econômica, tem implicações sociais. Por ser uma atividade econômica que se materializa e consome o espaço (CRUZ, 2000), incidindo de forma direta sobre o uso e ocupação do solo, e sobre a vida

daqueles que ali reside, o turismo tem se tornado uma atividade causadora de efeitos socioespaciais. Nesse sentido, abre-se aqui uma discussão sobre o turismo e suas implicações socioespaciais.

Segundo Coriolano (2006), o turismo é um agente desencadeador da espacialização, desterritorialização e reterritorialização, produzindo novas configurações geográficas. Neste sentido, o turismo se concretiza como uma atividade que se apropria do espaço para o consumo do próprio espaço. Essa apropriação é denominada por Fratucci (2014) por processo de turistificação. Na visão do autor, é um processo em que os agentes sociais do turismo atuam em territórios revelando-os para a atividade turística.

Esclarece-se que o termo turistificação vem sendo adotado por alguns autores como Fratucci (2007), Castro e Tavares (2016), Paes (2017), Cordeiro (2018), e Mendes (2017). Conceitualmente, na visão desses autores, refere-se à adoção da prática do turismo como uma forma de revitalização, refuncionalização, ressignificação ou dinamização de espaços dotados de valor do patrimônio cultural, e que são adaptados à comercialização das áreas centrais urbanas enquanto produto turístico.

Influenciado pelos estudos do autor de Remy Knafou, Fratucci (2007) destaca que o processo de turistificação é um fenômeno socioespacial contemporâneo causado por agentes da turistificação, que atuam em rede, cada qual com suas características e necessidades sendo: o turista, os representantes do capital (mercado), o Estado, comunidades dos destinos receptores (trabalhadores diretos e indiretos do turismo e a comunidade em geral).

Apesar de diversos autores clássicos apontarem como sujeito do turismo o homem, com suas necessidades e desejos subjetivos, entendemos que não é possível a compreensão da lógica espacial do turismo a partir dessa separação cartesiana sujeito-objeto. Os agentes desse fenômeno e da atividade gerada por ele são todos ativos e passivos, formando uma rede de relacionamentos fortemente espacializada, composta de pontos emissores, pontos receptores e linhas de conexões (físicas e imateriais), que se superpõe dialógica e sincronicamente com outras redes de relacionamentos (FRATUCCI, 2008, p.3).

Assim, na visão de Fratucci (2007), como representado na figura 1, o Estado se articula com os representantes do capital, ou melhor, os agentes de mercado. O Estado fornece a infraestrutura necessária para que os agentes de mercado invistam sem ônus. Os agentes de mercado contratam a mão-de-obra local gerando empregos diretos e indiretos. E o turista, como agente gerador do fenômeno turístico surge movimentando toda a cadeia produtiva como: hotéis, restaurantes, entretenimento, segurança, dentre outros. Castro e Tavares (2017) complementam os estudos de Fratucci (2008) destacando que no processo de turistificação a sociedade civil também compõe essa rede de agentes.

(...) a sociedade civil não está isenta de sua participação no processo de turistificação. Essa participação pode ocorrer na mesma lógica hegemônica dos demais agentes, mas também podem representar contra racionalidades às determinações hegemônicas (CASTRO; TAVARES, 2017, p.67).



Figuras 1 – Agentes do processo de turistificação

Fonte: Elaboração própria baseado em Fratucci (2006) e Castro e Tavares (2017)

Paes (2017) elucida que o processo de turistificação no Brasil iniciou-se a partir dos anos de 1990, período em que a preservação dos sítios históricos urbanos serviu para a refuncionalização turística e retomada econômica de várias cidades. A referida autora pontua que a refuncionalização cria novas territorialidades urbanas centrais, provocando a ruptura da identidade da comunidade local e subvertem o caráter público dos bens históricos. Além disso, a refuncionalização turística atrai classes sociais com poder aquisitivo alto e capital cultural, causando a expulsão das populações locais para áreas periféricas menos valorizadas resultando na segregação socioespacial, a gentrificação.

Neste contexto, cabe aqui buscar o entendimento sobre o conceito de gentrificação, evidenciando que há uma profunda relação entre turismo e gentrificação. Inicialmente, Cordeiro (2018) esclarece que o termo gentrificação, desde que foi concebido por Ruth Glass em 1964, sofreu longos debates, grandes transformações, acompanhando o período e a realidade em que o conceito se desenvolveu.

Investigando as origens do fenômeno gentrificação compreende-se a sua dimensão enquanto um processo muito debatido e estudado, tendo sofrido bastantes transformações e adaptações, moldando-se às culturas e sociedades mais contemporâneas e acompanhado a realidade em que se desenvolve (CORDEIRO, 2018, p.40).

A referida autora aponta que o conceito de gentrificação teve três perspectivas: a da sociologia, da economia e da geografia. Sob a perspectiva da sociologia estão as transformações sociais e dos costumes, destacando autores como Ruth Glass e Sharon Zukin. Sob a perspectiva da economia estão o capital e os investimentos, destacando o autor Neil Smith e David Harvey. Sob a perspectiva da geografia analisa-se o espaço, a oferta e a procura, destacando-se os autores Tim Butler, Chris Hamnett e Atkinson.

Sobre este aspecto, Gago e Cocola-Gant (2019) argumentam que até certo ponto esses autores basearam seus conceitos no modelo de gentrificação anglo-saxônico como a globalização do mercado mobiliário, o crescimento da classe média e o avanço de políticas neoliberais. Para os referidos autores é preciso compreender e ampliar o processo de gentrificação contemporâneo, destacando-se o processo de gentrificação causado pela turistificação, denominando-o de gentrificação turística, “É necessário ter em conta o modo como o turismo e as populações transnacionais móveis, de regiões mais ricas, proporcionam, e vem fechar *rent gaps* locais” (GAGO; COCOLA- GANT, 2019, p.147).

Tal posição de Gago e Cocola-Gant (2019) é por entenderem que a gentrificação turística difere conceitualmente da gentrificação clássica. A primeira causa um deslocamento excludente para atender um mercado ligado ao lazer. Os investimentos imobiliários aplicados são, exclusivamente, para fins turísticos. A segunda o deslocamento da classe pobre para periferia para atender os interesses da classe alta.

No âmbito da gentrificação turística, autores como Paes (2017), Leite (2007), Zukin (2010), Luís Mendes (2017; 2018) e Kevin Gothan (2005) vêm desenvolvendo importantes estudos. Apresentam-se aqui os estudos de Mendes (2017) e Kevin Gothan (2005). Mendes (2017; 2018) desenvolveu um estudo sobre o processo de gentrificação turística em Lisboa. Segundo o autor a cidade de Lisboa está vivendo um crescimento enquanto destino turístico internacional e conseqüente sofrendo os processos de reestruturação urbana e da gentrificação turística.

Assiste-se agora a uma gentrificação turística, mediante a transformação dos bairros populares e históricos do centro da cidade em locais de consumo e turismo, pela expansão da função de recreação, lazer ou alojamento turístico/arrendamento de curta duração que começa a substituir gradualmente as funções tradicionais da habitação para uso permanente, arrendamento a longo prazo e o comércio local tradicional de proximidade, agravando tendências de desalojamento e segregação residencial. Os bairros são esvaziados da sua população original ou impede-se a população de baixo estatuto socioeconômico de aceder à habitação nessas áreas, colocando em risco a sustentabilidade social do centro histórico, à medida que parecem perder o tecido social e econômico que lhe conferia identidade, memória, enfim, a dita “autenticidade” de que se fala tanto e não se chega a um consenso sobre o que é, mas que, justamente, constitui o recurso turístico (MENDES, 2018, p.2).

Para Mendes (2017; 2018) a capital portuguesa, Lisboa, está vivendo esse processo devido programas governamentais, neoliberal na política urbana. A financeirização do imobiliário, como trata o referido autor, e a reestruturação urbana, resulta na gentrificação turística.

Sob a mesma perspectiva, Kevin Gothan (2005) estudou o processo de gentrificação no bairro francês *Vieux Carre*, em *New Orleans*. Em seu estudo, Gothan (2005) identificou que nas últimas décadas o referido bairro tem sofrido um aumento crescente dos aluguéis, afastando pessoas de baixa renda e dos moradores locais, em sua maioria afro-americanos, em detrimento de empreendimentos turísticos que passaram a dominar grande parte do bairro. Assim, para Gothan (2005), a gentrificação turística significa “a transformação de um bairro de classe média em um enclave rico e exclusivo marcado pela proliferação de entretenimento corporativo e locais de turismo” (GOTHAN, 2005, p.1102, tradução da autora).

Gothan (2005), assim como Gago e Cocola-Gant (2019), é um defensor dos estudos sobre gentrificação turística por acreditar que este processo se difere dos padrões do processo de gentrificação dito como clássico conforme apontado, anteriormente, por Carneiro (2018). Para Gothan (2005), existem pelo menos duas razões para considerar a natureza da gentrificação turística. A primeira, é que a gentrificação turística destaca o global e o local. Isso quer dizer que o turismo é uma indústria global, formada por grandes redes internacionais como hotéis, operadoras, locadoras, instituições financeiras, dentre outras. Ao mesmo tempo, o turismo é uma indústria local, caracterizada por produção cultural de base, voltada para o consumo da demanda turística. Assim, o turismo pode ser uma força global e um conjunto local de organizações envolvidas na produção e comercialização de produtos locais para atrair visitantes (GOTHAN, 2005).

A segunda, é que o conceito de gentrificação turística apresenta um desafio ao conceito tradicional de gentrificação que está focado nas raízes capitalistas em que a transformação urbana está associada ao capital e ao investimento. A gentrificação turística tem um elo com o conceito tradicional de gentrificação. Contudo, os padrões de investimentos de capital na esfera da produção são diferentes, há novas formas de financiamento visando o desenvolvimento e refuncionalização do espaço urbano focado na dinâmica do turismo (GOTHAN, 2005).

Paes (2017) destaca que a refuncionalização das cidades para o uso turístico é um processo contemporâneo de urbanização. Neste âmbito, o financiamento e as intervenções que modernizam o tecido urbano associam a preservação do patrimônio a novos equipamentos

turísticos e novos usos sociais compondo rugosidades (LUCIARI, 2006) que se pode entender como sendo a junção de equipamentos modernos com estruturas antigas. Essa renovação urbana para a referida autora, assim como para Cordeiro (2018), tem contribuído para um aquecimento da economia local, criação de empregos, dinamização de outras atividades ligadas ao turismo, maior investimento de capital revitalizando espaços urbanos, além do resgate e da conservação do patrimônio cultural. Contudo, vem resultando na segregação socioespacial e nas especulações imobiliárias proporcionadas pelo turismo.

A refuncionalização das áreas urbanas, muito em detrimento da atividade turística, tem proporcionado impactos negativos como: novos usos às edificações, elevação de valor do solo urbano e dos imóveis, perda das tradições locais, perda de autenticidade dos bens materiais e imateriais e inacessibilidade da população local de baixa renda que abandonam essas áreas, causando a segregação socioespacial. Hoje, essas áreas passam a serem disputadas comercialmente para atender bares, restaurantes, hotéis, lojas de artesanatos, cafés e centros culturais que na maioria das vezes tornam-se acessíveis apenas às pessoas de poder aquisitivo elevado (LUCIARI, 2006).

Mesmo diante dos impactos negativos apontados a partir de Luchiari (2006), Gonzáles (2014) apresenta pontos positivos proporcionados pelo turismo. Para a referida autora, o turismo no âmbito econômico, cultural, social e ambiental apresenta os seguintes pontos positivos: desenvolvimento econômico, maior circulação de dinheiro e conseqüentemente maior investimento em infraestrutura, geração de emprego e incentivo a outras atividades econômicas, aumenta a proteção do patrimônio, protege paisagens urbanas e centros históricos em vias de desaparecer, além do ambiental que está relacionado a investimentos na conservação e proteção de áreas ambientais.

No que tange às questões ambientais e o turismo, Souza, Emmendoefer e Knupp (2017) apresentam que o turismo é uma atividade dependente do ambiente natural para que possa se desenvolver. Para tal é necessário estabelecer políticas públicas de turismo, visando um turismo sustentável, pois a utilização correta desses recursos minimizam os impactos socioambientais. Isto se faz necessário, pois o turismo é uma atividade de impactos socioeconômicos que afeta a dinâmica das localidades.

Neste âmbito, Souza, Emmendoefer e Knupp (2017), evidenciam a necessidade de um envolvimento entre todos os atores da cadeia produtiva do turismo no planejamento desta atividade, garantindo o desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental. Contudo, os referidos autores sinalizam que questões ambientais são pouco tratadas nas políticas de turismo. Tal fato se torna um fator preocupante no que tange a sustentabilidade do turismo. Os

autores apresentam que a sustentabilidade do turismo está na utilização dos recursos naturais para atender ao turista, garantindo e protegendo esses recursos para as gerações futuras.

Ademais, baseado na visão das autoras Luchiari (2006) e Gonzáles (2014), tem-se o seguinte quadro:

Quadro 1: Efeitos positivos e negativos do turismo

Pontos Positivos	Pontos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento econômico - maior circulação de dinheiro - maior investimento em infraestrutura - geração de emprego - incentivo a outras atividades econômicas - proteção do patrimônio, paisagens urbanas e centros históricos em vias de desaparecer - investimentos na conservação e proteção de áreas ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> - novos usos às edificações - elevação de valor do solo urbano e dos imóveis - perda das tradições locais - perda de autenticidade dos bens materiais e imateriais - inacessibilidade da população local de baixa renda que abandonam essas áreas - segregação socioespacial

Fonte: Elaboração própria a partir das autoras Luchiari (2006) e Gonzáles (2014)

Por fim, compreende-se que o poder público viu no turismo uma oportunidade de aumento da arrecadação de receitas e geração de emprego e renda para a população. Contudo, nem sempre se atenta aos aspectos negativos da atividade, como a gentrificação turística. O incentivo ao fomento da atividade turística tem efeitos socioespaciais negativos, como apresentado no Quadro 1, muitas vezes negligenciados pelo poder público para atender interesses de mercado pautados no discurso do resgate do patrimônio cultural, resultando em novos usos dos espaços, perdendo elementos identitários da comunidade local.

2.3 Política Pública de Turismo no Brasil e a relação com a dimensão espacial

Para início das discussões, cabe neste ponto uma breve compreensão do que vem a ser políticas públicas. Observou-se que na arena de discussões, não há uma única definição conceitual sobre o que vem a ser políticas públicas (*public policy*). De um modo geral, políticas públicas são definidas na literatura sob diversas abordagens.

Thomas Dye é considerado um dos autores que iniciou as discussões sobre política pública no ano de 1972. Em seu conceituado livro denominado “*Understanding Public Policies*”, o referido autor apresenta uma simples definição sobre políticas públicas como aquela em que o “governo escolhe fazer ou não fazer”. Embora simplista em seu conceito, para Dye (2008) a política é uma decisão consciente do governo em fazer algo ou não diante

de um problema. Na perspectiva do referido autor trata-se da *policy-making* que é capacidade de um governo, como um agente primário de implantar as suas decisões.

Sob a mesma perspectiva, Rua (2013) trata que uma política pública pode ser compreendida como uma ação coercitiva do Estado sobre a sociedade, pois são ações e decisões dotadas de soberania (autoridade) do poder público. A autora esclarece que as políticas públicas (*policies*) são um processo que envolve “*inputs*” – originários do meio ambiente – e “*withinputs*” – originários do próprio sistema político.

Neste contexto, Rua (2013), destaca que os governantes tomam decisões sobre ações de seus interesses e que não comprometam a permanência e a relação com poder. Assim é denominada a Teoria das Não-Decisões. “A Teoria das Não-Decisões defende que a inclusão de temas na agenda expressa relações de poder, de modo que os temas que ameaçam os interesses mais poderosos, não são incluídos na pauta (RUA, 2013, p.62).”

Para Hawllet e Cashore (2014), isso ocorre porque os governantes como importantes atores no processo de formação de política possuem legitimidade para decidir sobre os cidadãos.

Embora esses possam ser atores importantes com algum papel na governança no processo de formulação de políticas, os governos gozam de um status especial em elaboração de políticas devido à sua capacidade única de tomar decisões autorizadas em nome dos cidadãos (HAWLLET; CASHORE, 2014, p.17, tradução da autora).

Hawllet e Cashore (2014) esclarecem que na etapa de implementação ou algum outro ponto da formulação, o governo cria mecanismos para que outros atores participem. Contudo, os governos mantêm o controle sobre quando e como os atores podem ser envolvidos. Para Hawllet et al. (2013), as políticas públicas estão estruturadas em três pilares: os atores, as instituições e as ideias. Na visão dos autores as políticas públicas se subdividem em subsistemas político-administrativos, de forma que cada subsistema seja composto por atores e instituições, cada qual em sua área, que no final compõem parte de um sistema político mais amplo. Assim, Hawllet et al. (2013) trazem a visão de Willian Jenkins sobre políticas públicas como:

Um conjunto de decisões inter-relacionadas -tomadas por um ator ou grupo de atores políticos –que se referem à seleção de objetivos e dos meios necessários a alcançá-los, no âmbito de uma situação especificada em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance dos mesmos atores (JENKINS, 1978, apud HAWLLET et al., 2013, p.8).

De acordo com Rua (2013) e Hawllet e Cashore (2014), os atores compreendem tanto os atores públicos quanto os atores privados, sendo estes muitas vezes representados por

empresários e ONGs. Os empresários atuam muito em decisões que envolvem contextos econômicos e mercadológicos. As ONGs envolvem na discussão de acordo com a política em questão. Ainda, segundo Ruas (2013), nesse âmbito é formada uma arena política de disputas, como se fosse um jogo, envolvendo vantagens, desvantagens, debates e lutas entre os envolvidos. Dessa forma, baseado nos autores citados, tem-se uma concepção de que políticas públicas (*policy*) envolvem tomada de decisão, sendo esta estrategicamente selecionada por atores envolvidos, em conformidade com os fins pretendidos e os meios disponíveis, visando a implementação das decisões tomadas.

Neste sentido, Carvalho (2000) sinaliza que as políticas públicas de turismo podem ser compreendidas como um conjunto de ações e decisões que estão amparadas legalmente em programas, projetos, planos e metas que estão amarrados com os orçamentos dos poderes públicos para desenvolvimento do setor. Compreende-se que as políticas públicas de turismo vinculam-se às ações dos governos, muitas vezes apresentando em suas concepções a vontade dos próprios governantes (SCOTT, 2011; RUAS, 2013).

A partir da visão de autores como Scott (2011), Ruas (2013) e Hawllet e Cashore (2014), pode-se compreender que as políticas públicas, mesmo tendo uma ação dos governos na sua formulação e implantação, devem apresentar programas e metas focados no desenvolvimento do turismo local, regional ou internacional. Ressalta-se que mesmo que haja uma ideologia dos governantes nas políticas públicas é necessária a participação dos atores no seu processo de formulação para que traduzam a real necessidade de toda a sociedade. Segundo Scott (2011) a ideologia no desenvolvimento da política pública representa os valores das partes interessadas que as desenvolvem e refletem a cultura política nacional e os partidos políticos. No âmbito da política pública de turismo, o referido autor trata que a política de turismo possui ideologias pautadas nos princípios do governo em exercício, podendo apresentar diferentes conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 2: Objetivos da Política de Turismo

Objetivos	Descrição
Desenvolvimento Econômico	Geração de receitas; melhorias na economia local/regional; fortalecimento econômico do destino.
Competitividade	Garantir a competitividade dos destinos e empreendimentos turísticos, por meio de serviços de qualidade que garantam a competitividade.
Desenvolvimento Local	Maximizar a contribuição do turismo para o desenvolvimento local; reter os gastos do visitante no local; utilizar mão de obra e produtos local; interligar o turismo com outras áreas, como a agricultura, e incentivar a formação de redes.
Empregabilidade	Fortalecer empregos diretos ligados ao turismo, melhorar o nível de remuneração e condição de serviços para todos sem discriminação por gênero, raça, deficiência ou de outras formas.
Equidade Social e Turismo em prol dos pobres	Distribuir de forma ampla renda e benefícios econômicos e sociais em toda a comunidade receptora, incluindo melhoria e renda para o pobre.
Atendimento ao Visitante	Proporcionar experiência segura aos visitantes; garantir inclusive à população local experiência recreativa e educacional; trata-se de acessibilidade, segurança e proteção.
Controle Local	Envolver e capacitar a comunidade local na tomada de decisões e no planejamento futuro do turismo; planejamento do turismo com base na localidade.
Bem-estar da Comunidade	Manter e fortalecer a qualidade de vida na localidade, evitando qualquer degradação e exploração social; fortalecer por meio do turismo a disponibilidade de serviços locais para a população local.
Riqueza Cultural	Respeitar e valorizar o patrimônio histórico e as tradições da localidade; as receitas do turismo podem ser utilizadas no processo de conservação e ao mesmo tempo o desenvolvimento do turismo; controlar o comportamento do visitante para garantir a riqueza cultural.
Integridade Física	Garantir a qualidade das paisagens tanto urbanas quanto rurais, evitando a degradação física e visual do meio ambiente. Isso é fundamental para o turismo e bem-estar da população local.

Diversidade Biológica	Apoiar a conservação de áreas naturais, como parques nacionais e outras áreas protegidas. A gestão e a conservação dessas áreas são extremamente importantes para o turismo.
Eficiência de Recursos	Incentivar formas de turismo e gestão, minimizando o uso de recursos escassos e não renováveis no desenvolvimento, operação de instalações e serviços turísticos.
Pureza Ambiental	Minimizar a poluição do ar, da água do solo e a geração de resíduos por parte de empreendimentos turísticos e visitantes.
Sustentabilidade	Proteger do meio ambiente e os sistemas sociais/culturais; desenvolvimento do turismo e gestão ambiental; política de sustentabilidade.
Política Internacional e boa vontade	Prezar pela paz

Fonte: Extraído e Adaptado de Scott (2011, p.14)

Na América Latina, de modo especial, no Brasil, o papel das políticas públicas de turismo está relacionado a prosperidade das localidades focados no desenvolvimento econômico, além do incentivo à competitividade, promoção e comercialização de destinos, geração de emprego e renda, melhoria na qualidade de vida das localidades, dentre outros (PIMENTEL, et al., 2017). Neste sentido, para Cruz (2005), a partir do momento que a atividade turística passou a assumir uma participação na economia brasileira, refletindo no desenvolvimento de localidades, resultando transformações socioespaciais, o Estado criou no âmbito jurídico a ambiência necessária à legitimação de suas ações. Pimentel e Pimentel (2011) divide a política de turismo no Brasil em cinco fases que compreende ao período de 1930 a 2000 como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 3: Agenda Pública de Turismo Brasileira

Período	Princípio Organizador	Efeitos Esperados
Getulismo (1930 – 1955)	Exportação invisível	Influxo de turistas estrangeiros; construção de um mercado de interno; organização e fiscalização das atividades turísticas.
De Juscelino ao recuo do milagre (1956 – 1979)	Empreendedorismo estatal	Desenvolvimento do turismo interna e externamente; planejamento, sistematização e coordenação do desenvolvimento turístico; fundo para custeio de programas.
Redemocratização (anos 1980)	Estabilização	Consolidação de um intervencionismo colegiado (Sistema Nacional de Turismo); consolidação constitucional do desenvolvimento do turismo.
Liberalização (anos 1990)	Gerencialismo	Ampliação do mercado turístico nacional e estrangeiro; ações executivas descentralizadas para estados, regiões e municípios; ampliação do mix público-privado.
Recuperação do desenvolvimento (anos 2000)	Desenvolvimento e agenda social	Aumento do fluxo interno e externo; melhoria da qualidade e produtividade; descentralização de planejamento e execução; regionalização; envolvimento das comunidades; sustentabilidade; inclusão social pelo trabalho; redução das desigualdades.

Fonte: Pimentel e Pimentel (2011,p.14)

Na ambiência da implantação das políticas públicas de turismo no Brasil, para Cruz (2000), o primeiro instrumento legal foi o decreto lei nº 406 que estabelece normas para a comercialização de passagens aéreas, marítimas, rodoviárias, além da operação das agências de viagem. Ainda, segundo Cruz (2000) em 1939, por meio do decreto lei nº 1915, foi criada a Divisão de Turismo, vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda cujo objetivo é fiscalizar, gerenciar e organizar as ações de turismo tanto para o setor interno quanto o setor externo.

Já no segundo período, Silveira et al. (2006) consideram que uma das mais significativas ações da política pública de turismo no Brasil foi o Decreto Lei no. 55 de 1966, criando a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), o Conselho Nacional de Turismo e a Política Nacional de Turismo. Fatos que antecedem o período da redemocratização e da Constituição Federal de 1988. Em 1958 foi criada a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) por meio do decreto lei-nº 44.863 de 21 de novembro, cuja finalidade era

articular toda a política nacional de turismo. Contudo, foi extinta em 1962, (SILVA, 2015; FRATUCCI, 2008; CARVALHO et al., 2013).

Para Fratucci (2008), os anos compreendidos entre 1966 e 1990 destacam-se como aqueles em que o governo foi atuante na estruturação e regulamentação da atividade turística no país. Para o autor, durante esse período o território brasileiro passou por um reordenamento, sendo a atividade turística a base.

Durante aquele período o governo federal estabeleceu um sistema nacional de incentivos fiscais e financeiros para estimular o desenvolvimento turístico no país, principalmente pela ampliação e melhoria da oferta de meios de hospedagem. Tais ações provocavam um intenso reordenamento no território brasileiro, tendo por base o seu uso pelo turismo (FRATUCCI, 2008, p.145).

Fratucci (2008) salienta que por trás da iniciativa do governo em turistificar o território nacional havia o interesse dos agentes de mercado e do governo militar que comandava o país à época. Uma das ações de destaque nesse sentido foi a criação do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), em 1971, por meio do decreto-lei nº 1.191 com a finalidade de financiar obras ligadas ao desenvolvimento do turismo. Tal iniciativa, segundo Fratucci (2008) favoreceu a construção de hotéis, restaurantes e demais equipamentos de lazer de forma difusa, priorizando a demanda internacional, concentrando a turistificação no litoral brasileiro.

Nos anos de 1980 não se destacaram ações do governo em favor do fomento da atividade turística. Somente na década de 1990 a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), por meio da lei nº 8.181, passou a ser uma autarquia do governo federal sendo denominado Instituto Brasileiro de Turismo. Nesse período, a EMBRATUR criou o programa PRODETUR – NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), cujas ações estavam direcionadas na região nordeste intensificando a configuração do território dessa região, voltadas para o turismo investindo em infraestrutura básica, equipamentos urbanos, infraestrutura turística e serviços no setor. Desde então as ações em prol do desenvolvimento do turismo ficaram sobre a responsabilidade da EMBRATUR que em 1992, no governo Collor, criou o PLANTUR (Plano Nacional de Turismo) (CARVALHO et al., 2013).

De acordo com Fratucci (2008), as diretrizes do PLANTUR estavam focadas na preservação do meio ambiente e seus recursos, bem como na eficiência administrativa e na atuação conjunta entre o governo e o setor privado. Assim, o referido plano foi a base para a formulação do PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo).

Contudo, para Carvalho (2000), foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) que a Política Nacional de Turismo foi efetivamente implementada. No então governo,

criou-se o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo). Nesse programa os órgãos estaduais passaram a ser parceiros do processo de municipalização e deixaram de ser representantes das políticas federais nos estados trazendo uma nova perspectiva em relação ao planejamento da atividade turística no país, denotando empoderamento aos entes municipais para o desenvolvimento do turismo (CARVALHO, 2000).

Por meio das propostas desse programa os estados e municípios tiveram que adequar à nova forma e inserir mudanças na forma de gestão das políticas públicas. O Programa de Regionalização do Turismo (2004) propôs novas estratégias na gestão das políticas públicas em turismo, maior interação entre o poder público e a sociedade civil no planejamento e organização social. Além disso, propôs ações integradas entre os municípios, como proposta de fortalecimento da região (DIAS, 2003). Neste contexto, podemos exemplificar o Estado de Minas Gerais, sendo considerado uns dos precursores desse novo modelo de gestão descentralizada, no Brasil, através dos chamados Circuitos Turísticos (CTs). Estes são apontados por Emmendoerfer, Silva e Lima (2011) como um modelo de inovação social por compreenderem que os CTs foram concebidos para desenvolver um determinado território, por meio de uma integração regional.

Ressalta-se que a descentralização da gestão pública no Brasil iniciou-se nos anos 1980 e foi claramente um resultado da transição à redemocratização que então ocorreu no país, processo ocasionado ao fim de um regime militar no Brasil. Neste contexto, a descentralização ocorreu como uma delegação das responsabilidades do governo central aos Estados (regionais) e particularmente às municipalidades, consubstanciando em um pacto federalista no país. Tal fato contribuiu para ações de governos futuros, como, por exemplo, o governo de Fernando Henrique Cardoso nos anos 1994 a 2002 (CARVALHO, 2000; FRATUCCI, 2000).

Neste contexto, Goulart et al. (2010) esclarecem que o final da década de 1980 e 1990 foi influenciado pela ideologia neoliberal que trouxe o discurso da redemocratização na política brasileira. O processo de redemocratização da política brasileira desencadeou programas que visavam a redução das desigualdades sociais e regionais. Nesse contexto, surgiram formas organizacionais, como por exemplo, redes e arranjos produtivos locais com a proposta de desenvolver localidades.

Na visão de Carvalho et al. (2013), no que tange ao processo de transformação espacial pelo turismo, o Programa de Regionalização contribuiu para evidenciar as potencialidades de cada região, valorizando recursos e produtos turísticos ampliando destinos turísticos em todo o território nacional.

Posteriormente, no ano de 2003, ano que marcou a gestão do turismo no Brasil, no primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou-se o Ministério do Turismo (MTur). Esse fato configurou-se no principal ganho institucional desse governo para o desenvolvimento do turismo, que considerou o setor uma das prioridades da sua gestão, com o propósito de enfrentar, na área do turismo, o desafio de conceber um novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, avançando no conceito de municipalização.

Para Cezar e Nascimento (2019), na primeira administração do governo Lula (2004-2007) manteve-se a tendência de políticas regionais, desenvolvendo programas por macrorregiões com a proposta de desenvolver políticas públicas de acordo com a realidade e a necessidade de cada região do país.

Com a institucionalização do MTur no governo Lula elaborou-se o primeiro Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007 estruturado em Macroprogramas Temáticos (CARVALHO et al., 2013):

- Macroprograma 1 – Planejamento e Gestão
- Macroprograma 2 – Informação e Estudos Turísticos
- Macroprograma 3 – Logística de Transportes
- Macroprograma 4 – Regionalização do Turismo
- Macroprograma 5 – Fomento à Iniciativa Privada
- Macroprograma 6 – Infraestrutura Pública
- Macroprograma 7 – Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos
- Macroprograma 8 – Promoção e Comercialização
- Macroprograma 9 – Turismo Sustentável e Infância

Com a revisão do PNT 2003-2007, novas propostas foram incluídas ao PNT 2007-2010, surgindo assim, um novo ator, os circuitos turísticos, responsáveis pela coordenação regional da atividade, contemplando as instâncias de governança regional (SANTOS; PEREIRA, 2018, p.85).

O PNT 2007-2010 denominado “Uma Viagem de Inclusão” teve com premissa a inclusão social mesmo mantendo as bases do PNT anterior. Entre 2010-2013, o Mtur tomou algumas ações como revisão e busca de melhorias nos programas do PNT, Revisão da Política Nacional de Turismo e a criação do Mapa de Regionalização do Turismo e parceria com a FGV (Fundação Getúlio Vargas) no estudo desenvolvido pela instituição denominado Competitividade Turística dos 65 Destinos Indutores (SILVA, 2015).

Posteriormente, criou-se o PNT 2013-2016 (O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil) que, segundo Silva (2015) foi elaborado em regime de cooperação entre a União, os

Estados, Distrito Federal e os municípios. O referido Plano fortaleceu a gestão descentralizada e incentivou os municípios a desenvolverem o plano municipal de turismo. O atual PNT vigente 2018-2022 (Mais Emprego e Mais Renda para o Brasil) não foge muito à linha dos PNTs anteriores e visa a inclusão social por meio da oferta de trabalho melhor distribuição de renda (Mtur, 2020). O referido Plano apresenta os seguintes programas:

- Ordenamento, Gestão e Monitoramento
- Estruturação do Turismo Brasileiro
- Formalização e Qualificação no Turismo
- Incentivo ao Turismo Responsável
- Marketing e Apoio à Comercialização

Assim, observa-se que o PNT 2018-2022 está focado mais na economia, na geração de emprego e renda. De acordo com Fratucci (2008) essa análise da gestão pública de turismo no Brasil é uma importante forma de compreender como a dimensão espacial do turismo ainda é pouco tratada por órgãos de turismo.

Em todos os momentos em que a questão da espacialidade do turismo aparece nos discursos e nas práticas dos órgãos de turismo, o espaço é tratado como mero suporte para o desenvolvimento econômico do setor e o seu ordenamento e preservação só ocorrem quando direcionados para a facilitação da reprodução do capital, por meio dos grandes empreendimentos turísticos (FRATUCCI, 2008, p.180-181).

Neste sentido, estudiosos como Paes (2017), Leite (2007) têm demonstrado que no Brasil a recuperação de áreas urbanas, especialmente nas cidades históricas, tem sido constante nos últimos anos. Iniciativas públicas e privadas, provindas de uma política neoliberal, têm recuperado sítios históricos e áreas urbanas degradadas em prol do turismo, entretenimento, consumo e lazer. Ressalta-se neste tópico que o governo brasileiro, nas últimas décadas, tem desenvolvido programas de preservação do patrimônio sendo estes atrelados ao Ministério do Planejamento, Ministério da Cultura e ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico Nacional) visando a recuperação do patrimônio cultural urbano e o fomento do turismo (LUCHIARI, 2006).

Neste âmbito, Fridman, Araújo e Daibert (2019) apresentam que o governo brasileiro desenvolveu três programas com a proposta de preservação do patrimônio histórico, no período de 1973 a 2016, sendo: o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (1973 a 1979); O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano - Monumenta (1999 a 2010) e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC das Cidades Históricas (2009-2016).

Neste âmbito, as cidades históricas brasileiras como Ouro Preto (MG), Recife (PE), Salvador (BA), São Luís (MA), Tiradentes (MG), dentre outras, foram pioneiras sendo contempladas pelo governo federal, que repassou recursos para esses municípios, resultando na revitalização dos centros históricos, e,conseqüentemente, no fomento da atividade turística que no decorrer dos anos se intensificou nestas cidades, gerando desdobramentos socioespaciais, como por exemplo, a gentrificação e a mercantilização do patrimônio cultural. (LUCHIARI,2006).

Dessa maneira, torna-se de fundamental importância buscar um entendimento de como o turismo se insere no contexto da transformação do espaço urbano e as relações que ali se estabelecem principalmente no que tange aspectos territoriais, para que os governos (Federal, Estadual e Municipal) possam desenvolver uma política pública de turismo não só pautada nas questões econômicas, como apontado por Fratucci (2008), mas também na gestão do território para o desenvolvimento socioespacial.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho busca compreender os efeitos da atividade turística na formação socioespacial do município de Tiradentes-MG, sendo a pesquisa classificada como descritiva. Para Gil (2010) a pesquisa descritiva é utilizada por pesquisadores interessados em compreender fenômenos ou descrever características de um determinado grupo ou população, por meio de opiniões, crenças, obtidas por meio de técnica de coleta de dados como questionário ou por meio de observação.

Face aos objetivos, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa, porque buscou trabalhar com aspectos da realidade de Tiradentes, focando na compreensão das dinâmicas estabelecidas na cidade, sendo estes difíceis de serem quantificados. Segundo Vieira e Zouain (2005), a pesquisa qualitativa possibilita levantar dados da experiência vivida pelos entrevistados no seu contexto social. Assim, é possível ao pesquisador apreender descrições ricas e fundamentadas sobre a realidade em questão.

A coleta de dados compreendeu a pesquisa bibliográfica e documental, entrevista semiestruturadas, utilizando-se de um roteiro dividido em cinco blocos, conforme sujeitos sociais da pesquisa: técnicos do IPHAN da subseção de Tiradentes, representantes do poder público municipal, empresários, população local e Conselho Municipal de Turismo. Para a seleção dos entrevistados foi utilizada a técnica “bola de neve” em que indivíduos selecionados/entrevistados indicam novos participantes para entrevistas, podendo estes ser amigos ou conhecidos, favorecendo o aumento de participantes. Também é uma técnica muito utilizada quando há dificuldade em acessar os potenciais participantes (VINUTO, 2014).

A técnica empregada para a interpretação dos dados foi a análise de conteúdo baseada em Bardin (2011). Quanto ao método da investigação, utilizou-se o estudo de caso, sendo a cidade de Tiradentes- MG adotada como o caso particular. “O estudo de caso é uma técnica de pesquisa qualitativa que volta as atenções do pesquisador para o diagnóstico de um caso” (IKEDA, CAMPOMAR e OLIVEIRA, 2005, p.142). Segundo Yin (2001, p.27) “o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos (...) o poder diferenciador do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidência – documentos, entrevistas, artefatos e observações”. Assim, considera-se este estudo um estudo de caso, pois se tem a cidade de Tiradentes como um objeto de estudo ao qual foi feita a pesquisa de campo de forma profunda, por meio de inúmeras investigações, como entrevistas e pesquisas em documentos, para compreender os efeitos do turismo na formação socioespacial da cidade.

3.1 O *locus* da pesquisa

O estudo de caso da pesquisa é cidade histórica de Tiradentes em Minas Gerais. O município se localiza no Estado de Minas Gerais, na região sudeste do estado, a 190 km da capital Belo Horizonte, e faz divisa com os municípios de São João Del Rei, Coronel Xavier Chaves, Santa Cruz de Minas, Prados e Dolores de Campo conforme demonstram as figuras 2 e 3:



Figura 2: Localização de Tiradentes no mapa do Estado de Minas Gerais

Fonte: Site da Prefeitura de Tiradentes (2019)



Figura 3: Divisa com os municípios de São João Del Rei, Coronel Xavier Chaves, Prados e Dolores de Campos.

Fonte: Google Maps (2020)

De acordo com o IBGE (2020), pelo último censo de 2010, o município possui uma população de 6.961 habitantes sendo a estimativa de população em 2019 de 7.981 habitantes. Como a maioria das cidades históricas de Minas Gerais, Tiradentes surgiu da exploração aurífera, em territórios desbravados por bandeirantes oriundos de Taubaté- São Paulo.

Segundo Campos (2006), em fins do século XVII e já no início do século XVIII, nas encostas da Serra de São José, os paulistas descobriram os veios de ouro dando origem ao arraial denominado Santo Antônio do Rio das Mortes. Assim, formado em princípios do século XVIII, o município de Tiradentes teve sua origem no pequeno arraial da Ponta do Morro que, posteriormente, passou a ser conhecido como Arraial Velho.

Posteriormente, com a escassez do ouro passou por um período de crise econômica e esvaziamento populacional. “Aqueles que lá permaneceram voltaram-se para a agricultura e produção da prata, outros migraram para o Vale do Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, dedicando-se ao cultivo do café” (SILVA, 2017, p.31).

Neste sentido, para Silva (2017), em função da crise aurífera e com a prática da agricultura que não atendia mais aos interesses da colônia, perdeu a categoria de vila. Em 1860 foi elevada à categoria de cidade e com a Proclamação da República substituiu-se o nome São José, por Tiradentes em homenagem ao alferes, um dos incondentes, nascido na vila, Joaquim José da Silva Xavier.

Segundo Campos (2006), em função da estagnação econômica que perdurou do início do século XIX até a segunda metade do século XX, houve uma desvalorização dos imóveis urbanos e somente com o advento do turismo, em 1980, que o cenário socioeconômico começou a se alterar e, conseqüentemente, a gradativa saída da população nativa do centro histórico, em direção à periferia.

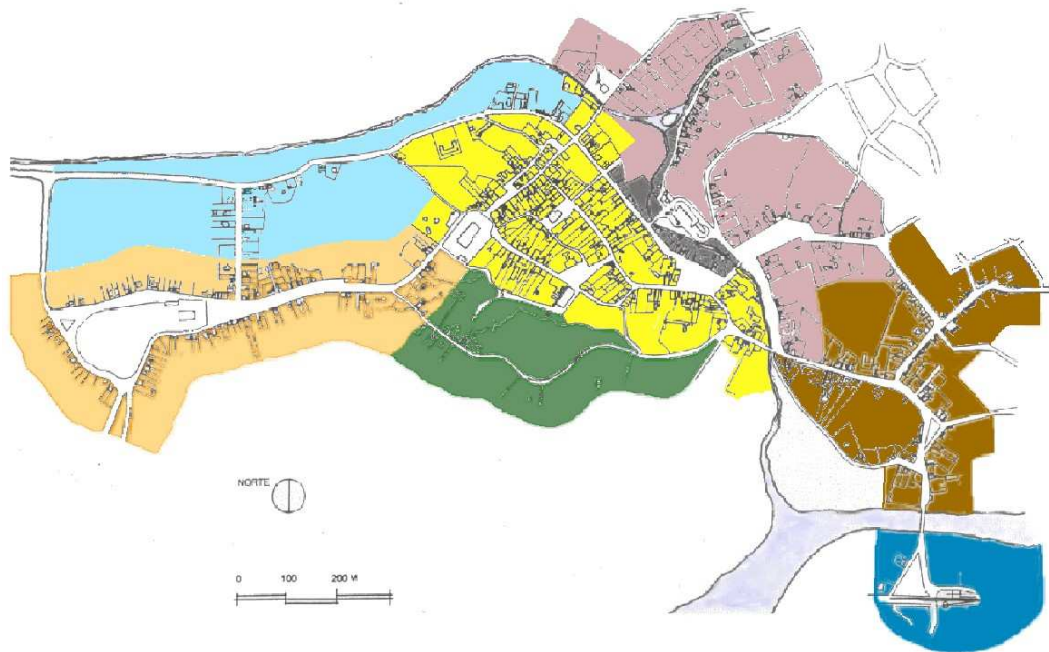


Figura 4 – Perímetro Urbano de Tiradentes – Centro Histórico em amarelo
Fonte: Fundamentos e Propostas de Critérios e Normas do IPHAN (1997)

Nesse sentido, como este estudo visa compreender os efeitos da atividade turística na formação socioespacial de Tiradentes – MG, analisar o perímetro urbano, em especial o centro histórico, foi fundamental para compreender o turismo e seus efeitos socioespaciais.

3.2 Técnica de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos sobre o tema deste estudo. A fonte dos dados documentais foi em sua maioria do site do IBGE, IPHAN Subseção de Tiradentes, Portal da Prefeitura Municipal e Instituto Histórico, Geográfico de Tiradentes e Fundação João Pinheiro. Juntamente com essas fontes, foram coletados dados em trabalhos científicos relacionados ao tema da pesquisa, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 4: Trabalhos científicos utilizados na pesquisa e relacionados ao tema

Autor/Ano	Tipo	Título
CAMPOS, H. R.; 2006	Dissertação de mestrado	<i>Transformações urbanas recentes em Tiradentes-MG: anos 80 e 90 do século XX</i>
PIRES, F.M; FERREIRA; M. A. T; 2007	Artigo	<i>Percepção sobre a interpretação do patrimônio edificado em Tiradentes</i>
CAMPOS; H. R.; 2013	Artigo	<i>Gentrificação na área central de Tiradentes- MG</i>
NEVES, R., 2013	Dissertação de mestrado	<i>História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012)</i>
NEVES, R.; CARNEIRO, J. E.; 2014	Artigo	<i>Empreendedorismo e marketing urbano: a mercadorização do centro “histórico” de Tiradentes, Minas Gerais, na ótica do turismo</i>
MATA, G. M.F.; 2016	Dissertação de mestrado	<i>Conselhos Gestores como mecanismo de controle: Uma análise em Destinos Turísticos</i>
SILVA, E. R. da.; 2017	Tese (Doutorado)	<i>As Transformações Socioespaciais da Cidade de Tiradentes (MG) em Função da Emergência do Turismo: Um Olhar Possível para as Décadas de 1970 e 1990</i>
SOUSA, D. S.; 2017	Relatório de iniciação científica	<i>O centro histórico de Tiradentes: turismo, urbanismo e patrimônio</i>
MEDIOTTE,E., 2020	Dissertação de Mestrado	<i>Avaliação da Governança em Instâncias Deliberativas Coletivas e sua Relação com o Planejamento Turístico no município de Tiradentes (MG)</i>

Fonte: Elaboração própria

A pesquisa documental foi um procedimento adotado para apreensão, compreensão e análise de documentos como: projetos de lei relacionados ao uso e ocupação do solo, preservação do patrimônio, documentos oficiais como o Plano Diretor, documentos normativos do IPHAN e o Plano Municipal de Turismo, leis municipais de turismo e patrimônio, calendário de eventos, mapas territoriais de Tiradentes, fotografias em redes sociais, como por exemplo, Facebook, matérias em mídias sociais sobre a cidade de Tiradentes, dentre outros como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 5: Descrição dos documentos analisados

Documento	Fonte de Consulta
Lei Complementar nº 05/15 de 16 de dezembro de 2015	Prefeitura
Lei nº 2535 de 14 de maio de 2010 que cria o Comtur e o Fumtur	Prefeitura
Decreto 2.134-A de 4 de dezembro de 2013 que regulamenta o Comtur e o Fumtur	Prefeitura
Plano Diretor Participativo do Município de Tiradentes (2015)	Prefeitura
Plano Municipal de Turismo de Tiradentes (2017-2021)	Prefeitura
Fundamentos e Propostas de Critérios e Normas de Intervenção(1997)	IPHAN Subseção de Tiradentes
Lista de Bens Inventariados e Tombados	IPHAN Subseção de Tiradentes
Calendário de eventos	Prefeitura
Figuras	IPHAN Subseção de Tiradentes/Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes/ Acervo pessoal do fotógrafo César Reis
Mapa do perímetro urbano de Tiradentes	IPHAN Subseção de Tiradentes/Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Oliveira (2007) caracteriza a pesquisa documental como aquela que busca por informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico como fotografias, cartas, revistas, jornais, reportagens, relatórios, dentre outros. Ainda, segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a pesquisa documental se aproxima muito da pesquisa bibliográfica. Contudo, há um elemento diferenciador entre as duas: a pesquisa bibliográfica remete a fontes secundárias e busca a contribuição de diversos autores sobre um determinado tema, enquanto a pesquisa documental recorre às fontes primárias e secundárias que não receberam um tratamento analítico.

No âmbito da pesquisa documental, Cellard (2008) orienta ao pesquisador fazer uma análise preliminar dos documentos selecionados. Segundo o autor a análise preliminar compreende o contexto, os autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceito-chave. Neste sentido, o procedimento adotado na pesquisa documental foi realizar uma triagem preliminar separando os documentos apresentados no quadro anterior.

Posto isto, foi realizada a coleta de dados pelas entrevistas, importante instrumento adotado na obtenção das informações da pesquisa qualitativa. A utilização da entrevista é um meio de compreender a subjetividade do entrevistado por meio de seus depoimentos. É uma forma de extrair o que é subjetivo e pessoal do sujeito. Permite-se compreender a lógica das relações estabelecidas dentro dos grupos sociais de vivência do entrevistado em um determinado tempo e lugar (BATISTA et al., 2017).

Dessa forma, as entrevistas foram divididas em cinco blocos com atores envolvidos com no contexto do turismo e a produção do espaço em Tiradentes-MG, como segue: Técnicos do IPHAN subseção de Tiradentes, representantes do poder público municipal, empresários, população local e Conselho Municipal de Turismo. Estes blocos totalizaram em 20 atores, como demonstra o Quadro 6:

Quadro 6: Descrição dos blocos de entrevistas

Bloco	Atores	Nº de Entrevistados
Bloco 1	Técnicos do IPHAN- Subseção Tiradentes	2
Bloco 2	Representantes do Poder Público Municipal	1
Bloco 3	Empresários	7
Bloco 4	População Local	8
Bloco 5	Conselho Municipal de Turismo	2
	TOTAL	20

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

No período de estruturação da pesquisa não foi determinado o número total de entrevistados. De acordo com Minayo (2017, p.6), “determinar um número de entrevistados abstratamente é bastante problemático, dado o caráter de abrangência das interlocuções necessárias para a compreensão do objeto”. Dessa forma, trabalhou-se por meio de amostragem por saturação categórica que conforme apresenta Fontanella et al. (2008), é um tipo de amostragem utilizado quando há suspensão na inclusão de novos participantes, quando os dados obtidos passam a ser redundantes ou repetitivos, não acrescentando mais informações na coleta de dados.

Pelo fato de ter sido realizada num período de isolamento social (junho a julho de 2020) todos os participantes foram abordados primeiramente por meio de e-mail. Sendo autorizada realização da entrevista, a mesma se deu por meio telefônico ou vídeo conferência no Whatsapp, de acordo com o consentimento do entrevistado conforme demonstra o quadro a seguir. Ao final de cada entrevista, foi solicitada a indicação de outro participante. O ponto de partida inicial para as entrevistas foi com o entrevistado nº5, considerado por Vinuto (2014) como “semente”, pois é a partir deste que se inicia a localização de pessoas com o perfil necessário. Esclarece-se que os dados coletados para este trabalho correspondem até julho de 2020, período que perpassa à pandemia.

Quadro 7: Participantes da pesquisa

Entrevistado	Instância que representa	Bloco de entrevistas aplicado	Meio de realização da entrevista	Quem indicou?
Nº1	COMTUR	Bloco 5	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº5
Nº2	Associação de Moradores do Alto da Torre	Bloco 4	Vídeo chamada do Whatsapp	Indivíduo nº5
Nº3	IPHAN	Bloco 1	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº1
Nº4	Moradora	Bloco 4	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº2
Nº5 (semente)	COMTUR	Bloco 5	Chamada de Whatsapp	Indicação externa
Nº6	Empresária	Bloco 3	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº2

Nº7	Moradora	Bloco 4	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº2
Nº8	Empresária	Bloco 3	Vídeo chamada do Whatsapp	Indivíduo nº6
Nº9	Empresário	Bloco 3	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº8
Nº10	Morador	Bloco 4	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº7
Nº11	Empresário	Bloco 3	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº9
Nº12	Empresário	Bloco 3	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº9
Nº13	Morador	Bloco 4	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº10
Nº14	Empresário	Bloco 3	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº11
Nº15	Morador	Bloco 4	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº2
Nº16	Empresário	Bloco 3	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº12
Nº17	IPHAN	Bloco 1	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº3
Nº18	Morador	Bloco 4	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº2
Nº19	Empresária	Bloco 3	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº16
Nº20	Poder Público Municipal	Bloco 2	Chamada de Whatsapp	Indivíduo nº5
Fotógrafo (cedeu apenas as fotos)	Morador	x	Menseger (Facebook)	Indivíduo nº8

Fonte: Elaboração própria

Ressalta-se que a pesquisa foi submetida para a apreciação e posterior aprovação por parte do Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa. Durante a abordagem foi enviado por e-mail o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que garantiu confiabilidade, segurança e privacidade aos entrevistados. A abordagem da entrevista foi por meio de roteiro específico para cada bloco (VIDE APÊNDICES DE A a E).

O roteiro da entrevista foi desenvolvido de acordo com cada grupo, sendo:

- **Bloco 1)** Técnicos do IPHAN – órgão responsável pela preservação de centros históricos tombados: o intuito foi identificar sua atuação no município e a sua relação com o poder público municipal.

- **Bloco 2)** Representantes do Poder Público Municipal: representa os servidores da prefeitura municipal. Entrevistaram-se servidores da Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Patrimônio, Secretaria de Cultura e a Fazenda Municipal. O intuito foi identificar o processo de implementação das políticas públicas de turismo.

- **Bloco 3)** Empresários: hoteleiros, agentes de viagem, bares, lojas, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais. O intuito foi identificar a relação do empreendimento com os moradores, turistas e poder público local.

- **Bloco 4)** População local: o intuito foi identificar os impactos do processo de gentrificação no cotidiano da população local e a sua relação com o turismo. Foram atores fundamentais na pesquisa. As entrevistas com os moradores auxiliaram muito na compreensão do processo de gentrificação turística em Tiradentes.

- **Bloco 5)** Conselho Municipal de Turismo (COMTUR): representantes do poder público e da sociedade civil organizada. O intuito foi identificar a atuação do COMTUR junto ao poder público municipal na gestão do turismo.

3.3 Técnica da análise de dados

Frente aos objetivos específicos e as técnicas de coleta de dados, utilizou-se a análise de conteúdo que é uma técnica adotada para ler, descrever e interpretar o conteúdo dos documentos e textos pesquisados. A intenção é interligar a interpretação dos documentos com as entrevistas, possibilitando uma reflexão sobre os aspectos legais e de planejamento, com a significação das ações por parte dos entrevistados.

“a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores, quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 2011,p.37).

A técnica da análise será desenvolvida segundo Bardin (2011), sendo as fases:

- i) Pré-análise/ Fase de Organização;
- ii) Exploração do material, codificação e categorização;
- iii) Tratamento dos resultado/Interpretações, inferência e interpretação/ Informações fornecidas pela análise;

Quadro 8: Etapas da Análise de Conteúdo

Etapas da Análise de Conteúdo	Procedimento
Pré-análise/ Fase de Organização	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura flutuante -Escolha de documentos que constituirão o <i>corpus</i> -Preparação do material
Exploração do material, codificação e categorização	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de classificação, categorização e codificação
Tratamentos dos resultados, inferência e interpretação/ Informações fornecidas pela análise	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelece relações com a realidade que é vivenciada - Fase de reflexão e intuição com base nos materiais empíricos - Confronto entre o conhecimento acumulado e adquirido

Fonte: Elaborado pela autora (2020). Baseado em Bardin (2011)

Dessa forma, conforme proposto por Bardin (2011) a primeira fase da pesquisa constitui-se na organização e pré-análise do material. A segunda fase correspondeu à classificação, categorização e codificação. Por fim, elaboração dos relatórios com base no tratamento dos resultados.

O quadro 9 a seguir apresenta os objetivos específicos, as categorias de análise, os indicadores e as técnicas das coletas de dados realizadas.

Quadro 9: Objetivos específicos e procedimentos da pesquisa

Objetivos Específicos	Categorias de Análise	Fonte de Dados	Coleta de Dados	Análise dos Dados
I) Caracterizar a formação urbana do centro histórico de Tiradentes do período do ciclo do ouro até a consolidação da atividade turística.	- Formação territorial em Tiradentes (Espaço e Território)	-Leis municipais, estaduais e federais relacionadas a tombamento e regulamentação Arquivos do IPHAN - Arquivos da Prefeitura - Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes - Historicidade	Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas	Análise de conteúdo
II) Analisar a política pública de turismo e a relação com a reconfiguração socioespacial de Tiradentes.	Instrumentos legais relacionados à política pública de turismo	Plano Municipal de Turismo Lei da Política Municipal de Turismo Lei do Fundo Municipal de Turismo Lei de Criação do COMTUR Governança local.	Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas	Análise de conteúdo
	Instrumentos legais relacionados a preservação do sítio histórico em Tiradentes	Leis relacionadas à política de preservação. - Plano Diretor -Arquivos do IPHAN e da prefeitura		
III) Identificar os principais efeitos da atividade turística na formação socioespacial de Tiradentes.	Processo de gentrificação turística	Ressignificação do espaço Formação de classes dominantes/elite local Mercantilização do patrimônio Especulação imobiliária Exclusão e segregação da população nativa	Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas	Análise de conteúdo
	Processo Identitário	Significação Saudosismo/Pertencimento		

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

3.4 Limitações da pesquisa

As limitações encontradas na pesquisa são teóricas e empíricas. No aspecto teórico houve uma dificuldade de encontrar na literatura dados e estudos mais aprofundados sobre a política de turismo no Brasil e a sua relação com a dimensão espacial, buscando sinalizar os seus possíveis efeitos na configuração do espaço urbano. Espera-se que os resultados deste trabalho possam demonstrar a importância da discussão do turismo para além da perspectiva econômica e que possa contribuir na formulação de políticas públicas pautadas nos efeitos socioespaciais do turismo.

Empiricamente, as dificuldades apresentadas foram a obtenção de acesso aos diversos tipos de documentos como atas das reuniões do Conselho Municipal de Turismo, do Conselho Municipal de Patrimônio e Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. Além do fornecimento de dados oficiais da prefeitura, como arrecadação municipal com o turismo e dados do inventário da oferta turística do município, alguns funcionários da prefeitura e secretários dos conselhos não se disponibilizaram a fornecer. Ressalta-se que o trabalho de campo foi realizado nos meses de junho e julho de 2020, durante o isolamento social em razão da pandemia do COVID-19, o que dificultou o acesso aos documentos, representando uma barreira na execução da pesquisa e obtenção dos dados.

Outra dificuldade apresentada foi em relação a aplicação das entrevistas. Para exemplificar, a chefe do escritório do IPHAN não se encontrava em Tiradentes em função da pandemia. Tal fato dificultou acessar documentos diversos do IPHAN, sendo disponibilizado apenas o que ela tinha em seus arquivos pessoais. Outro caso, os empresários foram muito atenciosos e solícitos com a pesquisa. Contudo, a dificuldade de definir uma agenda foi enorme, pois muitos estavam fechando seus empreendimentos, sem previsão de reabertura e demitindo funcionários.

Por fim, diante da metodologia desenvolvida, foi possível alcançar o objetivo geral proposto neste estudo que é compreender os efeitos da atividade turística na formação socioespacial de Tiradentes-MG. Além disso, chegar nos resultados e discussões que estão apresentados nos seguintes tópicos a seguir: 4.1) Caracterização da formação urbana de Tiradentes: do Ciclo do Ouro ao Advento do Turismo (1702-2020); 4.2) As Políticas Públicas de Turismo e a relação com a reconfiguração socioespacial de Tiradentes 4.3) Os efeitos da atividade turística na formação socioespacial de Tiradentes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira seção deste capítulo busca descrever a dinâmica da formação territorial de Tiradentes, correspondendo ao período do ciclo do ouro até o advento do turismo. Para compreender essa dinâmica, foi necessário fazer um levantamento de documentos propostos nas unidades de análise como arquivos do IPHAN, arquivos da prefeitura, arquivos do Instituto Histórico Geográfico de Tiradentes, leis municipais, normativas, fotografias, sites institucionais, dentre outros. Somado a este processo de investigação documental, a pesquisa bibliográfica e as entrevistas foram fundamentais na compreensão da historicidade sobre a formação urbana de Tiradentes.

Neste sentido, foi possível identificar como a atividade econômica estabelecida num território exerce influência na forma do uso e ocupação do solo (LEFEBRE,2000). Bem como são estabelecidas as relações de poder e dominação das classes hegemônicas. As práticas sociais e econômicas são estabelecidas no território ao longo do tempo e os indivíduos que ali residem constroem uma identidade repleta de valores e sentimentos de pertencimento. Assim, a formação socioespacial envolve questões concretas (edificações) e simbólicas (comportamentos, valores) que se ressignificam no espaço ao longo dos anos (SANTOS, 2008).

4.1 Caracterização da formação urbana de Tiradentes: do Ciclo do Ouro ao advento do Turismo (1702-2020)

A data de 1702 corresponde ao período da chegada dos bandeirantes paulistas na região do Rio das Mortes em busca do ouro e sua exploração. A coroa portuguesa, ao longo do século XVIII, foi responsável pelo incentivo à ocupação e expansão no interior das Minas Gerais. A proposta era ocupar áreas para a exploração do ouro. Tais áreas foram se formando sem uma política de ordenamento do espaço. Nesse âmbito, o fluxo de pessoas que se aglomeravam no interior das minas foi dominante na formação dos primeiros arraiais ou vilas (IPHAN,1997), como no caso de Tiradentes quando o potencial aurífero das proximidades Del Rei, aos pés da Serra de São José, atrai mineradores para a região. Com a instalação da população no arraial teve o início das atividades econômicas e comerciais.

Essa economia tipicamente urbana, com a criação de centros de comércio, ainda que baseada estruturalmente na mão-de-obra escrava, como o restante da Colônia, propiciou a ampliação daquele complexo social devido ao surgimento de novas frações de classe, cujas atividades caracterizam a vida urbana, tais como: o estabelecimento comercial, a prostituição, a vida religiosa organizada em irmandades, a indústria de olaria, os serviços prestados por escravos de organização e manutenção do espaço e equipamentos urbanos, a necessidade de cadeia pública e do pelourinho. Assim também, a proliferação de vários ofícios, dentre eles: alfaiates, carpas, entalhadores, ferreiros, ferradores, marceneiros, ourives, pedreiros, pintores, sapateiros, seleiros, tanoeiros e torneiros (FUNDAMENTOS E PROPOSTAS DE CRITÉRIOS E NORMAS DO IPHAN, p.17, 1997).

Em vistas ao crescimento urbano e à movimentação econômica estabelecidas no arraial, em 1718 o arraial velho é elevado à condição de Vila de São José. O acesso à Vila se dava pelo lado direito do Rio das Mortes, caminho paralelo à Serra de São José, subindo o morro em sentido ao povoado próximo à Igreja da Santíssima Trindade, erguida em 1810.

O eixo primitivo de ocupação de Tiradentes define-se da Matriz de Santo Antônio, a Rua da Câmara, Rua Jogo de Bola, em direção ao Chafariz de São José e o córrego Santo Antônio, que ficam na parte baixa da cidade (CAMPOS,2006).

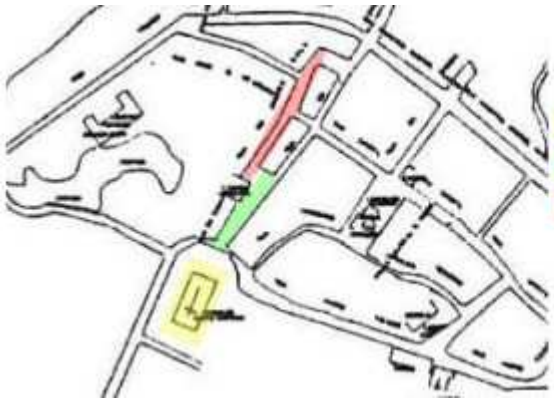


Figura 5– Núcleo inicial de Tiradentes
Fonte: (CAMPOS,2006)

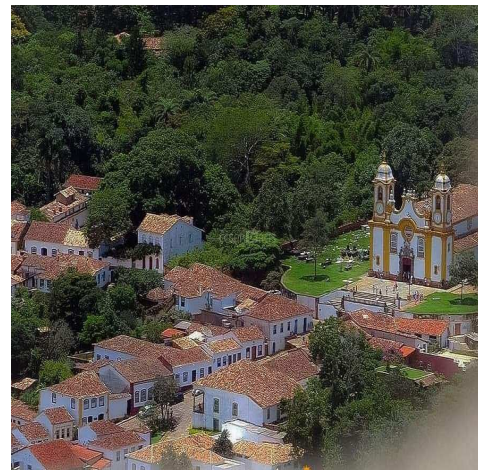


Figura 6– Núcleo inicial em torno da Matriz de Santo Antônio
Fonte: César Reis. Acervo pessoal. Perfil do Facebook.

A presença da Matriz de Santo Antônio propiciou a aglomeração de religiosos ao redor do templo. Posteriormente, houve a construção da Casa de Câmara. Gradativamente, houve o crescimento entorno da matriz. Segundo Campos (2006) a edificação religiosa era um ponto de referência para a implantação do poder público e religioso. Fato evidenciado com o prédio da Casa de Câmara próximo à Matriz.

Em 1718, o arraial que foi elevado à Vila de São José, que crescia aos pés da Serra de São José, sem um planejamento urbanístico. Inicialmente, houve um predomínio das edificações térreas e, posteriormente, foram sendo construídos sobrados, sendo que alguns tinham o uso para fins comerciais outros para fins residenciais. Já no século XVIII a Vila de São José já apresentava um traçado bem definido, o que viria caracterizar, nos próximos séculos, a cidade de Tiradentes (IPHAN,1997).

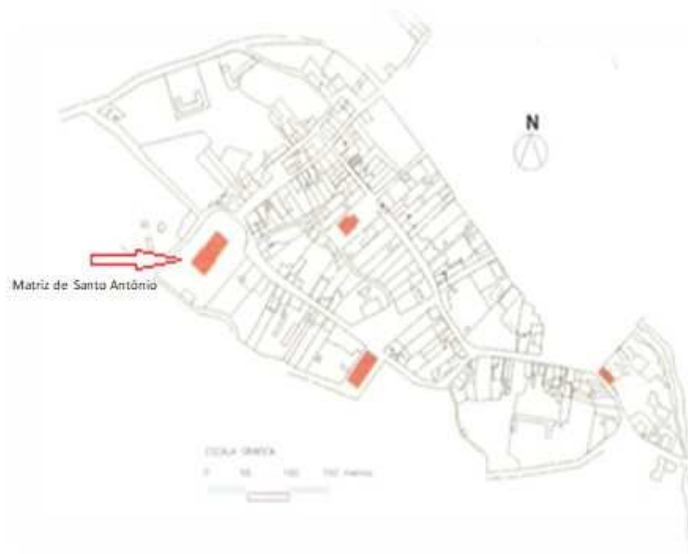


Figura 7: Traçado urbano com a Matriz de Santo Antônio
Fonte: IHGT – Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes

Nesse núcleo básico surgiram também becos e caminhos de acesso às "áreas de serviço", tais como a beira-rio e as fontes d'água e ao "espaço da produção" - área do Canjica. Segundo conta a tradição, essa área que fica na planta mais baixa do núcleo setecentista firmou-se como o espaço de produção do arraial, pois era dessa área que se extraía o ouro, sendo as pepitas do tamanho de uma canjica (IPHAN,1997).

Com o núcleo urbano consolidado no século XIX, a Vila começou a sentir os efeitos econômicos da escassez do ouro. Iniciou-se um processo de estagnação econômica que levou a população local a dedicar-se à agricultura. Além disso, foram desenvolvidas a criação de suínos, carneiro e gado cujas carnes eram comercializadas para outras regiões de Minas e do Rio de Janeiro. Por volta de 1831, a fiação e a tecelagem também passaram a integrar a atividade econômica (SOUSA, 2017).

Posteriormente, com a escassez do ouro passou por um período de crise econômica e esvaziamento populacional. Aqueles que lá permaneceram voltaram-se para a agricultura, outros migraram para o Vale do Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, dedicando-se ao cultivo do café (SILVA, 2017, p.31).

Neste sentido, para Silva (2017), em função da crise aurífera houve um esvaziamento populacional. Os que permaneceram tiveram que se dedicar à agricultura. Como a prática da agricultura não atendia mais os interesses da colônia, perdeu-se a categoria de Vila. Posteriormente, foi elevada à categoria de cidade em 1860, e com a Proclamação da República, substituiu-se o nome São José, por Tiradentes em homenagem ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, inconfidente, nascido na então vila.

Essa estagnação econômica gerou o êxodo de muitos moradores que migraram para regiões vizinhas, em especial, São João Del Rei. O esvaziamento da cidade, de certa forma, contribuiu para preservação das características arquitetônicas do núcleo setecentista (PIRES; FERREIRA, 2007). Segundo Campos (2013), a população era de 4.000 habitantes no auge da produção aurífera. Com o êxodo, caiu para 1.236 habitantes no ano de 1920.

Ainda segundo o autor, com a implantação da estrada de ferro a cidade se expandiu em direção ao novo equipamento urbano, apresentando uma alteração na estrutura física da cidade. Abriram-se estradas, pontes foram construídas, implementou-se a navegação a vapor no Rio das Mortes em 1880, com o propósito de retomar a atividade mineradora na região. Instalou-se uma companhia mineradora inglesa, com maquinário e técnicas mais modernas, e a construção da Estação Ferroviária (1881), que viria a ligar a cidade ao restante da província, através da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Mesmo com a presença da ferrovia, Tiradentes, no início do século XX estava em decadência econômica. Muitas casas foram demolidas, outras estavam em ruínas, perderam o valor imobiliário. Contudo, as características arquitetônicas foram preservadas (IPHAN,1997).



Figura 8: Casario da Rua da Câmara (1948) – Fotografia: W.J. Craig
Fonte: IMAGENS IPHAN (2010)

Sousa (2017) aponta que após essa fase do esquecimento, na década de 1920 a cidade foi redescoberta pelos modernistas dentre eles Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade

e Mário de Andrade. Ressalta-se que o Movimento Modernista no Brasil buscou alavancar a cultura nacional, buscando elementos característicos da identidade brasileira, em especial do patrimônio arquitetônico fortemente presente nas cidades históricas de Minas Gerais.

Neste sentido, Gustavo Capanema, à época à frente do Ministério da Educação e Saúde, convidou os modernistas para a formulação de uma política nacional, com o discurso da “identidade nacional”. Assim, os ideais dos modernistas produziram uma política de preservação no Brasil. Gustavo Capanema recorre a Mário de Andrade, que desenvolveu um anteprojeto de criação do SPHAN. Em 1937, surgiu os SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, sob a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade (PIRES,2013).



Figura 9: Visita dos Modernistas à cidade de Tiradentes – s/d

Fonte: CAMPOS, 2006.

Segundo Campos (2006), em 1938, o SPHAN tomba a cidade de Tiradentes e mesmo com a atuação da referida instituição, a recuperação demográfica da cidade foi lenta e o controle das intervenções no núcleo histórico foi amenizado aos poucos. Segundo Neves (2006), as edificações em Tiradentes no período de 1938 a 1970 estavam em ruínas. Muitas vezes pela falta de recurso da população em restaurar as casas. Alguns moradores vendiam ruínas das casas como, por exemplo, madeiras demolidas que serviriam para construção de móveis.



Figura 10: Situação das edificações - 1940
Fonte: IMAGENS IPHAN (2010)



Figura 11: Casarão na Rua Direita - 1974
Fonte: IMAGENS IPHAN (2010)

Ressalta-se que juntamente com Tiradentes, um conjunto com outras seis cidades mineiras (Congonhas, Diamantina, Ouro Preto, Mariana, Serro, São João Del Rei) originárias do século XVIII, da exploração aurífera, passaram pelo processo de tombamento. Na visão do SPHAN de 1938, que buscava consolidar-se no contexto mais amplo de construção do Estado Nacional, essas cidades representavam a produção arquitetônica brasileira mais autêntica, fonte de inspiração para o projeto de um Brasil moderno (IPHAN, 1997).

Na década de 1970, de acordo com Souza (2017), Tiradentes começou a sentir a presença de uma nova atividade econômica: o turismo. Contudo, Campos (2006) destaca que anterior ao turismo, na década de 1960, Tiradentes produzia joias artesanais em prata que tirou a cidade da decadência econômica. A produção e comercialização da prata em Tiradentes alavancou a cidade para o turismo, pois muitas pessoas vinham atraídas pelas joias. Com o incremento do turismo, pessoas de outras cidades do país se mudaram para Tiradentes, investindo em negócios na cidade. “A cidade passou a viver para o turismo. Foram construídos diversos hotéis, pousadas, restaurantes e lojas de artesanato” (CAMPOS, p. 43, 2006).

Um fator de destaque que favoreceu o advento do turismo em Tiradentes foi a construção da BR 265, inaugurada pelo governador do estado, Israel Pinheiro, ligando Tiradentes às cidades de São João Del Rei, Barbacena e às principais capitais da região sudeste: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. A construção da BR foi fundamental para alavancar o turismo, pois facilitou o acesso à cidade de Tiradentes.

E durante muito tempo a cidade ficou estagnada com seu comércio, com suas atividades e desenvolvia outras coisas. O Turismo ficou um pouco tímido. Então desde o momento que foi criada a estrada asfaltada que foi no governo de Israel Pinheiro a cidade ganhou uma projeção. As pessoas passaram a vir, “coisa e tal”. Em função disso, a cidade por um bom tempo conseguiu manter as suas características. Hoje é uma cidade turística com suas características arquitetônicas muito expressivas. Então é uma cidade tombada pelo IPHAN em 1937/1938. E passamos por várias fazes de economia local: a parte da ourivesaria, depois a prata, depois houve a indústria de móveis (B4 – F16).

Assim, com o fortalecimento do turismo como principal atividade econômica, a cidade passa por modificações que se tornam perceptíveis e se intensificaram nas décadas de 1980,1990 e 2000. As edificações públicas e religiosas, além do casario que foram salvaguardados no processo de tombamento do IPHAN, passaram a compor um cenário que se tornou o atrativo turístico. A figura a seguir, demonstra a presença de bar e restaurante próximo ao posto, um pouco mais ao fundo a presença de um hotel. Já demonstra os primeiros sinais da transformação do núcleo urbano setecentista, para atender a nova atividade econômica que futuramente mudaria toda a estrutura da cidade, fazendo de Tiradentes um grande polo turístico.



Figura 12: Foto do centro histórico – década de 1970

Fonte: IHGT (Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes)

Muitas pessoas vindas da região sudeste do Brasil, em especial Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte começaram a migrar para Tiradentes, contribuindo para uma ocupação e ampliação da extensão urbana da cidade. Os novos moradores ocuparam o centro de Tiradentes, e os tiradentinos migraram para a região periférica.

A partir desse processo, o centro histórico começa a se tornar uma área mais nobre, se caracterizando como "cidade cenário" cujo intuito era dar a aparência de que os problemas estavam controlados e de tornar a cidade aprazível aos turistas, com a conservação do conjunto arquitetônico (um dos mais bem preservados do país), que mantém altos padrões de excelência no que diz respeito ao patrimônio e que também pode ser integrado em um circuito de turismo cultural, uma bela iluminação cênica e ajardinamentos. Uma cidade histórica em sua melhor forma, em plena vitalidade. Depois de deixarem seu espaço original, os moradores locais tiveram que entrar no novo ritmo imposto em Tiradentes, ou seja, se inserir nas atividades de comércio e serviço voltadas ao turismo, que se fortaleciam a cada dia (SOUSA, p.10, 2017).

Em entrevistas realizadas com moradores tiradentinos, vários depoimentos remeteram à figura do diretor da Globo Minas, Yves Alves, presente em Tiradentes na década de 1980 como produtor e residente. O trabalho de Yves Alves com as minisséries e novelas valorizou Tiradentes, proporcionando uma projeção da cidade em todo o país. Observa-se que o diretor da Globo, para os tiradentinos, passa a ser uma referência e um marco na implementação do turismo na cidade.

Quando foi em 83 e 84 veio o diretor da Globo Minas Yves Alves, com a vinda dele pra cá, veio as minisséries da Globo: Hilda Furacão, Memorial de Maria Moura, Saltimbanco dos Trapalhões e outras novelas mais. Daí ele foi trazendo os amigos e os amigos foram comprando os imóveis. E as pessoas que moravam no centro saíram e foram morar nos bairros da cidade (B1-F13).

E passamos por várias fazes de economia local: a parte da ourivesaria, depois a prata, depois houve a indústria de móveis. Depois veio a projeção da cidade com o diretor comercial da Globo, o Yves Alves. Então ele veio morar em Tiradentes. Através dele houve uma projeção maior de Tiradentes (B3-F17).

Destaca-se que Yves Alves também desempenhou um papel importante na recuperação do conjunto arquitetônico do centro histórico de Tiradentes. Yves Alves mudou-se para Tiradentes em 1982 e criou a SAT (Sociedade dos Amigos de Tiradentes). Por meio desta instituição, conseguiu firmar parceria com a Fundação Roberto Marinho e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), visando a captação de recursos para recuperar as edificações e monumentos do centro histórico (CAMPOS, 2006). Esse processo de recuperação do patrimônio edificado contribuiu muito para que a cidade de Tiradentes se destacasse no cenário nacional. Somados a esse fator, ações de marketing divulgando Tiradentes, como destino turístico, também fizeram o diferencial.

Nesse período ocorreram alguns processos de intervenções urbanísticas no centro histórico, como a instalação subterrânea da fiação elétrica, reforma do Largo das Forras, dentre outros. À medida que as casas foram refuncionalizadas, transformando em estabelecimentos comerciais e os espaços modificados para atender ao turismo, a população

tiradentina migrou, aos poucos, para áreas periféricas (NEVES, 2006). Tal fato contribuiu para o crescimento horizontal da cidade que se deu nas regiões sul e sudeste compreendendo os seguintes bairros: Parque das Abelhas, Cuiabá, Alto da Torre e Várzea de Baixo. Na região leste, sentido da Rua Santíssima Trindade, os bairros Pacu e Mococa, como ilustra o mapa a seguir:

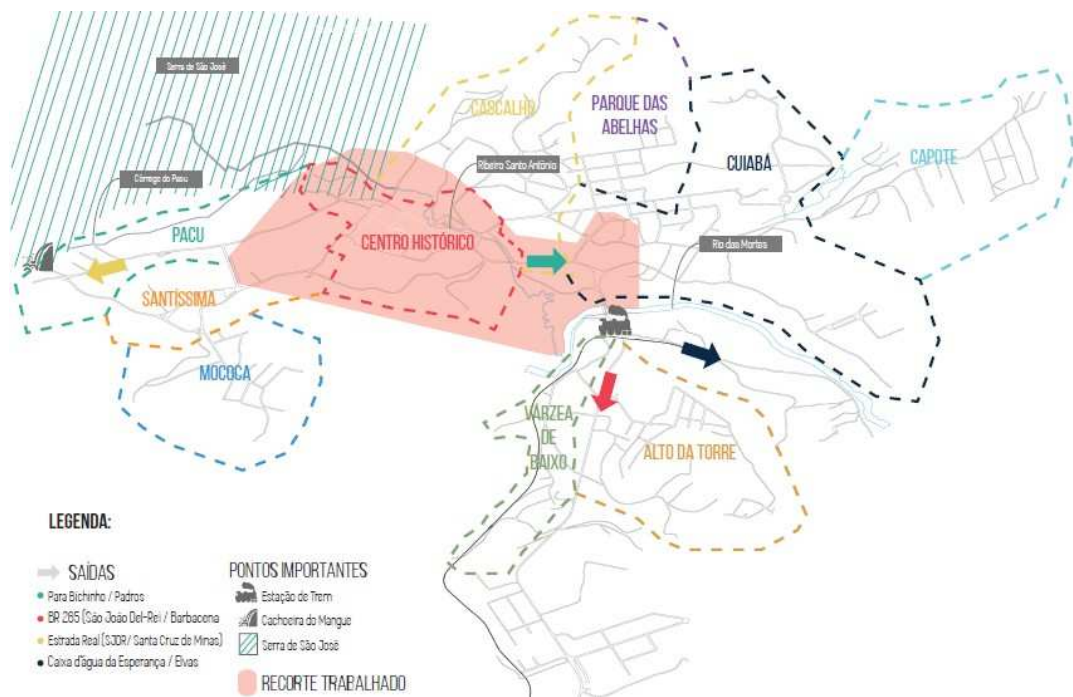


Figura 12: Mapa panorâmico do território de Tiradentes
Fonte: SILVA (2017).

Pelo mapa, nota-se um crescimento do território em praticamente em todas as direções. A população de Tiradentes está distribuída nos bairros: Alto da Torre, Cascalho, Centro, Canjica, Mococa, Pacu, Parque das Abelhas, Santíssima Trindade e Várzea de Baixo. Esse crescimento pode ser melhor visualizado no mapa de Campos (2013):

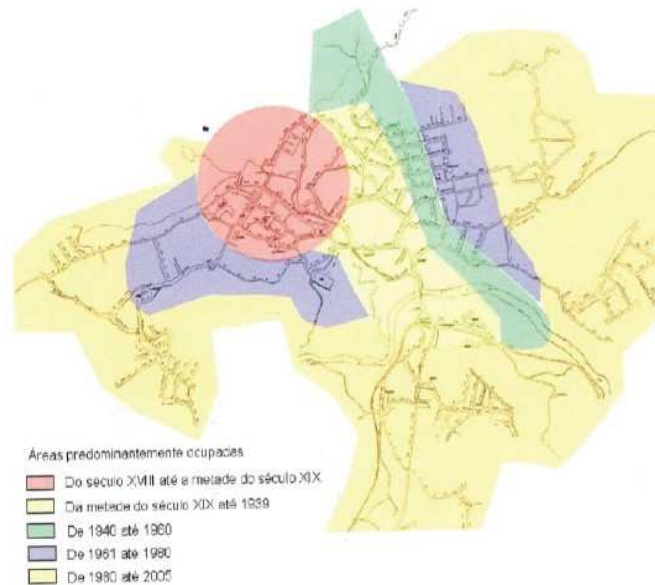


Figura 14: Ocupação Cronológica de Tiradentes (1702 a 2005)

Fonte: Campos (2013)

Cascalho, Bairro da Torre, Várzea de Baixo, Cuiabá com grandes condomínios e Altos Cuiabás. Além disso, tem os distritos: Elvas, Caixa d'água e Àguas Santas. E tem o Mococa que é um bairro periférico que concentra uma maior número de Tiradentinos que venderam suas casas. Tanto o Mococa quanto o Torres surgiram na década de 80 e 90 quando Tiradentes teve o “boom” do Turismo (B1-F17).

Observou-se que com a migração da população tiradentina do centro histórico para regiões periféricas, houve a formação de outra área comercial para atender a população. Serviços como farmácia, açougue, pequenos mercados, padaria, lojas, bem como escolas, dentre outros, passaram a ser concentrar na área periférica ao centro histórico. Neste sentido, com o advento do turismo, a chegada dos migrantes e a saída dos moradores do centro histórico para a periferia, a cidade de Tiradentes desenvolveu duas centralidades. Uma voltada para o turista e outra voltada para o morador. Tal fato é citado no trecho de uma entrevista:

Eu percebo mudança em função do Turismo. Eu já morei no centro histórico na minha infância. Ali, você via algumas famílias e comércio para moradores. Hoje, o comércio local foi deslocado para o outro lado da ponte. Esse comércio que eu falo é a farmácia, o açougue, a papelaria, a escola... a ponte divide os dois tipos de comércio da cidade. O centro histórico é voltado para o turista. Então, muitos moradores saíram do centro, assim como minha família (B4 – F7).

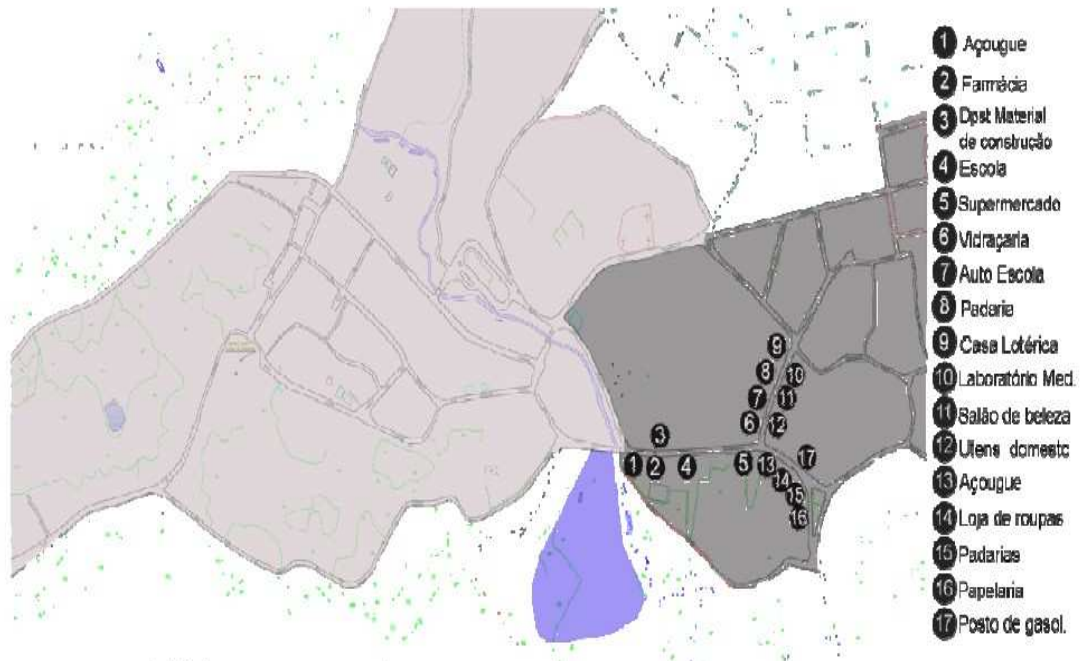


Figura 15: As duas centralidades de Tiradentes-MG
Fonte: Sousa (2017)

Por esse mapa, observa-se uma nova organização espacial do território de Tiradentes a partir do processo de turistificação que se iniciou num contexto em que a cidade estava “abandonada”. A chegada dos migrantes foi tomada como possibilidade de desenvolvimento econômico social para muitas famílias tiradentinas, uma vez que, em muitos casos, os proprietários não tinham condições de restaurar as casas antigas, vendendo as propriedades quando herdadas.

No centro histórico não houve mudança. As casas estão mais preservadas. Porém, não tem muito morador. Aqui você tem a questão da gentrificação. Do êxodo. É muito difícil você segurar. Numa família de quatro pessoas, seus pais morrem, uma casa avaliada em mais de um milhão de reais. Vão vender! Foi o que aconteceu com minha família (B4-F10).

Observa-se que ainda é notória a venda de casas no centro histórico. Apesar do núcleo histórico ser, em boa parte, ocupado por migrantes, ainda há algumas famílias residindo nos casarões. Baseando-se no contexto presente, existe a possibilidade desses casarões passarem pelo mesmo processo de mercantilização como os outros.



Figura 16: Casas antigas à venda no centro histórico – Rua Direita
Fonte: teto-imoveis.com (2020)

Neste âmbito, novos usos dos espaços, novos grupos sociais constituídos de pessoas que vierem de outras regiões do país, novos significados e simbologias para os moradores tiradentinos, tornam-se evidentes na cidade. A realocação de serviços voltados para a comunidade como o açougue, a farmácia, a padaria, dentre outras, antes no centro histórico, passam a se concentrar, territorialmente, do outro lado da ponte, que se torna um marco físico de separação dessas duas centralidades.



Figura 17: Centro comercial para moradores
Fonte: SOUSA (2017)



Figura 18: Comércio no centro histórico – Rua Direita – **Fonte:** César Reis. Arquivo pessoal. Perfil do Facebook.

Essa refuncionalização territorial de Tiradentes, gerando duas centralidades, conforme demonstrado na figura 15 sinaliza que a partir do turismo a população tiradentina foi excluída do usufruto da área central, sendo criado outro território com novas funções socioeconômicas. Neste contexto, o território central de Tiradentes se transformou em mercadoria turística, por ações de marketing do setor público e empresários que contribuíram para a divulgação da cidade a nível nacional e internacional. A visibilidade de Tiradentes potencializou a realização de eventos de destaque como a Mostra de Cinema e o Festival Gastronômico, que se consolidaram no calendário anual de eventos da cidade.

Neste ponto, busca-se refletir como a classe de empresários, chegando a Tiradentes, estabeleceu um novo uso do espaço, determinando sua hegemonia por meio das práticas socioeconômicas em prol do turismo e criando novas territorialidades. Isso corroborou para o processo de desterritorialização do tiradentino e, conseqüente, perda da identidade, dos valores, costumes, comprometendo o sentimento de pertencimento, muitas vezes, gerando um saudosismo dos velhos hábitos, do estilo antigo de vida que tinha no centro histórico. Tal fato pode ser evidenciado nos trechos abaixo obtidos em entrevistas com moradores:

Aquela parte histórica representa muito pra mim. Eu fui para Tiradentes com 13 anos. A família que me criou, que eu saí de lá para casar, morou no centro histórico. Ao lado da Igreja Matriz. Hoje é a loja da Zezé. Eu fui criada com a família Ramalho. É uma família muito grande. Então eram muito festeiros. Uns concordavam em vender, outros não. Aquilo ali foi tudo a leilão. Aquela subida ali, da matriz... bem dizer tudo aquilo foi da família Ramalho(...)Sinto falta do movimento. Sinto falta da gastronomia. Sinto falta da liberdade de sair e de andar sem se preocupar (B4-F15).

Desde quando eu era criança, eu vendia sorvete. Olha, antigamente, eu conhecia todo mundo do centro histórico. Hoje, não tem ninguém mais. Hoje, está cheio de gente diferente (...) Desde os sete anos de idade que trabalho. Fui pastoreio de gado e tropeiro. Com o tempo, isso não foi me dando muito dinheiro mais. Daí, parti para a profissão de pedreiro. Eu sinto saudade do antigo estilo de vida. Hoje, você não vê mais nada em Tiradentes. Hoje está tudo refinado. Antigamente, tinha os botecos onde a gente comia os “tira-gosto” e tomava nossa pinguinha. Antigamente, tinha um bar que vendinha um bolinho de feijão especial e a gente conhecia toda freguesia. Você sabia quem podia comprar fiado ou não (B4-F18).

Na visão de autores como Massey (2000), Botelho (2004), Sobrazo (2006) Lefebvre (2000), Harvey (2008), dentre outros, essa renovação do centro histórico ao qual passou a cidade de Tiradentes para atender ao turismo, deixando a cidade mais atraente e competitiva que ao mesmo tempo resultou na gentrificação, é um processo inerente da globalização. Por meio das parcerias público-privadas as cidades se

transformam em mercadoria e são vendidas mundialmente. Com a cidade Tiradentes este processo torna-se evidente. A cidade possui uma imagem positiva e começa a atrair investidores de diversos lugares interessados na arquitetura histórica e no charme do conjunto arquitetônico. Ressalta-se que a presença destes investidores foi um fator importante na recuperação das edificações do núcleo histórico.

A revitalização do núcleo histórico foi seguida de uma refuncionalização dos espaços e dos casarões. O uso residencial foi substituído para atender a infraestrutura turística ampliando a oferta de serviços e, conseqüentemente, a migração da população para área periférica. A figura 19 é seguida de um depoimento da entrevista e evidencia como o uso residencial foi substituído para atender a infraestrutura turística, ampliando a oferta de serviços e a migração da população para área periférica.

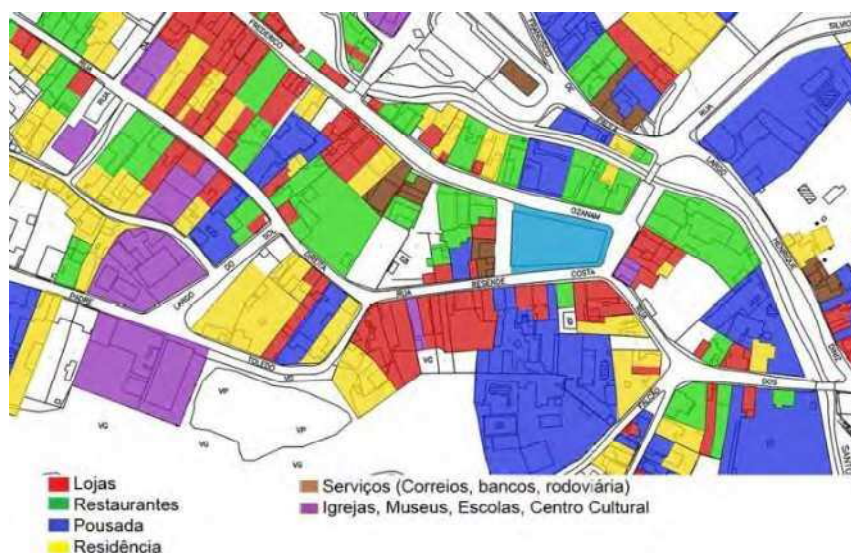


Figura 19: Uso das edificações no centro histórico

Fonte: Sousa (2017)

Houve modificações no centro histórico e surgiram edificações novas no entorno. Sempre alguma construção que vai virar restaurante, pousada... alguma coisa para o turista. No centro histórico são poucas as pessoas que residem ali. Por que todas as casas e sobrados ou viraram lojas ou viraram pousadas (B4-F16).

No que tange as modificações dos espaços no centro histórico, cabe tomar o Largo das Forras, principal praça da cidade, como exemplo, onde seus casarões sofreram mudanças em suas estruturas para atender a demanda do turismo. Neste contexto, intervenções urbanas em Tiradentes se tornaram concretas, na maioria das vezes com o consentimento e incentivo do poder público local. O empresário que veio de fora da cidade, com capital para investimento, se torna um ator importante nesse processo.



Figura 20: Largo das Forras – Década de 1940
Fonte: César Reis. Acervo pessoal



Figura 21: Largo das Forras - 2019
Fonte: César Reis. Acervo pessoal

Estas intervenções, conforme representado nas figuras anteriores e evidenciado em trecho abaixo, muitas vezes são conflituosas entre empresários e o IPHAN (subseção de Tiradentes), que acaba embargando as obras. Os empresários querem modificar a estrutura das edificações para adaptar ao novo uso. O IPHAN intervém, alegando que o empreendimento tem que se adaptar ao prédio antigo. Além disso, o poder público local ao mesmo tempo que incentiva o empresariamento urbano, torna-se omissivo no controle do uso dos espaços.

Pelo contrário a prefeitura estimula. Se você chegar na prefeitura e falar que está pretendendo comprar um terreno e perguntar para eles “o quê vocês me sugerem”? Eles vão falar: abre uma pousada, um restaurante... Existe um plano diretor que não é levado a sério. Então muitas das vezes o IPHAN faz o papel da prefeitura. Muitas vezes a prefeitura não fiscaliza e o IPHAN intervém (B2-F10).

Uma síntese da configuração espacial de Tiradentes atrelada às atividades econômicas nos permitiria inferir que sua ocupação se deu no período aurífero, com o inventivo da Coroa Portuguesa. Em seguida, houve uma tentativa da República com a instalação da Ferrovia e da Implantação da Companhia Mineradora Inglesa, incentivando a retomada da mineração na cidade. Posteriormente, a busca da identidade nacional pelos modernistas e a criação do SPHAN, culminando com o tombamento da cidade a monumento nacional. Em seguida a produção de joias e móveis em madeira de demolição. A partir da década de 1970, com o incentivo do poder público municipal ao empresariamento urbano, a mercantilização do centro histórico, o turismo se consagra como principal atividade econômica.

A figura a seguir referencia as atividades econômicas desenvolvidas na cidade de Tiradentes no período compreendido entre 1702 a 2000 (séc. XVIII a séc. XXI). Estes podem ser considerados como marcos na dinâmica de formação e transformação urbana da cidade.

Essa visão cronológica propicia a compreensão do processo adequação do centro histórico pela atividade turística.

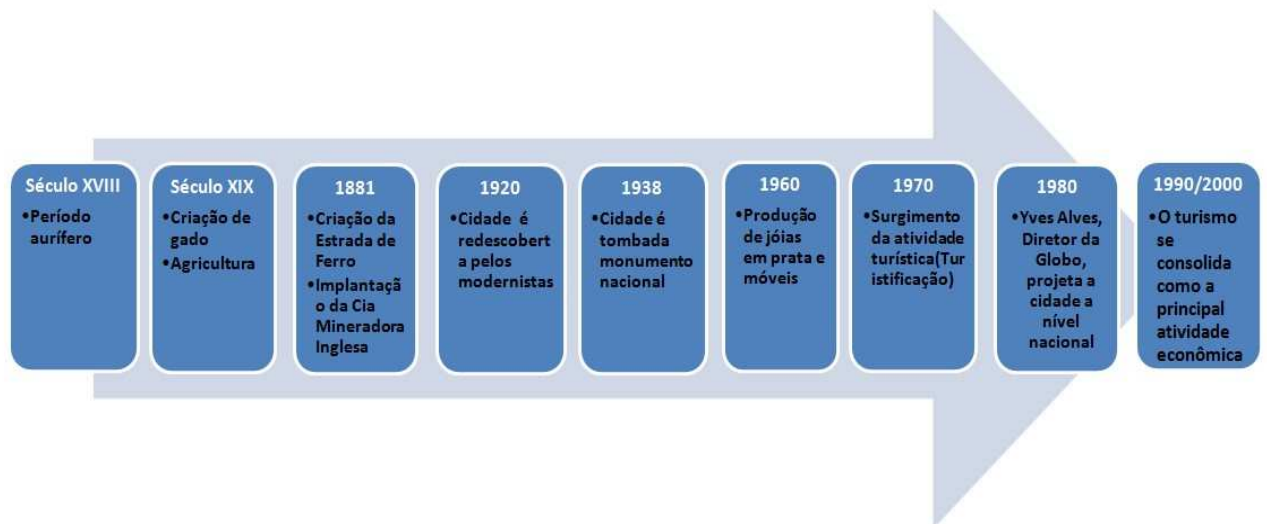


Figura 22: Períodos das atividades econômicas em Tiradentes

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Ficou evidente que com o crescimento do turismo o centro histórico deixa de ser uma área residencial e passa a ser uma área comercial para atender os turistas, acompanhando de um forte processo de gentrificação neste local, sendo o poder público municipal grande incentivador do empresariamento urbano.

Para Neves (2013), atrelados à política de desenvolvimento do turismo estão o marketing e o empreendedorismo urbano adotados na cidade. Ao mesmo tempo em que Tiradentes passou a ser divulgada, o centro histórico passou por transformações urbanas com consequente segregação territorial, como demonstrado por Sousa (2017) no mapa das duas centralidades de Tiradentes. Assim, o centro histórico de Tiradentes se caracteriza, até os dias atuais, como uma área refuncionalizada, transformada, praticamente em sua totalidade, em comércio voltado para o turismo.

Por fim, este tópico evidenciou a cidade do Tiradentes antes e depois do advento do turismo. A fase que antecede ao turismo corresponde período do auge aurífero, à sua decadência. Posteriormente, atividades econômicas não expressivas para o desenvolvimento da cidade. Já ao advento do Turismo, a partir da década de 1980, caracteriza-se com a vinda de investidores, empresários que por meio de parcerias público-privado reconfiguram e refuncionalizam o centro histórico de Tiradentes por meio de incentivos e políticas voltadas

para o crescimento econômico e desenvolvimento de localidades, resultando na reconfiguração socioespacial. Neste sentido, o próximo tópico abordará as políticas públicas de turismo e sua relação com a reconfiguração socioespacial de Tiradentes.

4.2 As Políticas Públicas de Turismo e a relação com a reconfiguração socioespacial de Tiradentes

Conforme estudos desenvolvidos por Pimentel (2017), as políticas públicas de turismo no Brasil possuem um viés econômico, focadas no desenvolvimento de localidades a partir da comercialização de destinos estimulando a competitividade entre lugares. Assim, a atividade turística torna-se uma importante fonte geradora de receitas, sendo adotada por muitos municípios que vem investindo na reconfiguração espacial com a implantação de superestruturas como, por exemplo, grandes empreendimentos hoteleiros, centros comerciais voltados para o consumo do turista, parques temáticos, praças de eventos, dentre outros, consolidando a atividade turística como principal atividade econômica.

Neste contexto, a cidade de Tiradentes, que tem em seu histórico um grande período de recessão econômica, após a crise do período aurífero, como demonstrado no tópico anterior, apresenta o turismo como uma atividade econômica que se consolida a partir da década de 1980. Para atender as demandas desta atividade econômica, o centro histórico de Tiradentes foi reconfigurado, criando novos usos deste espaço, gerando processo gentrificador, para atender a demanda turística e o interesse do empresário, permitindo a revitalização e a supervalorização do centro histórico, o transformado num cenário turístico, entretenimento urbano e consumo cultural (LEITE, 2007; MURTA, 2008; PAES, 2017).

Em decorrência do crescimento acelerado do turismo, norteador por uma política de turismo de desenvolvimento econômico de localidades, sendo esta respaldada por parcerias público-privado, demandou do poder público estabelecer as diretrizes reguladoras que determinaram o ordenamento territorial de Tiradentes, que se reconfigurou a partir do turismo. Neste sentido, torna-se importante compreender como que as políticas públicas de turismo se relacionam com a configuração socioespacial de Tiradentes.

4.2.1 Análise da Política de Turismo em Tiradentes e influência na configuração socioespacial

Os anos de 1960 à década de 1990 representam um período em que o governo brasileiro estabeleceu programas de incentivos com o intuito de desenvolver a atividade turística no território brasileiro, fomentando ações de desenvolvimento e reordenamento do território brasileiro, investindo na construção de rodovias e empreendimentos focados no turismo (FRATUCCI, 2008).

Neste cenário de investimentos do governo brasileiro, Pimentel (2017) destaca que a consolidação constitucional do turismo no período de redemocratização foi sequenciada por ações de descentralização para regiões e municípios, ampliação das parcerias público-privado, sendo a ambiência de implantação da política de turismo no Brasil (CRUZ, 2005).

Neste contexto, os anos de 1990 e 2000 representaram um período de grande iniciativa do governo brasileiro na criação e implementação de políticas públicas de turismo mais estruturadas. Primeiro, cria-se o Ministério do Turismo, em sequência a Política Nacional de Municipalização do Turismo, empoderando os entes municipais para o desenvolvimento do turismo (CARVALHO, 2000). Posteriormente, o governo brasileiro, com os municípios mais estruturados e focados na prática do turismo, cria o Programa de Regionalização do Turismo.

A regionalização representa um novo modelo de gestão, que envolve negociações entre os diversos setores e esferas do setor público e da sociedade civil, visando a um planejamento mais participativo e à integração entre municípios (SOARES, 2012, p.23)

Segundo Soares (2012), o Governo do Estado de Minas Gerais, em 1999, cria a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), vinculada ao Ministério do Turismo. No contexto da Regionalização, o Governo do Estado de Minas Gerais estabelece a Política Estadual de Turismo por meio do Decreto Estadual 43.321/2003 que dispõe sobre a criação dos Circuitos Turísticos que se caracteriza como um planejamento estratégico de ação estatal, o que caracteriza maior presença do governo estadual no planejamento do turismo no estado. Esclarece-se que conforme Decreto Estadual nº 43.321 os Circuitos Turísticos são formados por municípios de uma mesma região com similaridades históricas, culturais, sociais e econômicas com a proposta de desenvolver a atividade turística a nível regional (EMMENDOERFER *et al*, 2007).

Neste contexto da regionalização em que os municípios passam a integrar de forma mais participativa a gestão do turismo, cada município passa a autonomia para criar a sua política de turismo, de acordo com suas peculiaridades, mas pautada nas diretrizes da Política

Nacional de Turismo. Neste sentido, muitos municípios brasileiros desenvolveram a sua própria política de turismo.

Sendo assim, a cidade de Tiradentes, objeto deste estudo, no final dos anos de 1970 já começava a sentir o turismo como uma atividade econômica em expansão. A partir de 1980, a cidade passa por um reordenamento em território, por incentivo e financiamento do poder público e setor privado, tendo como propósito o fomento da atividade turística.

Com toda essa ambiência política desenvolvida pelos governos federal e estadual, a cidade de Tiradentes, como outros municípios brasileiros, já inicia a criação da política municipal de turismo por meio de legislação e outras normativas. Assim, para este estudo, em pesquisas nos documentos fornecidos pela prefeitura de Tiradentes, observou-se pela data de criação de documentos legais e normativos, datam na década de 2010 como, por exemplo, o Decreto 2.134 de 04 de dezembro que regulamenta o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), e o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e a Lei 2.622 de 20 de outubro de 2011, que dispõe sobre a realização de eventos de grande porte na cidade. Ressalta-se que não foi identificada nenhuma legislação municipal na ambiência do turismo antecedendo a 2010. O documento que trata das diretrizes da Política Municipal de Turismo é o PDPT (Plano Diretor Participativo de Tiradentes) e visa ordenar a atuação do poder público local em todas as áreas como saúde, educação, turismo, cultura, dentre outros, em prol do desenvolvimento social e econômico do município.

Segundo entrevista com representante do poder público, este documento foi construído de forma participativa e é passível de revisão. “O município tem um plano diretor que foi elaborado no final de 2015/início de 2016, e que é um plano diretor muito bom, foi construído de forma participativa, inclusive está previsto para esse ano passar por um processo de revisão” (B1-F3). Em outro depoimento, cita-se a construção participativa do referido Plano: “Eu coordenei a Plano Diretor em que há as diretrizes para o Plano Municipal de Turismo. Foi tudo construído com debate e o conselho de turismo tem um papel importante nisso” (B4-F1). Para este ponto, esclarece-se que, durante a pesquisa, não foi possível identificar elementos que atestem a participação da comunidade na estruturação do Plano Diretor, devido a dificuldades em acessar a documentos como atas de reuniões, livros de registro de presença das reuniões e relatórios do Plano Diretor.

Nas diretrizes e ações para o desenvolvimento econômico proposto no PDPT (Plano Diretor Participativo de Tiradentes) evidencia-se o tratamento da atividade turística como aquela para o desenvolvimento local. Assim, a Política Municipal de Turismo já se apresenta

no Plano Diretor como um direcionamento ao desenvolvimento econômico do município por meio da atividade turística.

Art.14 – A política municipal de turismo será regida por um conjunto de diretrizes com as respectivas linhas de ações estratégicas específicas, de forma a maximizar a contribuição socioeconômica da atividade turística e minimizar seus impactos negativos, garantir a sua sustentabilidade, fortalecer a sua identidade e fomentar sua competitividade.

Art.15 – São diretrizes para a política municipal de turismo:

- I. fortalecimento e articulação institucional para a gestão e desenvolvimento sustentável e inclusivo do turismo em Tiradentes;
- II. desenvolvimento de instrumentos de planejamento e gestão;
- III. criação e a estruturação de atrativos e roteiros turísticos;
- IV. apoio ao desenvolvimento de serviços e equipamentos turísticos;
- V. fomento à comercialização turística do destino

No que tange o fortalecimento e a articulação institucional para o planejamento e a gestão do turismo, o Plano Diretor sinaliza que a autonomia da gestão do município está pautada nas diretrizes da Política Nacional e Estadual de Turismo. A nível municipal, o Plano diretor prevê o fortalecimento da gestão participativa por meio do Fundo Municipal de Turismo e o Conselho Municipal de Turismo. Observa-se que as diretrizes de articulação institucional preveem ações de integração do município à política do Estado por meio do Circuito Trilha dos Inconfidentes, além de outras instâncias como a Associação das Cidades Históricas e o Instituto Estrada Real.

- I. melhorar a integração e a articulação do município junto à instância de governança turística regional constituída pelo Circuito Trilha dos Inconfidentes, bem como a outras instâncias intermunicipais relevantes, como a Associação das Cidades Históricas e Programa Estrada Real, em prol de ações que venham a beneficiar o turismo em nível regional e municipal.

Para uma análise da atuação da Secretaria de Turismo diante da Política de Turismo de Tiradentes, estabelecidas no Plano Diretor, esclarece-se a grande dificuldade nesta pesquisa em agendar uma entrevista com o secretário de turismo, para compreender a implantação e execução da política de turismo, do Plano Municipal de Turismo, bem como obter dados como arrecadação de recursos para o Fundo Municipal de Turismo, como o ICMS Turístico. Ressalta-se que o secretário de turismo assumiu uma pasta denominada “Turismo, Cultura, Esporte e Lazer”, sendo o secretário o único servidor desta pasta, assumindo duas superintendências: Cultura e a outra Esporte e Lazer. O acúmulo de funções do secretário é sinalizado em um trecho de entrevista com um membro do Conselho Municipal de Turismo:

Olha, acredito que o COMTUR é o grande apoio da Secretaria de Turismo, visto que a Secretaria de Turismo se resume ao atual Secretário de Turismo. Nós colaboramos para que a execução do turismo seja de forma adequada. Nós colaboramos com a montagem do calendário de eventos, nós fazemos questionamentos, muitas das ações do turismo passam pelo COMTUR (B5-F6).

Pontua-se que esse acúmulo de funções a um único servidor, numa pasta de turismo, tão importante para a cidade de Tiradentes, reflete na execução das diretrizes e ações das políticas públicas. É questionável que com uma demanda tão grande de eventos, ICMS do Turismo, execução do Plano Municipal de Turismo, além das demandas da área da Cultura, um único servidor assuma tarefas de acompanhamento e execução. Isso reflete no desempenho nas ações e projetos que envolvem turismo e cultura do município. Fundamenta-se aí a importância do apoio do Conselho de Turismo a Secretaria de Turismo ao atual secretário. Quanto ao ICMS Turismo, foi feita uma consulta no site da Fundação João Pinheiro. Os valores transferidos para o município estão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 10: Transferências ICMS Turístico Tiradentes (MG)

Ano	Valor da transferência (R\$)
2012	88.070,22
2013	52.702,19
2014	42.384,50
2015	38.074,50
2016	35.098,76
2017	39.132,42
2018	41.978,17
2019	730,92
2020	27.624,99
Total = 395.796,67	

Fonte: Elaboração própria extraído do site da Fundação João Pinheiro (2021)

Conforme ressalta Lazzaroni (2016), o ICMS Turístico é uma política tributária e fiscal de redistribuição da arrecadação de imposto para o desenvolvimento do turismo, sendo desenvolvida pela SETUR, e tem como objetivo repassar recursos para os municípios por meio de um repasse mensal. Estes recursos devem ser aplicados no planejamento e estruturação da atividade turística no município. Neste sentido, o valor de R\$ 395.796,67 transferido ao município tinha que ser revestido em projetos e ações ligados diretamente ao turismo na cidade. Ainda, segundo autora, os valores repassados anualmente devem ser

transferidos para o FUMTUR (Fundo Municipal de Turismo), sendo que a aplicação dos recursos deste Fundo é estabelecida pelo COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) em conjunto como poder executivo. Como relatado nas limitações da pesquisa, não foi possível obter dados da arrecadação municipal bem como do ICMS Turístico e recursos oriundos da tributação do turismo. Neste sentido não foi possível analisar com profundidade o direcionamento dos recursos no desenvolvimento do turismo em Tiradentes.

Sobre o COMTUR, este foi constituído a partir da Lei nº 2.535 de 14 de maio de 2010, antes do Plano Diretor, que é de 2015, já com a atribuição de elaborar as Diretrizes da Política Municipal de Turismo. Esclarece-se que o COMTUR é um órgão de assessoramento do poder público municipal, deliberativo e consultivo, sendo uma instância participativa da sociedade civil. Conforme depoimento, o COMTUR algumas vezes acaba suprindo deficiências de atribuições do poder público municipal, desempenhando papel importante:

O conselho de turismo é muito atuante e talvez preencha uma inércia de uma lacuna administrativa presente na cidade, não só nessa gestão. O conselho de turismo ao longo dos anos vem desenvolvendo um papel de extrema importância (Olha, que eu sou um dos mais antigos!!), não só pela discussão, pelo debate claro sobre o turismo em Tiradentes, mas muitas vezes fazendo o papel até de “o quê?” qual o tipo de turismo que a gente quer na cidade (B5-F1).

Durante a pesquisa não foi possível ter acesso às atas do COMTUR para identificar as pautas das reuniões. Nas entrevistas, ficou perceptível que o COMTUR tem se apresentado atuante, pautando suas discussões em aspectos fundamentais que envolvem o desenvolvimento da atividade turística em Tiradentes como: calendário de eventos, resgate das tradições, mobilidade e acessibilidade:

Nós temos uma comissão no COMTUR que foi formada e que está relacionada com o fechamento do centro histórico e criação de área de estacionamento. É uma discussão antiga! Essa comissão foi formada por recomendação do Ministério Público Federal. Hoje, discutimos sobre mobilidade, sobre acessibilidade. A acessibilidade que trato não é somente para pessoas com necessidade físicas, mas em função da geografia da cidade que dificulta a locomoção de todos. O fluxo de pessoas no centro histórico é uma discussão grande que nós participamos. Assim, posso afirmar que há pautas no Comtur neste ponto vista que buscamos um equilíbrio entre o espaço urbano, o patrimônio a comunidade. Apesar do número de tiradentinos ser baixo no setor 1, a gente precisa pensar que as pessoas precisam se locomover (B5-F5).

Observa-se que são pautas pertinentes ao contexto de Tiradentes e revelam alguns entraves na cidade como mobilidade e acessibilidade. Principalmente em períodos de grande fluxo, o tiradentino possui dificuldade de locomover no centro histórico, principalmente nos espaços públicos que estão sendo utilizados de forma invasiva por bares e restaurantes. Estudos realizados por Mediotte (2020) sintetizou as atas de 2016 a 2018 e demonstra o que

foi perceptível ao inferir este ponto da pesquisa. Esclarece-se que Mediotte (2020) não conseguiu ter acesso às atas de 2019, sendo a mesma dificuldade encontrada para a realização desta pesquisa.

Quadro 11: Principais pautas discutidas no COMTUR de Tiradentes - (2016-2018)

ANO	PRINCIPAIS PAUTAS (2016-2018)
2016	- Taxa de turismo, recuperação de calçamento; coleta e tratamento de lixo; Eventos; FUMTUR; Curso de capacitação; Despoluição visual no centro histórico; Restauração do Largo das Forras; Manutenção de banheiro público; Estacionamento de veículos; Sinalização turística; restauração de chafariz;
2017	Lei de Eventos; Despoluição visual do centro histórico; Estacionamento de veículos; FUMTUR; Restauração do Largo das Forras; Fechamento do Centro Histórico;
2018	Lei de Eventos; Rota dos Helicópteros; Eventos (Geral); Sinalização Turismo Rural; Táxi e charretes;

Fonte: Elaboração própria, extraído e adaptado a partir de Mediotte (2020)

Segundo Mata (2016), os conselhos gestores são um mecanismo de controle social do Estado e configuram-se como instâncias de participação da sociedade. Muito da institucionalização desses conselhos no Brasil é decorrente do processo de municipalização transferindo aos municípios autonomia política, administrativa e financeira. Ainda, segundo o referido autor, no caso dos conselhos gestores de turismo, muitos foram constituídos a partir do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1992, como requisitos da Política Nacional de Turismo. Nesta ambiência, o governo do Estado de Minas Gerais, no contexto da Política de Regionalização, incentiva a criação dos conselhos gestores de turismo com a proposta de formular, implantar e monitorar as políticas de turismo municipais.

Somado ao COMTUR, a governança do setor privado em Tiradentes, ligada ao turismo, é a ASSET (Associação dos Empresários de Tiradentes) que se configura como uma das mais expressivas e atuantes. Antecedendo a ASSET, o grupo de governança que se fazia presente em Tiradentes era a Associação dos Hoteleiros de Tiradentes. Com o crescimento de diversos empreendimentos em Tiradentes, foi necessário unificar os empresários num grupo maior. Assim surgiu a ASSET, que é vista pelos empresários como um caso de sucesso.

A ASSET possui alta representatividade e poder decisório sobre questões relacionadas ao turismo, sendo os conselhos um meio de atuação. Observou-se que o grupo de empresários em Tiradentes é bem articulado e se faz presente no Conselho de Turismo e no Conselho de

Desenvolvimento Urbano. Além de ocupar espaços de participação nos conselhos, a entidade atua na qualificação do empresário.

Primeiro o foco inicial é prepara o empresário para fazer, pra ter uma atividade sustentável valorizando e estrutura local, a economia local, a cultura local, as normas de relacionamento e também naturalmente e procurando fazer com que esse turismo não seja predatório. O objetivo maior da ASSET é valorizar a cidade como um todo, os moradores, os produtos... nós estamos envolvidos com todos os conselhos de patrimônio, de turismo, de desenvolvimento urbano (B3-F9).

A ASSET desenvolveu um programa de divulgação de Tiradentes como um destino turístico histórico-cultural com a proposta de fomentar a atividade econômica, diversificando e aumentando o fluxo de turistas na cidade. O programa denominado “Tiradentes Mais” foi desenvolvido pelos empresários e, posteriormente, teve a adesão da prefeitura, por meio da Secretaria de turismo, Esporte e Lazer. Observa-se que as ações da ASSET são muito focadas no desenvolvimento econômico e interesses dos empresários.

Já tivemos participação num movimento Tiradentes Mais que é um movimento que reuniu empresários de todos os setores para discutir assuntos ligados ao turismo em Tiradentes, principalmente a divulgação no exterior. Inclusive esse movimento gerou uma discussão sobre o tipo de turista que vai a Tiradentes Alguns empresários como eu, entendem que o turismo no gira em torno do turista classe AA . A proposta é fazer de Tiradentes um lugar para todos os públicos. Nós temos que ter uma alternativa de turismo em Tiradentes onde as pessoas vão gastar, inclusive o tiradentino (B3-F11).

Muitas dessas iniciativas partem desse grupo, e o poder público, como fomentador e apoiador dos empresários, acaba aderindo a estas ações. Seria possível afirmar que as decisões tomadas pelos empresários são determinantes nos rumos do turismo em Tiradentes. Isso pode ser evidenciado no período de realização das entrevistas, em que a cidade já se encontrava fechada em função da COVID-19. Boa parte das ações em torno deste contexto foram, primeiramente, definidas e estabelecidas pelo empresário.

Nós fazemos permanentes solicitações para a prefeitura, não só para empresários como também para os moradores. Agora, a ASSET contratou curso de capacitação para reabertura da cidade assim que for possível retomar o turismo na cidade. A ASSET foi a primeira entidade dentro da cidade que solicitou o fechamento do comércio diante do COVID-19. Não foi a prefeitura. Porque ela quer proteger a cidade, mesmo sabendo que voltaremos com apenas 30% a 40% dos empreendimentos. Mesmo sabendo que muitos estão se endividando. Vamos abrir de acordo com as orientações do Ministério da Saúde (B3-F9).

Evidencia-se que os empresários em Tiradentes são fortes e bem articulados. Tomam decisões, antecedendo o poder público, sobretudo, quando deflagrado o domínio do centro

histórico, como destacado por um dos entrevistados: “O uso das casas foi alterado. A Rua Direita, principal do setor 1, destina-se quase que exclusivamente ao comércio. Você pode contar nos dedos as casas que são moradias. Acho que são só 5 casas. Quando chega o final semana, esse espaço é do turista” (B1-F3).



Figura 23: Casarão do centro histórico transformado em comércio

Fonte: César Reis. Arquivo pessoal. Perfil do Facebook

A infraestrutura turística em Tiradentes está concentrada no núcleo histórico e sobre a propriedade dos empresários que adquiriram os casarões e os transformaram em bares, hotéis, restaurantes e lojas de artesanato. Não foi possível ter acesso aos dados do Inventário da Oferta Turística de Tiradentes. Contudo, segundo Sousa (2017), a cidade consta com uma estrutura de 250 meios de hospedagem, 100 restaurantes, bares e similares e 5 agências. A população local vendeu essas casas para empresários, sendo as vendas boas oportunidades de negócio para os herdeiros, visto que a pacata cidade não oferecia oportunidades econômicas para os tiradentinos:

A casa foi vendida há 17 anos. Em 78 houve a decadência na cidade de Tiradentes. A cidade parou de tal forma que ninguém via ninguém. Dava até medo na gente. Quando foi em 83 e 84 veio o diretor da Globo Minas Yves Alves (...) Daí ele foi trazendo os amigos e os amigos foram comprando os imóveis. E as pessoas que moravam no centro saíram e foram morar nos bairros da cidade (B4-F13).

Compreende-se que a venda das casas foi um negócio lucrativo para as famílias. Com o dinheiro adquirido, compraram casas ou terrenos nos bairros vizinhos do centro histórico. Como já sinalizado em entrevistas, destaca-se o bairro Mococa que concentra um número maior de tiradentinos. Além da venda dos imóveis como meio de capitalizar recursos para as

famílias, os entrevistados sinalizam que os eventos são uma importante fonte de renda e geração de emprego na cidade. Os eventos como o Carnaval, Mostra de Cinema, Festival de Gastronomia, dentre outros, representam a força motriz da movimentação do turismo. Assim, o turismo se configura como a principal atividade econômica da cidade.

A gastronomia gera muito emprego e traz dinheiro para Tiradentes. A Mostra de Cinema gera muito dinheiro para o turismo em Tiradentes. Ano passado eu participei do evento e vendi muitos biscoitos. Tiradentes vive do Turismo (B4-F15).

A cidade mudou muito. Como eu te falei, até então não tinha nada. E com a vinda de tudo isso deu uma alavancada na cidade. O turismo é a nossa fonte principal. Aqui você tem duas opções: ou você vai trabalhar com o turismo ou vai virar funcionário público. Não tem outra opção” (B4-F13).

Em função da pandemia do COVID-19, entrevistando empresários e moradores, percebeu-se que muitos estavam preocupados com o cenário econômico do município, principalmente em razão da centralidade que o turismo tem na cidade. As entrevistas foram realizadas num período em que os empresários estavam fazendo demissões e fechando os estabelecimentos sem previsão de reabertura. Este cenário despertou a questão de ter outra atividade econômica em Tiradentes que não seja somente o turismo:

Nós não temos outra economia. Hoje, diante da pandemia são em torno de 400 empresas que estão sofrendo diante da pandemia. Esse é um desafio e a importância que temos que analisar. Fora tudo isso eu acho que o turismo é muito importante. É a nossa terceira onda da economia. Já passamos pelo ciclo do ouro, depois o ciclo da prata e agora o turismo (B5-F5).

A cidade vive 99,9% do turismo. Em função do Covid-19 está um embate. Uns querem que abram outros querem que fechem. Tiradentes não possui outra atividade sem ser o turismo. Tiradentes teve o ciclo do ouro, o ciclo da prata e agora o ciclo do turismo. Isso é um momento para refletir que temos que ter outra atividade econômica (B4-F10).

Neste contexto econômico do turismo, observa-se que a cidade de Tiradentes é um destino conhecido pela realização de grandes eventos de fluxo turístico que fomentam a economia da cidade. O calendário de eventos em Tiradentes é vasto, com eventos durante todos os meses, e representa a força motriz da movimentação econômica em Tiradentes e que, segundo Souza (2017), gera um fluxo anual de 300 mil turistas.

Neste âmbito, há uma lei municipal nº 2.622 de 20 de outubro de 2011 que dispõe sobre a realização de eventos em Tiradentes e estabelece diretrizes quanto a utilização dos espaços públicos, da capacidade de carga, da preservação da identidade cultural. Contudo, parece que os organizadores não seguem as recomendações previstas em lei causando repúdio da comunidade. Exemplifica-se com o Festival Gastronômico, que fomenta a gastronomia

internacional, que não traz elementos identitários da gastronomia local como apontado no trecho a seguir:

Eu não sou contra turismo e eventos eu sou contra a escala. A cidade precisa ter o momento dela. Pra ter economia você precisa destruir a sua história, a sua cultura? É isso? Isso eu não concordo. Acho que tudo demasiado não é bom. O Festival gastronômico é bom? É sim, mas eu gostaria de ver a “Dona Maria” do distrito ali. Está precisando de alma na coisa. Todo evento que não tem a população inserida, sem pertencimento... só comercial eu não curto. Eu sou muito crítico nisso (B4-F10).

Observou-se que a dinâmica do turismo reconfigurou o centro histórico afetando de forma direta a significação dos espaços, o uso e a relação identitária do tiradentino, resultando em conflitos e questionamentos, conforme registrado no trecho da entrevista B4-F10. Tal fato é consequência de uma política de turismo focada nos interesses do poder público e dos empresários, ficando a população de fora desse processo. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico de Tiradentes, a partir da atividade turística, resultou em transformações socioespaciais.

O novo território tornou-se apropriação, uso e dominação dos empresários vindo de fora que tornaram-se atores com poder econômico, cultural e político. Atualmente, o centro histórico de Tiradentes configura-se como resultado de um modo de produção estabelecido (LEFEBVRE, 2000), a partir da atividade turística, alicerçada por políticas públicas de turismo, pautada em investimentos e desenvolvimento econômico local, mas não atentando aos efeitos socioespaciais resultantes do turismo.

Isso quer dizer que a política de turismo em Tiradentes, não abarca os problemas oriundos das transformações socioespaciais, como, por exemplo, a gentrificação, a especulação imobiliária, aumento do custo de vida, segregação, elitização dos espaços, mercantilização do patrimônio, dentre outros. Tal contexto demonstra a fundamental importância de repensar e implementação de políticas públicas de turismo, pautas em questões de impactos socioespaciais em uma localidade. Sobre este aspecto, diante da dinâmica da atividade turística em Tiradentes, foi fundamental uma análise da política de turismo para compreender sua relação com a configuração socioespacial da cidade.

Outro aspecto importante identificado que se relaciona com desenvolvimento do turismo em Tiradentes é a mercantilização do patrimônio histórico. Conforme sinalizado por Paes (2017), o patrimônio histórico em muitos municípios brasileiros, como Tiradentes, seguindo a tendência internacional da mercantilização do patrimônio histórico, incentivou a

prática da atividade turística em prol do desenvolvimento econômico dos municípios. Dessa forma, o poder público municipal passou a adotar medidas preservacionistas do patrimônio histórico, bem como a criação de normas que regulamentam o uso e a ocupação do solo, direcionadas ao fomento do turismo. Neste sentido, o próximo tópico tratará das diretrizes preservacionistas que corroboraram para no desenvolvimento do turismo e na reconfiguração socioespacial de Tiradentes.

4.2.2 Diretrizes preservacionistas do patrimônio histórico em Tiradentes: novos usos do espaço para o turismo

O governo brasileiro, percebendo a potencialidade do patrimônio histórico em muitos municípios, seguindo a tendência internacional da mercantilização do patrimônio histórico, incentivou a prática da atividade turística em prol do desenvolvimento econômico dos municípios. Para isso, foi necessário desenvolver ações voltadas para a recuperação de sítios históricos degradados, transformando-os em espaço de consumo e entretenimento (PAES, 2017). Uma das primeiras ações foi a criação IPHAN (Instituto Histórico Artístico e Nacional) que, atualmente, configura-se como uma autarquia federal ligada ao Ministério do Turismo e tem como premissa preservar e fiscalizar os bens patrimoniais brasileiros, bem como garantir a manutenção e existências desses bens (IPHAN, 2020).

Criado pela lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, no governo do presidente Getúlio Vargas, o IPHAN tem como proposta salvaguardar o patrimônio histórico brasileiro. Na época, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a atribuição de implantar o Serviço do Patrimônio que se concretizou por meio do Decreto-lei nº25 de 1937. Com o apoio de intelectuais ligados ao movimento modernista, foi possível resgatar múltiplas faces da cultura brasileira (IPHAN, 2020).

Posteriormente, o governo brasileiro percebeu a necessidade de descentralizar a unidade maior do IPHAN em escritórios técnicos localizados em municípios. Isso favoreceu o tombamento de cidades históricas brasileiras, além da formação de técnicos preparados para assegurar o trabalho da referida autarquia (IPHAN, 2020). Tal ação foi identificado em Tiradentes como registrado no trecho a seguir:

O escritório de Tiradentes foi instalado na cidade num período em que o IPHAN percebeu a importância de descentralizar a gestão. Era importante ter unidades, principalmente nas cidades históricas brasileiras. A nossa principal atividade é a fiscalização, de autorização e acompanhamento de obras no conjunto. Tiradentes tem um conjunto tombado e bens tombados isoladamente. Que são majoritariamente

igrejas. Então tem um duplo tombamento. Então a gente faz esse trabalho de fiscalização e de aprovação. Bem como aprovação e fiscalização d estruturas para os eventos (B3-F3).

Com o tombamento da cidade de Tiradentes em 1938, o SPHAN viu a necessidade de delimitar a área tombada a fim de definir seu perímetro de atuação. Neste sentido, o IPHAN baseou-se na perspectiva histórica para delimitar o núcleo setecentista. Conforme consta no documento Fundamentos e Propostas de Critérios e Normas do IPHAN (1997), destacam-se as seguintes referências geomorfológicas que foram balizadores no processo de delimitação:

- a serra de São José, o contorno dos rios e córregos, as baixadas ao longo da Santíssima Trindade - elementos físicos que exerceram papel determinante como balizadores do espaço construído e da forma desta construção;

- as áreas de exploração do ouro como pontos de atração para a ocupação, destacando-se a área do Canjica, onde a atividade extrativa se desenvolveu mais intensamente;

- a topografia elevada conveniente à implantação do núcleo, tendo em vista as soluções naturais de salubridade e escoamento de águas pluviais;

- os principais caminhos de entrada e saída do núcleo que se configuram hoje como eixos de expansão da cidade: eixo mais antigo de ligação com São João del Rei, hoje Rua Santíssima Trindade; eixo de ligação do núcleo com a área do Canjica-que seria o eixo de ligação com o Caminho Novo para as Minas e, no século XIX, o eixo de expansão criado em função da implantação da estrada de ferro.

E, como elementos balizadores do adensamento do núcleo:

- a implantação da Matriz com a criação do povoado (1708), gerando um eixo de ocupação a partir dela em direção ao abastecimento d'água (posteriormente Chafariz); e um eixo pela sua lateral (Rua Padre Toledo), aproveitando-se da topografia mais favorável.

- o Chafariz de São José, localizado numa área de uso e serviço afastada da ocupação nobre e caracterizada por ser uma área alagadiça, imprópria à ocupação também pelas dificuldades de travessia do rio, permanecendo, até hoje, como área de ocupação rarefeita;

- a área do Canjica como espaço da produção e a ocupação consolidada a partir do eixo da Matriz como espaço do poder, resultando no preenchimento desse recheio, com atração de forma mais sólida, em torno da segunda;

- a localização estratégica das igrejas, segundo as possibilidades e conveniências das Irmandades, informando o papel que desempenhavam na vida social e na organização espacial da cidade;

- a especialização das áreas de uso e serviço como a beira-rio (Rua da Praia).

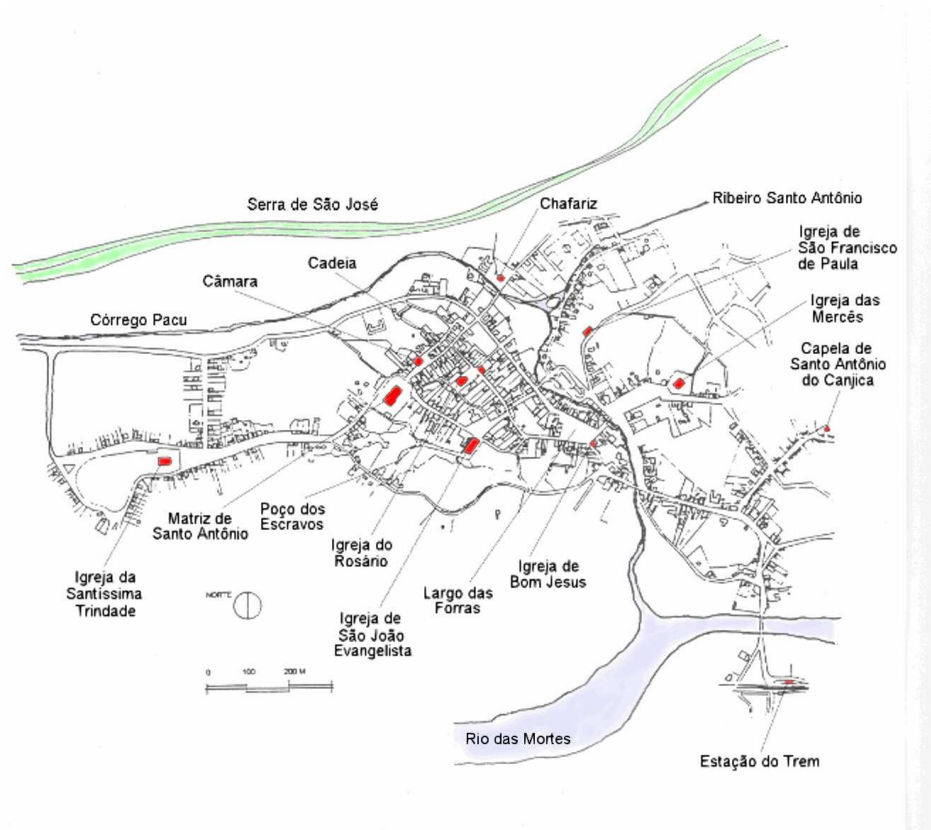


Figura 24: Elementos de referência da área delimitada

Fonte: Fundamentos e Propostas de Critérios e Normas do IPHAN (1997)

Diante da delimitação, o IPHAN de Tiradentes distribuiu o território protegido em oito setores. A intenção, segundo consta no documento Fundamentos e Propostas de Critérios e Normas do IPHAN (1997), é preservar a paisagem e o sítio histórico a partir de critérios e normas definidos para cada setor. Conforme consta no referido documento, p. 41, 1997, apresenta-se os critérios diferenciados e o mapa, demonstrando a divisão por setores:

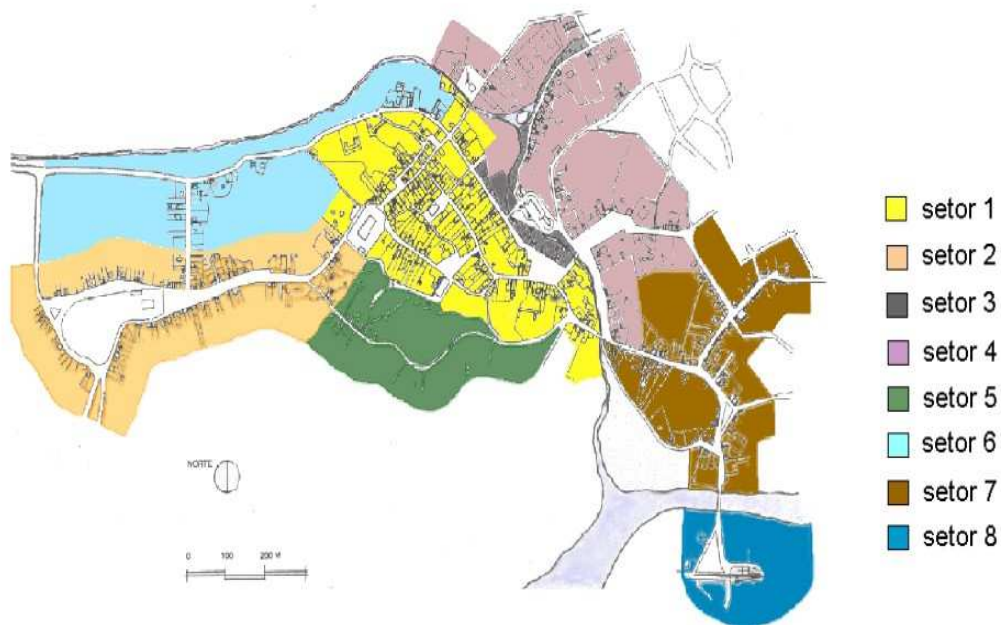


Figura 25: Divisão do território de Tiradentes em setores

Fonte: Fundamentos e Propostas de Critérios e Normas do IPHAN (1997)

SETOR 1: Este SETOR compreende o traçado urbano tradicional, ou seja, os principais eixos de consolidação do núcleo setecentista de Tiradentes, onde se concentram as edificações mais antigas. É, portanto, historicamente, a área mais densamente ocupada que, na sua relação com a paisagem natural, tornou-se responsável pela série de atividades locais, sócioeconômicas e culturais, principalmente ligadas ao turismo. O Largo das Forras, embora adensado nos últimos 30 anos, foi incluído neste SETOR por já ter-se incorporado à imagem tradicional do sítio histórico. Representa na cidade a marca da ocupação dirigida pela intervenção do órgão nacional de preservação que, diferente do que se faz hoje, recomendou durante muito tempo a reprodução das características arquitetônicas setecentistas como forma de preservação.

SETOR 2: Este SETOR compreende o eixo mais antigo de entrada e saída do núcleo, caracterizado historicamente como um caminho de ocupação mais rarefeita. O adensamento da sua ocupação é recente, ainda apresentando intervalos entre os lotes, baixa taxa de ocupação e edificações de 1 pavimento. Essa urbanização também se caracteriza por estar implantada na crista de um morro, concentrada ao longo do antigo caminho (hoje Rua Santíssima Trindade), uma vez que a topografia local não permite que os lotes sejam ocupados em grande profundidade.

SETOR 3: Este SETOR compreende uma antiga área de serviços do núcleo setecentista, à beira rio, antes alagadiça e desocupada, que hoje se encontra densa e desordenadamente ocupada. A ocupação das margens do Ribeiro Santo Antônio, além de ilegal, do ponto de vista da preservação é inadequada, quer pelo comprometimento dos valores paisagísticos da área - tendo como graves consequências o assoreamento e a poluição do rio - quer pelo rompimento da relação histórica do tecido urbano com esse acidente físico, determinante na forma e evolução da cidade de Tiradentes. Além disso, essa ocupação "privatizou" uma área historicamente pública, impossibilitando o seu uso comum por parte da população.

SETOR 4: Este SETOR compreende áreas que, embora correspondam a diferentes momentos da ocupação do território e tenham características próprias, mantêm a mesma relação com o núcleo urbano tradicional mais densamente ocupado, ou seja,

são áreas que se constituem em faixas de transição do núcleo urbano com a paisagem natural.

SETOR 5: Este SETOR compreende uma das áreas mais importantes da paisagem natural que envolve a cidade, sendo característica marcante da relação entre o núcleo edificado e seu território.

SETOR 6: Este SETOR compreende uma área baixa ao longo da Rua Frei Veloso entre o núcleo setecentista, mais densamente ocupado (SETOR 1), a cumeeada da ladeira da Rua Santíssima Trindade (SETOR 2) e a Serra de São José (APA). Trata-se de uma área de transição entre o núcleo urbano e a paisagem natural com tendência à expansão devido à abertura recente da Rua Frederico Ozanan.

SETOR 7: Este SETOR compreende duas áreas: a da Canjiquinha e a do eixo de expansão consolidado em função da implantação da estação ferroviária; a primeira tem como vestígio mais evidente da sua antiga ocupação em função da exploração aurífera, a Capela de Santo Antônio. Hoje é uma área de expansão caracterizada por edificações de pequeno porte, na maioria térreas. A segunda é caracterizada por uma ocupação pouco uniforme, com lotes variados e edificações de 1 ou 2 pavimentos, cuja arquitetura, muito diversificada, faz referência a momentos diferentes da sua ocupação, com alguns exemplos ecléticos do final do século, edificações que incorporam de forma popular elementos modernistas, arquitetura recente que se apropria dos elementos coloniais e edificações que parecem ter pertencido a pequenas chácaras. Como a primeira, é também área de expansão da cidade.

SETOR 8: Este SETOR compreende o entorno da Estação Ferroviária - bem tombado individualmente - que ainda não teve seu processo de ocupação intensificado, guardando até hoje, em seu entorno mais imediato, características agrestes. A localização da estação, afastada da cidade, e suas características arquitetônicas, comparadas às de São João Del-Rei, indicam que se tratava de uma estação rural e não urbana.

Salienta-se que o SETOR 1, que abrange o centro histórico, foco deste estudo, corresponde a área de maior atuação do IPHAN. Qualquer intervenção a ser feita neste setor deverá ser apresentado previamente para avaliação da referida instituição que fará todo acompanhamento, desde a aprovação até a execução das intervenções urbanas e arquitetônicas no núcleo setecentista. A prefeitura também tem seu papel neste processo de autorização e fiscalização. Contudo, em especial no SETOR 1, o IPHAN estabelece as normas e critérios para salvaguardar o patrimônio.

A análise do IPHAN é diferente da análise da prefeitura. É importante entender que nem tudo que passa na prefeitura, passa no IPHAN. A gente tem setores em Tiradentes. No final dos anos de 1990 foi criado um conjunto de normativas que dividiu o conjunto tombado em 8 setores. Essa divisão estabelece normas específicas para cada área. Para cada setor há uma orientação específica. Por exemplo, o setor 1, que é o primeiro núcleo da cidade é o mais restritivo, o setor 7 já tem uma certa flexibilização, já tem construções mais recentes. Os projetos só passam pelo IPHAN quando envolvem impactos ao patrimônio. São duas aprovações separadas prefeitura e IPHAN. Hoje, por protocolo da prefeitura, estão solicitando a anuência do IPHAN em todos os projetos (B3-F3).

Ressalta-se que a prefeitura tem procurado atuar em consonância com o IPHAN mesmo na condição de aprovações separadas. Contudo, essa relação não se faz tão harmoniosa como apontada em entrevista anterior. Isso porque, desde que o turismo se afirmou como a principal atividade econômica do município, respondendo pela geração de emprego e renda para o Tiradentes, a prefeitura tem se tornado um agente fomentador das parcerias público-privadas, atuando sem articular com o IPHAN, sem a anuência desta instituição.

Essas parcerias público-privadas são de grande interesse da prefeitura e resultam na modificação das estruturas das edificações, bem como da utilização dos espaços públicos para atender a demanda do turismo. Neste caso, pode-se exemplificar o Largo da Forras, que sofreu intervenções ao longo dos anos em sua estrutura para atender os principais eventos da cidade.

Ressalta-se que Tiradentes possui uma carência de um espaço maior e apropriado para eventos de grande porte. O Largo das Forras, localizado bem no centro histórico, é a principal Praça de Eventos da cidade. No que tange aos eventos que a utilizam dos espaços públicos, têm exigido uma atenção maior IPHAN, pois implica na análise da capacidade do fluxo de turistas, mobilidade, impactos no patrimônio, dentre outros. “Outro fator que a gente olha muito é o impacto que vai ter na circulação na mobilidade da cidade. Tem eventos que totalizam 40.000 pessoas. Tem alguns aspectos que a gente tem olhado com mais atenção” (B3-F3).



Figura 26: Intervenção no Largo das Forras – s/d
Fonte: Acervo César Reis



Figura 27: Bikefest – Largo das Forras
Fonte: Google Imagens (2020)

Intervenções como demonstrada na figura 26, não são raras de acontecer na cidade e, muitas vezes, tornam-se conflituosas, pois há um interesse do empresário que articula com a prefeitura as modificações dos espaços públicos, sem respeitar as normas estabelecidas pelo Plano Diretor e pelo órgão fiscalizador que é o IPHAN, a fim de atender a demanda turística. Dessa forma, a prefeitura age de acordo com seu interesse político, focando na parceria com o empresário. Tal fato é evidenciado no trecho de um entrevistado:

A prefeitura só é parceira quando convém. Então, não é uma coisa frequente e contínua (...). Existe um plano diretor que não é levado a sério. Então muita das vezes o IPHAN faz o papel da prefeitura. Muitas vezes a prefeitura não fiscaliza e o IPHAN intervém (B3 - F17).

Neste processo, os empresários que em sua maioria vieram de outras cidades, apresentam certa dificuldade em compreender o papel do IPHAN em Tiradentes e as normativas que devem ser seguidas. Muitos vêm dispostos a investirem o capital fazendo modificações bruscas nas edificações para atender o novo uso de cunho comercial, seja para pousada, restaurante, lojas de artesanatos, dentre outros.

Os empresários que estão no setor histórico precisam ter uma relação com IPHAN. Nem sempre é muito legal. Tem muitos que não entendem bem o papel do IPHAN. Principalmente aqueles que vêm de fora (B3-F16).

O IPHAN está aqui para preservar a cidade. O empresário ultimamente, tem o objetivo do lucro, chega muitas vezes desrespeitando o que é colocado pelo IPHAN. A grande maioria ainda não entendeu o valor disso aqui (B3-F17).

Esclarece-se que em Tiradentes há um Plano Diretor que foi construído de forma participativa no ano de 2015 e estabelece orientações para o desenvolvimento territorial e econômico da cidade. O plano apresenta ações e diretrizes para o ordenamento territorial que prevê a preservação do patrimônio, estabelece um macrozoneamento da área urbana de Tiradentes e determina as intervenções, baseando-se na Lei de Uso e Ocupação do Solo e nos critérios estabelecidos pelo IPHAN, sendo este o processo de aprovação dos projetos:

O requerente/proprietário encaminha pra gente fazer a análise e quando são casos mais complexos e que envolve outros atores a gente leva o projeto para o Conselho de Patrimônio e Conselho de Desenvolvimento Urbano. Exemplo de aprovação de grandes estruturas como loteamentos. O município tem um plano diretor que foi elaborado no final de 2015 início de 2016 e que é um plano diretor muito bom, foi construído de forma participativa, inclusive esta previsto para esse ano passar por um processo de revisão. Só que esse plano diretor e as leis complementares de uso e ocupação do solo não estavam sendo utilizados para análise na prefeitura, até porque

a prefeitura estava sem um técnico para fazer as análises. Em 2018 entra uma arquiteta que estabelece com uma orientação do ministério público para aplicação do plano diretor. O ministério estabelece um protocolo de documentos que devem ser encaminhados ao município para a aprovação de projetos. Nesse momento, ficou mais fácil e mais coerente para o IPHAN, visto que a análise do IPHAN é diferente da análise da prefeitura. É importante entender que nem tudo que passa na prefeitura, passa no IPHAN. A gente tem setores em Tiradentes. No final dos anos de 1990 foi criado um conjunto de normativas que dividiu o conjunto tombado em 8 setores. Essa divisão estabelece normas específicas para cada área. Para cada setor há uma orientação específica. Por exemplo, o setor 1, que é o primeiro núcleo da cidade é o mais restritivo, o setor 7 já tem uma certa flexibilização, já tem construções mais recentes. Os projetos só passam pelo IPHAN quando envolvem impactos ao patrimônio. São duas aprovações separadas prefeitura e IPHAN. Hoje, por protocolo da prefeitura, estão solicitando a anuência do IPHAN em todos os projetos (B1-F3).

Somado à atuação da prefeitura e do IPHAN na preservação do patrimônio, há o Conselho de Desenvolvimento Urbano cuja constituição e atribuições estão previstas no Plano Diretor. Dentre as atribuições estabelecidas segue:

Seção II – Do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano

Art.104–O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano terá as seguintes atribuições:

- I. realizar a cada 3 anos a Conferência Municipal da Cidade em consonância com a Conferência Nacional e Estadual das Cidades a serem convocadas pelos governos federal e estadual, da qual resultarão propostas de encaminhamento da política urbana e territorial e de revisão da legislação urbanística municipal, além da discussão de temas de âmbito nacional e estadual propostos pelos respectivos níveis de governo;
- II. elaborar o seu regimento interno;
- III. participar da avaliação de propostas encaminhadas ao executivo municipal, no nível de recursos, sobre processos administrativos afetos ao Plano Diretor;
- IV. coordenar, acompanhar e avaliar a implementação do Plano Diretor, nos seus aspectos territorial, ambiental, econômico e social, assim como coordenar o seu processo de revisão;
- V. acompanhar e avaliar os processos de aprovação e fiscalização de projetos de parcelamento do solo e edificações relativos ao patrimônio histórico-cultural e ambiental, nesses casos interagindo com os conselhos específicos dessas áreas;
- VI. participar da avaliação a respeito da instalação de empreendimentos de impacto, de forma integrada aos demais componentes do Sistema de Planejamento e Gestão;
- VII. participar da avaliação de casos omissos nos dispositivos legais municipais, relativos ao Plano Diretor e legislação urbanística básica;
- VIII. participar da avaliação de compatibilidade de ações contidas nos Planos Plurianuais e Orçamentos Anuais com as diretrizes do Plano Diretor;
- IX. participar da avaliação e da análise sobre as propostas de alteração do Plano Diretor e legislação urbanística básica, especialmente do zoneamento e de seus parâmetros, de forma integrada aos demais componentes do Sistema de Planejamento e Gestão;
- X. assegurar a participação da população no processo de planejamento e o seu acesso ao sistema de informações municipais;
- XI. acompanhar e fiscalizar o cumprimento de todos os prazos previstos no Plano Diretor, definir aqueles que não se encontram estabelecidos, assim como acompanhar e fiscalizar todos os temas remetidos para legislação específica (PLANO DIRETOR DE TIRADENTES, p.43,2015)

Quanto aos recursos provenientes para a preservação e restauro do patrimônio, boa parte veio do BNDES. Durante a pesquisa, não foi possível ter acesso a documentos relacionados ao repasse financeiro para a preservação do patrimônio. Inclusive, em pesquisa feita sobre o PAC das Cidades Históricas, Tiradentes não está na lista das cidades contempladas com repasse do governo federal. Segundo relato de entrevista abaixo, o BNDES repassou para a cidade de Tiradentes R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), sendo este o principal recurso recebido, aplicado na restauração de grande parte das igrejas, chafariz, calçamento, casarões, além de projetos de educação patrimonial com a publicação de livros.

Então vou te explicar. Eu fui o coordenador do repasse desse dinheiro. Foram quarenta milhões de reais. Tudo começou em 2009. Eles criaram em 2009 no BNDES um programa de preservação do patrimônio considerado um “case”. Eles escolheram três municípios no Brasil para receber um aporte do BNDES, sendo: Tiradentes, São Francisco do Sul no Rio Grande do Sul e a Lapa no Rio de Janeiro. A única que realmente desenvolveu foi Tiradentes. Nós criamos um comitê gestor composto por mim, um representante do IPHAN, um representante do IHGT, um representante da Câmara, uma professora, um jovem, a Maria Alice e o Sr. Ricardo que eram funcionários aposentados do BNDES, para coordenar todo o projeto. Quando a mulher falou que tinha quarenta milhões de reais para investir em Tiradentes eu quase caí pra trás. Quarenta milhões para Tiradentes é muito dinheiro. Qual era a contrapartida? Zero. Era a gente elaborar, gerir o projeto e prestar conta. Contudo nas placas de restauro a gente teve que colocar “PAC” só para cumprir tabela com o governo. Mas o dinheiro veio do BNDES. Isso foi uma questão política do quê qualquer outra coisa. Essa ordem veio do Departamento de Cultura do BNDES. Na época a diretora chamava Luciana Gorgulho. “Manda quem pode obedece quem tem conta para pagar”. Na verdade, não veio nada do PAC. Foi tudo do BNDES. A história é essa. Esse é um projeto case de Tiradentes. Restauramos igrejas, chafariz, calçamento e fizemos projeto de Educação Patrimonial. Fizemos muita coisa (B4-F10).

Somado aos recursos vindos de entidades financiadoras, a cidade de Tiradentes anualmente é habilitada no ICMS Cultural, em conformidade com a Lei Robin Hood que estabelece critérios para pontuação como, por exemplo, investimentos em educação, preservação do meio ambiente e patrimônio, dentre outros, para que o município receba a pontuação necessária para a captação do recurso (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020).

Torna-se evidente que a presença e atuação do escritório do IPHAN na cidade de Tiradentes é imprescindível na preservação do patrimônio. Tiradentes possui um conjunto arquitetônico barroco homogêneo e concentrado num núcleo bem delimitado que sofreu mudanças socioespaciais para atender a atividade turística que se firmou como a principal atividade econômica da cidade. Os novos usos estabelecidos, principalmente nos espaços públicos, e a falta de fiscalização sobre isso, tem sido percebida pela população local.

Como a cidade hoje é toda voltada para o turismo, inclusive os espaços públicos, a gente acaba perdendo espaço para os turistas. É uma cidade pequena fica sobrecarregada em eventos, finais de semana, feriado. Os moradores têm dificuldade de locomoção. Os moradores estão fora desse espaço. Os restaurantes, bares, lojas colocam mesas e bancadas nas calçadas públicas. E não há fiscalização para isso. Esse espaço perde seu uso original. Você não consegue usar as vias públicas porque elas estão cheias de mesas (B2-F16).

O processo de ressignificação desse núcleo pelo novo uso implicou no estabelecimento de diretrizes preservacionistas do patrimônio exigindo um maior controle e fiscalização por parte do IPHAN, principalmente com os eventos de fluxo turístico que se tornaram impactantes para o patrimônio e a população. Primeiro, a validação dos eventos passa pelo Conselho Municipal de Turismo, ao qual o IPHAN possui participação, depois segue para o IPHAN que avalia para aprovação e autorização de realização do evento.

Participamos do COMTUR em que definimos os eventos e a agenda de eventos, sendo uma primeira triagem. Depois esses projetos vão para o IPHAN para cumprir os protocolos de aprovação das instalações. Outro fator que a gente olha muito é o impacto que vai ter na circulação na mobilidade da cidade. Tem eventos que totalizam 40.000 pessoas. Tem alguns aspectos que a gente tem olhado com mais atenção.

Nota-se que a presença do IPHAN é de suma importância para fiscalização e controle das intervenções urbanísticas, bem como monitoramento dos eventos e suas estruturas. A política de patrimônio tem direcionamentos para a preservação do patrimônio edificado, controle do uso e ocupação do território, em especial o núcleo histórico. Contudo, focada no desenvolvimento econômico a partir da atividade turística.

Tantos os governantes quanto os moradores sabem que a preservação do patrimônio está relacionada ao turismo. O prefeito atual reverte 100% do ICMS do patrimônio Cultural para a preservação da cidade (B2-F13).

Neste sentido, os desafios são evidentes num contexto em que as questões econômicas se sobrepõem sobre aspectos preservacionistas e sociais, visto que os interesses são diversos numa cidade que vive, exclusivamente, do turismo. Estudos desenvolvidos por Marques (2019), sobre Pirenópolis (GO) e Silva (2015), sobre Paraty e Ouro Preto, demonstram que esse parece ser um problema recorrente em cidades históricas brasileiras que tem o turismo como atividade econômica. Uma alternativa para minimizar esses problemas seria o fortalecimento das governanças locais como Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e o Conselho Municipal de Turismo que são espaços de participação da comunidade e

canal de diálogo com o poder público. O fortalecimento dessas duas instâncias de governança proporcionará o fortalecimento do IPHAN e facilitará sua atuação no que tange a regulação e fiscalização do patrimônio. Além disso, a participação da população local que fica à margem de todo o processo, favorecendo um planejamento mais participativo.

A seguir o tópico 4.3 irá abordar os feitos da atividade turística na formação socioespacial de Tiradentes, demonstrando de forma concreta como a política de turismo do município, teve influência no desenvolvimento da cidade, na formação do espaço urbano e sobre a população tiradentina.

4.3 Os efeitos da atividade turística na formação socioespacial de Tiradentes-MG

Nos tópicos anteriores, destaca-se o desenvolvimento econômico de Tiradentes com o advento da atividade turística, que na década de 1970, já sinalizava como aquela se concretizaria após longa crise econômica e “abandono” da cidade. Neste âmbito, Tiradentes vivenciou uma fase intensa, desde a crise do período aurífero, até final do século XX, a decadência econômica e o esquecimento, que corroborou para a salvaguarda do seu patrimônio edificado.

Essa preservação associada ao resgate do patrimônio criou um contexto favorável para que o turismo se configurasse como a principal atividade econômica que incidiu na formação socioespacial da cidade. Ressalta-se que antecedendo o turismo, outras atividades econômicas como a mineração, a agricultura, a pecuária, a presença da ferrovia também foram atividades que influenciaram a formação socioespacial de Tiradentes. O turismo não pode ser compreendido como o único vetor de transformações socioespaciais. Contudo, para este estudo a análise está pautada na influência da atividade turística na formação socioespacial de Tiradentes. Isso porque se torna importante compreender o turismo para além do viés econômico. Hoje, percebe-se uma visão reducionista desta atividade como meramente econômica, mas é preciso transpor uma análise para o olhar da geografia, da administração pública, dentre outras ciências, para uma análise socioespacial desta atividade.

Esclarece-se que o turismo é uma atividade que surgiu após a Revolução Industrial, num contexto capitalista, de consumo e lazer. A sociedade se globalizou ao longo dos anos e despertou em uma escala mundial a busca pelo local. As pessoas se interessaram em conhecer outros lugares diferentes do de origem, se projetando em outro contexto, em outra realidade. Esse estímulo e desejo despertado nas pessoas são inerentes ao turismo e provêm de intensas

campanhas de marketing (CAMPOS, 2006). Isso propiciou a criação de muitos destinos turísticos que por meio de ações de marketing se promoveram em contextos nacionais e internacionais.

Sob essa perspectiva, no caso de destinos brasileiros, destacam-se as cidades históricas, como Tiradentes, que por meio de uma política preservacionista do seu patrimônio, posteriormente, associado a campanhas na mídia, fomentou a atividade turística, que se concretizou como a principal atividade econômica da cidade, modificando o uso dos espaços públicos e das edificações, concebendo um espaço diferente do espaço vivido (LEFEBVRE, 2000). Essas novas disposições espaciais provocadas pelo turismo em Tiradentes determinaram novos valores, novos usos, novos processos identitários, novas simbologias (SANTOS, 2008).

Neste sentido, na busca de compreensão dos efeitos da atividade turística na formação socioespacial de Tiradentes-MG, as categorias de análise propostas e indicadores são apresentados a seguir:



Figura 28: Categorias de análise e indicadores para compreensão dos efeitos socioespaciais da atividade turística em Tiradentes

Fonte: Elaborado pela autora (2020). Baseado em: Fratucci (2007,2008); Gothan (2005); Luchiari (2006); Mendes (2017,2018); Santos (2008).

A gentrificação turística é um processo que transforma bairros e, principalmente regiões centrais, em locais para consumo voltados para o turismo para atender o mercado de recreação, lazer, alimentação, hospedagem, dentre outros, modificando o uso tradicional de um determinado local. Assim, a população residente e o comércio local são substituídos gradativamente para a instalação de novos equipamentos voltados para o turismo. Neste contexto, a segregação territorial torna-se evidente na medida em que os bairros vão se

esvaziando de sua população original, se desestabilizando socialmente, perdendo sua identidade, sua memória, sua autenticidade (CORIOLANO,2006; GOTHAN, 2005; MENDES, 2007, 2008).

Sobre essa dinâmica socioespacial, evidencia-se a relação entre os (espaço) concretos e simbólicos (identidade), configurando-se como categorias interligadas, sendo propostas para análise deste tópico. Neste sentido, compreende-se que o processo de produção do espaço é resultante do desenvolvimento capitalista e reflexo dos anseios dos detentores de poder e do capital. Na dinâmica da urbanização turística o espaço vivido, repleto de significações para uma comunidade, torna-se um espaço concebido para atender a dinâmica do turismo por meio de objetos concretos, resultando num processo gentrificador (LEFEBVRE,1991; MENDES, 2007,2008).

No contexto da gentrificação turística em Tiradentes, observa-se aspectos concretos deste processo a partir do momento que os investidores, vindos de outras regiões do país começaram a comprar casas do centro histórico, tornando-se os novos moradores da cidade. Dentre estes, são pessoas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, configurando-se como atores centrais da transformação urbana, valorizando o centro histórico por meio de investimentos, de uma área anteriormente desvalorizada. Os moradores tradicionais perderam o seu espaço para os empresários, detentores do poder, do capital, isso intensificou o processo de gentrificação turística. Dessa forma, os empresários configuram-se como uns dos principais atores nesse processo ao qual passou a cidade.

Isso aconteceu e começou na década de 1970 quando Yves Alves diretor da Rede Globo começou a chamar os holofotes para a cidade. Pessoas de fora começaram a comprar casas em Tiradentes e daí começou a acentuar a imagem de Tiradentes como uma cidade turística. O centro histórico que é a parte que o IPHAN tem atuação é a parte de maior “invasão” dos investidores que compram os imóveis para ter um negócio ou casa de fim de semana (B1-F3).

Tais empresários investiram seu capital abrindo pousadas no centro histórico, restaurantes, cafeterias, lojas de souvenirs e isso proporcionou uma revitalização do centro histórico das fachadas, dos usos das edificações e impulsionou o desenvolvimento econômico em na cidade. Neste contexto, o núcleo histórico deixou de ser uma área residencial, tornando-se um espaço comercial, adquirindo novas funções sociais, outrora estabelecidas neste território. Assim, pode-se compreender que houve uma refuncionalização do núcleo histórico tombado. Essa refuncionalização urbana em Tiradentes criou uma nova territorialidade urbana central, subvertendo o uso dos bens históricos, atraindo classe social

com poder aquisitivo alto, causando a expulsão da população local para áreas periféricas, resultando na segregação (PAES, 2017).

Houve modificações no centro histórico e surgiram edificações novas no em torno. Sempre alguma construção que vai virar restaurante, pousada... alguma coisa para o turista. No centro histórico são poucas as pessoas que residem ali. Por que todas as casas e sobrados ou viraram lojas ou viraram pousadas (B4-F16)

Os antigos moradores foram vendendo as casas, pois muitos não tinham condições de restaurar as casas e migraram para bairros próximo como o da Mococa. É um bairro próximo da Santíssima Trindade. O bairro Mococa é um bairro recente que abriga muitos moradores que moravam e tinham casa no centro histórico. Isso é um processo de gentrificação visível em Tiradentes (B1-F3).

Por meio desta dinâmica, conforme os relatos, o centro histórico foi perdendo o seu uso residencial. A vida social do tiradentino foi modificada nesse processo de apropriação de território pelo turismo. A cidade torna-se mercadoria e o poder público torna-se um agente fomentador desse processo incentivando o empresariamento urbano atraindo investidores que vieram de das capitais da região sudeste. O empresariamento urbano associado ao marketing alavancou a “venda” do seu espaço urbano constituído de uma arquitetura barroca hegemônica que passou a receber investimentos em infraestrutura oriundos de instituições, do governo federal e de empresários, tornando-a uma cidade cenário muito valorizada, com destaque no setor imobiliário. Estes investidores compraram as casas e se tornaram donos dos estabelecimentos comerciais no centro histórico, que se tornou muito rentável. Buscando compreender o perfil destes investidores observou-se que muitos exerciam outra atividade antes de se tornarem empresário em Tiradentes. Observou-se que a opção de vir para Tiradentes foi sair dos grandes centros e investir em lugares menores e que proporcionasse retorno financeiro.

Sou de BH, mas vim para Tiradentes há 15 anos, para construir a Pousada. Sou proprietário junto com minha mulher. Antes de mexer com a Pousada eu trabalhei 30 anos na Magnesita na área de exportação e assistência técnica. Me aposentei em 2006 e a pousada era tipo plano B (...) Tiradentes tem um turismo de negócio em crescimento. E também como objetivo de vida, eu queria viver num lugar mais tranquilo. É um empreendimento que me dá prazer e dinheiro (...) a pousada em termos de negócio é extremamente lucrativa (B3-F16).

Sou proprietária da Casa do Sino Café e Loja. Sou de São Paulo e estou em Tiradentes há 10 anos (...) Primeiro busquei uma qualidade de vida, viver num lugar mais tranquilo e seguro. Por isso, vim para Tiradentes (...) sou da área de tecnologia e formada em Administração de empresas (B3-F14).

Sou do Rio de Janeiro e estou morando aqui desde 2007. Primeiro eu tive vontade de morar em Tiradentes. Sou psicanalista e trabalho com restaurante há 25 anos. Vindo pra cá quis dá sequência ao meu projeto de restaurantes. A princípio não seria um restaurante mexicano, é uma área bem restrita, Mas é uma área que eu gosto muito, sempre tive muito prazer e muita alegria. Eu tive uma sócia que gostava e cozinhar comida mexicana e me estimulou a seguir essa linha (B3-F9).

A vinda desses empresários e a modificação no uso dos espaços intensificaram o processo de gentrificação turística. Contudo, observa-se que a presença desses atores proporcionou a geração de emprego para os moradores, que em sua maioria, antes do processo de turistificação ocorrido em Tiradentes, não tinha nenhuma perspectiva de emprego e renda. Ressalta-se que, apesar das tentativas, não foi possível obter informações sobre a remuneração do turismo em Tiradentes. Muitos moradores não percebem a exploração e acreditam que o turismo é muito bom para a cidade. “Só vejo o lado bom. O turismo é a máquina que faz Tiradentes funcionar” (B4-F14).

A cidade mudou muito. Como eu te falei, até então não tinha nada. E com a vinda de tudo isso deu uma alavancada na cidade. O turismo é a nossa fonte principal. Aqui você tem duas opções: ou você vai trabalhar com o turismo ou vai virar funcionário público. Não tem outra opção (B4-F13).

Uai, Tem sim! A gastronomia gera muito emprego e traz dinheiro para Tiradentes. A Mostra de Cinema gera muito turismo para Tiradentes. Ano passado eu participei do evento e vendi muitos biscoitos. Tiradentes vive do Turismo (B4-F15).

Dessa forma, a população local, não sendo a proprietária dos meios de hospedagem, bares, restaurante, lojas de artesanato, dentre outros, acaba se tornando mão-de-obra destes estabelecimentos. “Muitos vão para BH e Ouro Preto estudar ou vão para São João Del Rei. Os que ficam vão trabalhar em loja, ou vão fazer faxina, ser pedreiro, trabalhar em restaurante” (B4-f2). Ou senão, acabam seguindo de modo informal ou comercializando produtos artesanais e caseiros em eventos, como registrado no trecho acima. Outro aspecto importante é que a mão-de-obra em Tiradentes é pouco qualificada. Em alguns casos o empresário acaba empregando mão-de-obra de São João Del Rei.

Olha, teve uma época, até um bom tempo atrás, quando eu estava começando, logo quando eu abri meu restaurante a cidade ficou muito conhecida. A mão de obra local não estava dando conta. Estou falando de 10 anos atrás. Tiradentes era bem pacata. A qualificação da mão de obra não acompanhou. O crescimento foi muito rápido, muita gravação de novelas. A Globo deu uma mídia muito grande em Tiradentes. E depois teve que vir mão de obra de fora. A minha família é toda de área rural, acabou que no começo todos tiveram que se qualificar para o turismo. Inclusive, membros da minha família que são produtores rurais: queijo, cachaça, linguiça.... hoje a produção é voltada para o turismo (...) Tenho cinco funcionários. Dois de São João Del Rei e três são de Tiradentes (...) Tiradentes é uma cidade pequena, mais pitoresca. A maioria da mão de obra vem de São João (B3-F12).

Outra relação identificada de Tiradentes com São João Del Rei foi que muitos tiradentinos fazem compras naquela cidade pelo fato de os produtos comercializados no centro histórico serem caros e voltados para o turista. O tiradentino não tem outra opção a não ser recorrer à cidade de São João Del Rei, não são somente para o comércio, mas para fazer faculdade, atendimento hospitalar.

Como Tiradentes é muito focado no turismo, às vezes a gente se sente mais parte de São João Del Rei que é mais uma cidade polo. Tiradentes depende muito de São João Del Rei... área hospitalar, universidade... Aqui em Tiradentes tudo é muito caro. É tudo muito elitizado. Fora supermercado, tudo mais é mais caro. Então a gente utiliza as cidades em volta para comprar outras coisas, outras atividades como o lazer. No início até quando eu me mudei pra cá eu até frequentava o centro histórico, um bar, mas isso foi cada vez menos. O espaço turístico aqui é muito caro é muito elitizado. São poucas festas que a gente frequenta. As vezes tem festa que a gente nem fica sabendo (B4-F4).

A vida comercial de Tiradentes depende totalmente de São João Del Rei. Tiradentes é uma cidade turística. Se você quiser recorrer as grandes lojas, supermercado, hospital... você tem que recorrer a São João Del Rei (B3-F16).

Observa-se que a migração dessas pessoas com poder de investimento em Tiradentes gerou a formação de uma elite intelectual, de influência cultural sobre os moradores. O aumento da circulação de capital na cidade incidiu no surgimento de novos produtos imobiliários proporcionando práticas de consumo e lazer que não condizem com o estilo de vida e a realidade financeira da população local. A presença de uma elite frequentando o centro histórico elevou o preço dos produtos em Tiradentes tanto para lazer, quanto para consumo básico. Isso implica no deslocamento do tiradentino para cidades vizinhas.

Compreende-se que a revitalização dos edifícios e de áreas públicas no centro histórico de Tiradentes por empresários que vieram de fora fez com que os imóveis e a oferta de serviços ganhassem valor mercadológico. Esses investidores, em parceria com o poder público incentivaram e financiaram campanhas de marketing e promoção de Tiradentes, o que favoreceu este contexto. Desde então, turistas foram atraídos para o “consumo” desse núcleo mercantilizado. Tal núcleo foi transmutado num espaço de consumo e lazer de alto padrão. Esse espaço tornou-se elitizado, pouco frequentado pelos moradores, sendo destinado exclusivamente para os turistas, ofertando serviços de hospedagem e alimentação de alto custo. Tal contexto pode ser evidenciado em dois trechos a seguir:

Tem restaurantes caros que não dá pra gente ir sempre. Tem os bares e restaurantes do nível da gente. Agora você pode ter muita grana tem restaurante aqui que numa noite você gasta R\$ 700,00. Não dá para ir sempre (B4-F2).

Como a cidade hoje é toda voltada para o turismo, inclusive os espaços públicos, a gente acaba perdendo espaço para os turistas. É uma cidade pequena fica sobrecarregado em eventos, finais de semana, feriado. Os moradores têm dificuldade de locomoção. Os moradores estão fora desse espaço. Os restaurantes, bares, lojas colocam mesas e bancadas nas calçadas públicas. E não há fiscalização para isso. Esse espaço perde seu uso original. Você não consegue usar as vias públicas porque elas estão cheias de mesas (B4-F7).

Sob essa ótica, vale considerar também a realização dos eventos em Tiradentes como o Carnaval, a Mostra de Cinema e o Festival Internacional Gastronômico, que proporcionaram a Tiradentes uma visibilidade internacional, atraindo turistas brasileiros e estrangeiros. Isso favorece a oferta de serviços de alto padrão, atraindo empreendimentos que oferecem serviços caros, para um público diferenciado, além do que a comunidade possa pagar.

Tiradentes possui 150 meios de hospedagem. Quando eu abri aqui eu pensei em não queria ser igual aos 150. Eu abri minha pousada com o conceito de hotelaria boutique. O que é uma hotelaria boutique? É a presença do dono, no máximo 20 quartos com obras de arte, num lugar bonito, numa cidade histórica como Tiradentes. Que em Tiradentes não tinha. Eu atendo um mercado de classe AA. Minha pousada não é barata. Meu maior público é de BH. Seguindo de Rio, São Paulo e os interiores. Esse é um motivo de sucesso da nossa pousada (B3-F16).

As pessoas humildes, mais simples não acham legal. Agora o pessoal do meu nível um já indica para o outro. A Mostra de Cinema... um passa para o outro. As pessoas mais simples acham isso chato. Então o que elas fazem nesses eventos, elas vão para beber, para “encher a cara”, e vão tomar cerveja. Agora tem o nosso grupo, que usufrui mais da cultura. Eu adoro andar na Praça e frequentar os bares que os turistas vão e que a gente vai também. Nós temos os nossos pontos de encontro (B4-F2).



Figura 29: Mostra de Cinema – 23ª Edição- Janeiro 2020

Fonte: Site da Mostra de Cinema (2020)



Figura 30: Festival Gastronômico – Edição 2019

Fonte: Site do Festival Gastronômico (2020)

As figuras acima evidenciam que eventos deste porte são voltados para um público de maior poder que se hospeda nos hotéis de luxo e usufrui dos serviços de alto padrão. Sob o aspecto social, esse evento intimida a participação da comunidade local que não se identifica e não se insere no contexto do evento. Muitas vezes os eventos são compreendidos como algo de cunho comercial sem a identidade local.

Às vezes sou chamado de xiita aqui. Eu bato forte nisso. Eu nasci numa cidade do século XVIII, mas eu não vivo no século XVIII. Porém, eu não posso esquecer das minhas raízes. Essa é a minha essência. É legal ter Festival Gastronômico? Sim, acho lindo! Mas porque não traz a Dona Maria que faz a broa no distrito da Caixa D'água? É um evento sem alma. É comercial. Não é cultural (B5-F1).

Observou-se que essa política de revitalização do centro histórico de Tiradentes focado no desenvolvimento econômico a partir da atividade turística, além de ter dificultado o acesso tiradentinos no contexto do turismo, também proporcionou a valorização dos imóveis, proporcionando a especulação imobiliária, sendo compreendido, assim como os grandes eventos já citados, um fator de exclusão dos moradores que migraram para áreas periféricas.

O centro histórico que é a parte que o IPHAN tem atuação é a parte de maior “invasão” dos investidores que compram os imóveis para ter um negócio ou casa de fim de semana. Os antigos moradores foram vendendo as casas, pois muitos não tinham condições de restaurar as casas e migraram para bairros próximos como o da Mococa. É um bairro próximo da Santíssima Trindade. O bairro Mococa é um bairro recente que abriga muitos moradores que moravam e tinham casa no centro histórico. Isso é um processo de gentrificação visível em Tiradentes (B1-F3)

Cascalho, Bairro da Torre, Várzea de Baixo, Cuiabá com grandes condomínios como Altos Cuiabás. Além disso, tem os distritos: Elvas, Caixa d'água e Águas Santas. E tem o Mococa que é um bairro periférico que concentra um maior número de Tiradentinos que venderam suas casas. Tanto o Mococa quanto o Torres surgiram na década de 80 e 90 quando Tiradentes teve o “boom” do Turismo (B1-F17).

A reconfiguração espacial da cidade se caracteriza, como dito anteriormente, pela migração dos tiradentinos para bairros mais periféricos. Além disso, outras áreas no entorno de Tiradentes foram tomadas por condomínios como o Quinta Imperial e o Santíssimo Resort que parecem duas ilhas fechadas nas proximidades do centro histórico. O plano Diretor não definiu as áreas de ocupação de Tiradentes que estão distribuídas em dez bairros: Pacu, Mococa (Recanto da Serra), Centro, Santíssima Trindade, Cascalho, Alto da Torre, Canjica, Santíssima Trindade, Várzea de Baixo e Parque das Abelhas, conforme demonstram os dois mapas a seguir:



Figura 31: Vista aérea geral dos bairros
Fonte: Campos (2006)

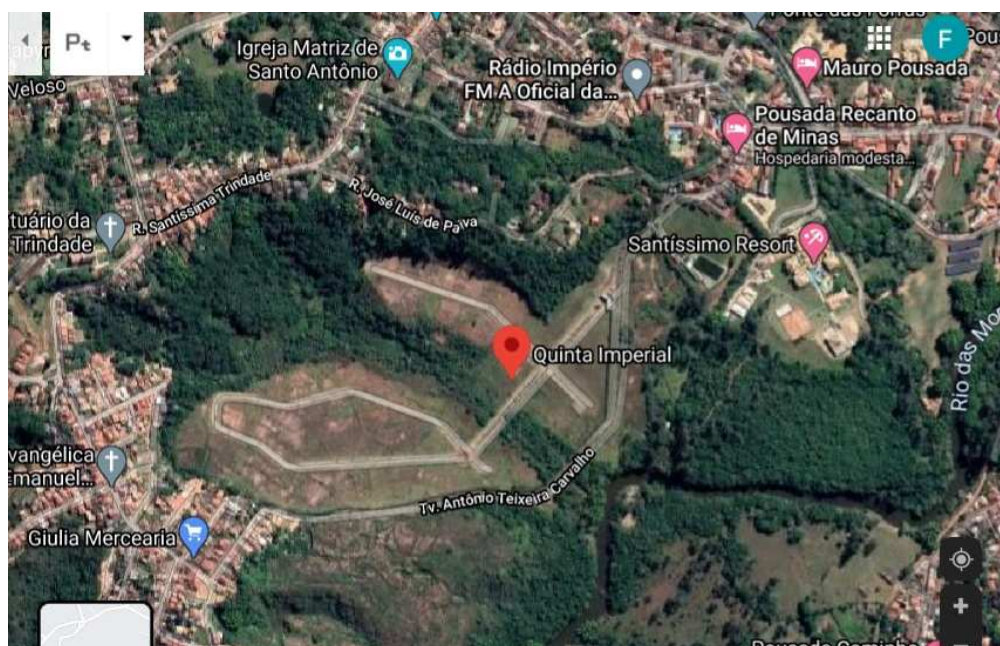


Figura 32: Faixa de ocupação do Condomínio Quinta Imperial e o Santíssimo Resort
Fonte: Google Maps (2020)

As duas figuras a seguir representam os bairros Mococa e Alto da Torre que, durante as entrevistas, foram apontados como os bairros de maior concentração dos tiradentinos que saíram do centro histórico. Observa-se a desigualdade social e espacial em relação ao centro histórico de Tiradentes. Nas cidades turísticas como Tiradentes, bairros periféricos se tornam imperceptíveis ao olhar do turista que está voltado para o centro histórico.



Figura 33: Bairro Mococa (Recanto da Serra) – s/d

Fonte: Rodrigo Neves (2013)



Figura 34: Bairro Alto da Torre –s/d

Fonte: Rodrigo Neves (2013)

O deslocamento para outras localidades é resultante de um processo de desterritorialização sofrida pelo tiradentino, uma exclusão socioespacial. Pressupõe-se isso por entender que a disponibilidade de recursos para uma comunidade está associada ao território em que vive, no seu próprio contexto socioespacial (CORIOLANO, 2006; HAESBAERT, 2011). Assim, compreende-se que o tiradentino é totalmente privado dos serviços do seu território de origem, configurando-se aqui como um dos grandes efeitos socioespaciais da atividade turística em Tiradentes. O centro histórico de Tiradentes, após o advento do turismo, no decorrer das três últimas décadas, adquiriu uma configuração urbana totalmente voltada para a atividade turística, afastando o tiradentino do seu território de origem. Essa nova configuração espacial do centro histórico é percebida pelo morador conforme trecho a seguir:

Hoje, você não vê mais nada em Tiradentes. Hoje está tudo refinado. Antigamente, tinha os botecos onde a gente comia os “tira-gosto” e tomava a nossa pinguinha. Antigamente, tinha um bar que vendinha um bolinho de feijão, especial, e a gente conhecia toda a freguesia. Você sabia quem podia comprar fiado ou não (B4-F18).

Outro fator relevante com a nova configuração espacial do centro histórico é a especulação imobiliária. Observou-se que a revitalização do centro histórico, antes degradado, e a substituição das residências de forma gradativa para usos comerciais, resultaram na valorização dos imóveis e, conseqüentemente, na especulação imobiliária e na migração da população para área periférica. A especulação imobiliária é algo factível em Tiradentes. Para os tiradentinos a venda das casas no centro histórico representou um negócio lucrativo.

Agora pensa comigo: uma cidade que tem uma especulação imobiliária muito alta. Os preços das casas chegam a oitocentos mil a dois milhões de reais. E aí você pensa comigo, somos quatro irmãos e meus pais faleceram. Eu vou conseguir comprar a parte das minhas irmãs? Nunca!! Então, vendemos há um milhão e dividimos duzentos e cinquenta mil para cada. Tenho filhos na faculdade, e minhas irmãs também. E isso acontece em todo o centro histórico. E não há como segurar. Hoje, tem casa no centro histórico que é vendida a oito milhões de reais (B5-F1).



Figura 35: Casa a venda no centro histórico

Fonte: Sousa (2017)

Destaca-se que ainda é notória a venda de casas no centro histórico. Em pesquisa realizada no site de uma imobiliária local, as casas com um pavimento, três quartos, sala cozinha, banheiro e um pequeno quintal estão avaliadas em R\$1.300.00,00 e R\$ 1.400.000,00. Em contato com as imobiliárias locais, não foi possível obter dados comparativos para verificar a hipervalorização dos imóveis nos últimos dez anos. Contudo, segundo Campos (2013), nos últimos anos a valorização dos imóveis foi de 400%, sendo que a maioria não possui mais uso residencial. Esse deslocamento do tiradentino contribuiu para a segregação territorial e perda identitária. Em Tiradentes fica evidente o dinamismo do processo de turistificação, transformando o centro histórico pelo processo de gentrificação turística, resultando na reconfiguração da identidade.

O que me incomoda é a perda da identidade. Vou te dar um exemplo, todo dia 24 de junho a população de Tiradentes se reunia no Largo das Forras para a Festa de São João. Hoje, tem encontro de moto. E aí? Isso me incomoda. Quer outro exemplo? Tiradentes é uma cidade tradicional, conservadora e extremamente católica. Na sexta-feira da paixão era comum as pessoas colocarem as toalhas nas janelas, fecharem as portas do comércio enquanto a procissão está passando. É uma questão de respeito e tradição. Isso se perdeu. Isso me incomoda (...) Outro exemplo, é comum na festa de São Francisco de Paula, no café-da-manhã de São Francisco

soltar foguetes (...) Porém eu não posso esquecer das minhas raízes. Essa é a minha essência (B5 – F1).

A reconfiguração identitária pode ser compreendida como a desestruturação da identidade social que, no caso do tiradentino, dificilmente será reconstruída frente ao contexto proporcionado pela atividade turística. A desterritorialização resulta na perda da significação socioespacial fazendo com que a população local tenha que se resignificar, se adaptar ao novo contexto social. Assim, a partir do processo de reconfiguração identitária vivenciada pelo tiradentino, compreende-se que a relação entre território e construção social. O território ganha novas funções e formas a partir da ação de grupos sociais além da relação simbólica, quando reestruturado passa a ter outros significados, outra simbologia, para a população local (CORIOLANO, 2006; NEVES, 2013). Migrando para a área periférica o tiradentino rompeu com as tradições culturais, principalmente as de cunho religioso, migrando para outro espaço, adaptando-se a um novo ambiente, criando novas simbologias e resignificando as raízes identitária de outrora.

É comum na festa de São Francisco de Paula, no café da manhã de São Francisco soltar foguetes. Daí teve uma reunião e teve dono de hotel que reclamou que acorda os hóspedes. Daí eu falei meu senhor, minha família está em Tiradentes há mais de 150 anos, isso já existe há muito tempo. O senhor tem que se adequar à cidade e não eu ao senhor. Quando o senhor chegou isso já existia (B5-F1).

O trecho da entrevista evidencia a preocupação e o incômodo de um morador com a perda da identidade cultural do tiradentino. Além disso, evidência a relação conflituosa com a chegada de moradores em Tiradentes. Esse conflito entre morador e empresário, em parte, decorre de um sentimento de invasão do território por parte do com o incentivo do poder público local, o espaço apropriado pelo empresário torna-se valorizado e transformado para o turismo. No processo de turistificação, não houve preocupação do poder público em preservar a identidade cultural do tiradentino. Assim, o poder público foi e continua sendo negligente no processo de segregação.

Teve uma reunião na ASSET e um dos comentários é que a festa do carnaval acabou altas horas e tinha hóspede. Daí eu falei, meu senhor, Tiradentes tem quatro festas para o povo, para o povo pobre: Carnaval, Réveillon, Festa da Santíssima Trindade e Semana Santa. As demais festas são para turistas. O povo custa a participar. Isso sempre existiu, agora o senhor quer que o tiradentino não usufrui porque o senhor tem hóspede? Agora vou fazer uma pergunta para o senhor: quando tem encontro de moto também me incomoda. Porque também não para uma hora? Porque o senhor tem hospede, né? Então o senhor pode. Eu não, né? Tem que respeitar a identidade de um povo (B5-F1).

Ressalta-se que no novo território, o tiradentino trouxe consigo a memória e alguns costumes que hoje estão se perdendo, principalmente os ritos religiosos. Para exemplificar, uma das festividades mais tradicionais da cidade é a festa em honra à Santíssima Trindade, que culmina com uma procissão. Antes, esse evento concentrava-se no centro histórico e o tiradentino decorava a fachada das casas com toalhas e flores. Hoje, com a saída do tiradentino do centro histórico para a área periférica, a procissão expandiu o seu trajeto e os tiradentinos que se reterritorializaram trouxeram a tradição de enfeitar a fachada das casas para a passagem da procissão. As figuras a seguir demonstram a expansão do trajeto e a tradição de decorar a fachada das casas.



Figura 36: Casa enfeitada para a passagem da procissão da Santíssima Trindade

Fonte: César Reis. Acervo pessoal. Perfil do Facebook.



Figura 37: Divulgação do trajeto da procissão – Ano: 2020

Fonte: César Reis. Acervo pessoal. Perfil do Facebook.

Para os ex-moradores do centro histórico, a identidade foi perdida com o desenvolvimento do turismo. O centro histórico era essência e o espaço vivido pelo tiradentino. Parte de suas tradições identitárias foi se perdendo com a formação do centro histórico com o turismo, reconfigurando-se em novo território. Compreende-se que a identidade vincula-se com o plano vivido. Todo o tecido social, a cultura local, construída desde o período aurífero sofreu fissuras com a consolidação do turismo em larga escala. Mesmo na busca da resignificação de sua identidade no novo território, o tiradentino carrega consigo o saudosismo da vida de outrora.

Memória é uma coisa que tenho muita. Tenho saudade da chuva pingando no sobrado, do cheiro da chuva, faz lembrar minha infância, de brincar no centro histórico, de pegar mamonas, de brincar nas igrejas. Isso eu tenho! Bem infantil, mas cheio de riqueza. É de uma forma muito pura. Muito rica culturalmente. Eu tive o privilégio, sabe....de brincar dentro das igrejas. O museu Pe. Toledo era meu lugar favorito de brincar de pique - esconde. Meu pai era músico e eu acompanhava meu pai nos ensaios da orquestra nos sobrados dos Ramalhos. Eu era sineiro. Eu não escolhi isso. Eu fui escolhido (B4-F10).

Pois nasci, fui criada aqui e cada cantinho de Tiradentes, principalmente da parte histórica fazem parte das minhas memórias, da minha vida, por isso o saudosismo é algo impossível de não sentir... Foram muitas festas religiosas e não religiosas, e eventos que fazem parte das minhas lembranças em Tiradentes (B4-F13).

Nos dois trechos acima é possível identificar a inter-relação entre os processos concretos e simbólicos. A referência da infância com as edificações como o sobrado, a igreja e o museu, representa o lugar e a relação com a música e as festas religiosas, são elementos concretos de valor simbólico para o morador. Tudo isso foi perdido com o desenvolvimento do turismo. Também é perceptível o valor sentimental com os bens materiais e imateriais. As figuras a seguir demonstram o estilo de vida do tiradentino que é retratado nos dois trechos anteriores (B4-F10 e B4-F13).



Figura 38: Crianças brincando no centro histórico – s/d

Fonte: IHGT – Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes



Figura 39 : Banda da tradicional família Ramalho – s/d - Acervo particular

Fonte: IHGT (Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes)

Analisando a vida do tiradentino, compreende-se que o turismo promoveu o desenvolvimento econômico no município por ser uma fonte econômica e de geração de emprego e renda. Contudo, o centro histórico deixou de ser o lócus das práticas sociais do tiradentino. Com a migração do tiradentino para a periferia, o centro histórico se tornou um

lugar turístico (FRATUCCI, 2000). O turismo se materializou no centro histórico, criando estruturas fixas como: meios de hospedagem, serviços de alimentação, agentes de receptivos, guias de turismo, locais e instalações para entretenimentos, e infraestrutura de apoio (serviços de comunicações, transportes, segurança, etc.) resultando no processo de gentrificação turística que é um processo consequente do processo de turistificação.

Conforme apontado por Mendes (2017), fica evidente na cidade de Tiradentes que a gentrificação transformou o centro histórico em local de consumo, além da substituição das funções tradicionais da habitação para uso comercial, consumo e lazer. Os atores responsáveis por este processo são os empresários e o poder público municipal que por meio do empresariamento urbano permitiram que o centro histórico fosse esvaziado de sua população original, causando a segregação espacial, a perda identitária. O turismo se apropriou dos bens materiais e imateriais, das edificações, inserindo Tiradentes no contexto do mundo capitalista (LEFEBRE, 2000; HARVEY, 2008). Dessa forma, os aspectos concretos da gentrificação turística em Tiradentes tornam-se evidentes e sendo compreendidos como: reconfiguração do espaço urbano, refuncionalização do centro histórico, mercantilização do patrimônio, aumento do valor dos imóveis, geração de emprego e renda, investimentos que proporcionaram a preservação do patrimônio edificado, desterritorialização e (re)territorialização do tiradentino, formação de classe dominante, elitização, exclusão e segregação dos tiradentinos que migraram para a periferia, resultando na reconfiguração da identidade, dos valores em relação ao lugar que viviam no centro histórico.

Quadro 12: Aspectos identificados em Tiradentes (MG)

	Aspectos apontados Luchiari (2006) e Gonzáles (2014)	Aspectos identificados em Tiradentes
POSITIVOS	<ul style="list-style-type: none"> desenvolvimento econômico - maior circulação de dinheiro - maior investimento em infraestrutura - geração de emprego - incentivo a outras atividades econômicas -proteção do patrimônio, paisagens urbanas e centros históricos em vias de desaparecer - investimentos na conservação e proteção de áreas ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> - geração de emprego e renda - preservação do patrimônio edificado
NEGATIVOS	<ul style="list-style-type: none"> - novos usos às edificações - elevação de valor do solo urbano e dos imóveis - perda das tradições locais - perda de autenticidade dos bens materiais e imateriais - inacessibilidade da população local de baixa renda que abandonam essas áreas - segregação sócio-espacial 	<ul style="list-style-type: none"> - reconfiguração do espaço urbano refuncionalização do centro histórico -mercantilização do patrimônio - aumento do valor dos imóveis - desterritorialização e (re)territorialização - formação de classe dominante - elitização exclusão e segregação dos tiradentinos - reconfiguração da identidade, dos valores, tradições

Fonte: Elaboração própria

Neste contexto da gentrificação, pode-se dizer que o centro histórico de Tiradentes (MG) se configura como um shopping (LEITE, 2007). Essa homogeneização do patrimônio edificado e dos espaços públicos pra atender a demanda turística gerou duas centralidades na cidade: uma para atender o turista outra para atender a comunidade. O afastamento da população para áreas mais periféricas promoveu a perda de parte de elementos identitários do tiradentino. Isso torna-se um fator preocupante, pois é um processo característico da urbanização turística e do modo de produção capitalista (HARVEY, 2008; LEFEBVRE,1991).

Neste sentido, evidencia-se a importância de discutir o desenvolvimento do turismo local envolvendo todos os atores nessa dinâmica do turismo. O desenvolvimento da localidade não deve estar pautado apenas nos interesses econômicos da classe dominante, dos detentores do capital, do poder público, mas da população local que quando não contemplada neste processo de planejamento é a que mais sente e sofre as consequências. Tal fato fundamenta a

necessidade de ter uma atuação do poder público trabalhando a favor de uma integração da comunidade nas decisões pertinentes ao desenvolvimento do turismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender os efeitos socioespaciais do turismo em Tiradentes – MG a partir da atividade turística, surgida na cidade na década de 1970 . Assim que o turismo consolidou-se como a principal atividade econômica na cidade, as modificações socioespaciais tornaram-se intensas para atender aos interesses de um grupo de empresários focados na comercialização do destino. Novos usos dos espaços e das edificações no centro histórico foram estabelecidos, criando outra dinâmica na cidade. O processo de gentrificação torna-se evidente bem como a segregação socioespacial. Somada a estes fatores, parte da identidade do tiradentino é comprometida num processo em que a cidade se torna um cenário imagético para o turismo. As políticas de turismo implantadas na cidade demonstram fomentar ainda mais o desenvolvimento econômico a partir da comercialização, marketing urbano e competitividade entre destinos da região. As diretrizes preservacionistas estabelecidas focam na preservação do patrimônio para o fomento do turismo. A priori, como identificado neste estudo, os efeitos socioespaciais mostram-se recorrentes e inelimináveis num contexto em que cidades históricas adotam a mercantilização e financeirização do patrimônio histórico em prol do turismo.

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizou-se da abordagem qualitativa sendo esta pesquisa classificada como descritiva. A coleta de dados compreendeu a pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semiestruturadas, utilizando-se de um roteiro dividido em cinco blocos: técnicos do IPHAN da subseção de Tiradentes, representantes do poder público municipal, empresários, população local e Conselho Municipal de Turismo. A técnica da entrevista utilizada foi a “bola de neve” (*snowball*) o que favoreceu aproximação a potenciais participantes para a entrevista. A análise de dados empregada foi a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), sendo fundamental para a categorização e inferências a partir dos dados coletados. O método de investigação utilizado foi o estudo de caso, pois sendo Tiradentes o objeto de estudo possibilitou compreender os efeitos do turismo na formação socioespacial da cidade.

Neste sentido, primeiramente, buscou-se caracterizar a formação urbana de Tiradentes que corresponde ao período do Cielo do Ouro ao advento do Turismo, sendo 1702 a 2020. Por este recorte temporal foi possível resgatar aspectos da formação do traçado urbano de Tiradentes, desde o período aurífero até o advento do turismo. Identificou-se que, historicamente, o traçado urbano de Tiradentes foi sendo formado com a chegada de mineradores que com o incentivo da coroa portuguesa ocuparam o interior das Minas para

exploração do ouro. Na medida em que os mineradores se instalaram na região, relações sociais e comerciais eram estabelecidas sendo fundamental para o desenho do traçado urbano sobre o território, sendo que muitas características deste traçado se mantêm até a atualidade. Posteriormente, com a crise aurífera, houve um esvaziamento da cidade que colaborou para a manutenção das edificações que se encontravam em condições de abandono.

Com o propósito de salvaguardas esse patrimônio histórico “abandonado” o governo federal, percebendo o potencial econômico do patrimônio cultural e edificado tanto para os municípios quanto para a União, criou programas de preservação do patrimônio por meio de financiamentos, visando o incentivo ao turismo cultural e o desenvolvimento econômico das cidades históricas brasileiras. No caso da cidade de Tiradentes, um dos marcos que favoreceram o surgimento do turismo, por ação governamental, foi a construção da BR 265 que ligou a cidade às principais capitais da região Sudeste: Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. A melhoria da acessibilidade para a cidade favoreceu o aumento do fluxo de turistas e, desde então, o processo de turistificação em Tiradentes incidiu de maneira mais direta sobre o centro histórico, transformando não apenas a distribuição espacial da população tiradentina, que cada vez mais se concentra em bairros periféricos, mas também a própria rotina do centro histórico, que muitas vezes se tornam estranhos aos próprios habitantes.

Neste contexto, já na década de 1970, Tiradentes assume a atividade turística como eixo de desenvolvimento econômico, tornando-se mais agudo nas últimas décadas, e com consequências diretas sobre a configuração socioespacial do município. Partes significativas das casas foram vendidas pelos moradores para investidores de outras regiões que viram nas edificações do centro histórico a oportunidade de implantar seus negócios como lojas, restaurantes, hotéis e pousadas. Como consequência, a população tiradentina passou por um processo de mudança para a periferia, tornando o centro histórico palco e cenário para o turismo, acentuando mais ainda o processo de gentrificação.

Essa ambiência para o turismo encontrou suporte nas parcerias entre o setor público municipal e o setor privado, sendo o poder público o grande incentivador e fomentador da mercantilização do patrimônio edificado. Neste cenário favorável, o empresariado local se organizou com a criação da ASSET (Associação Empresarial de Tiradentes) que se configura como um grupo forte e coeso de empresários com poder de decisão e influência, visto que é constituído pelos detentores do capital e geradores de emprego e renda na cidade de Tiradentes. O empresário e o poder público local são atores dominantes que exercem influência nas decisões tomadas. A população tiradentina está sob o domínio de uma classe dominante constituída por pessoas que vieram de fora.

Num espectro em que as relações de poder se mostram totalmente assimétricas, mostra-se mister a importância da atuação do poder público na elaboração de políticas públicas de turismo mais coerentes com as necessidades da localidade, diminuindo as divergências de interesses econômicos, sociais, culturais e ambientais dos atores envolvidos no processo. Neste sentido, ao se analisar a política de turismo no município identificou-se que são políticas voltadas para o desenvolvimento econômico, comercialização, promoção e marketing do destino e segue as diretrizes da política estadual e nacional de turismo. Identificou-se que não há uma correlação desta política com a dinâmica socioespacial provocada pelo turismo na cidade. Tal fato demonstra a importância de elaborar e implementar políticas de turismo de forma participativa com o envolvimento das instâncias de governança local, o poder público, juntamente com a população local, com o objetivo de implementar políticas de turismo adequadas com a realidade de município, garantindo um desenvolvimento mais sustentável, pois muitos dos efeitos positivos, como a preservação do patrimônio, geração de emprego e renda, podem se tornar inversos pela falta de um planejamento turístico adequado.

Quanto às diretrizes preservacionistas, identificou-se uma atuação expressiva do IPHAN, visando garantir a preservação do patrimônio na cidade, por meio de um documento normativo, dividiu o território em oito setores que foram caracterizados segundo sua relação com a história de ocupação do território e segundo sua conformação atual, para os quais são propostos normas e critérios diferenciados. A criação deste documento foi uma forma que o IPHAN conseguiu para delimitar a área tombada e salvaguardar o acervo arquitetônico e paisagístico, definir melhor a sua área de atuação e também uma forma de monitorar o crescimento no território visto que a cidade de Tiradentes nas últimas décadas, em um curto espaço de tempo, sofreu uma expansão territorial significativa.

Contudo, tais medidas não foram suficientes para amenizar os impactos do empresariamento urbano ocorrido na cidade, bem como os impactos da gentrificação que decorreu das mudanças no centro histórico de Tiradentes para atender a demanda do turismo. Além disso, parte do que alimenta o caráter identitário se perdeu no processo de gentrificação, sobretudo aqueles que alijam o tiradentino dos espaços de manifestação cultural ligados a fé. Como consequência, são frequentes as narrativas saudosistas. Tal situação demonstra que as diretrizes preservacionistas do patrimônio estão direcionadas para o consumo e desenvolvimento do turismo cultural.

Ademais, a intenção não é apontar o lado negativo ou positivo do turismo, mas ressaltar os efeitos decorrentes das dinâmicas socioespaciais causados por essa atividade que

por décadas vem favorecendo o desenvolvimento econômico de diversas cidades como demonstra os estudos desenvolvidos por autores Lucchiari (2006), Gonzáles (2014), Paes (2017), Mendes (2017; 2018) dentre outros. Assim, os efeitos socioespaciais do turismo em Tiradentes são identificados como reconfiguração do espaço urbano, refuncionalização do centro histórico, mercantilização do patrimônio, aumento do valor dos imóveis, geração de emprego e renda, investimentos que proporcionaram a preservação do patrimônio edificado, desterritorialização e (re)territorialização do tiradentino, formação de classe dominante, elitização, exclusão e segregação dos tiradentinos que migraram para a periferia, resultando na reconfiguração da identidade, dos valores em relação ao lugar que viviam no centro histórico. Os tiradentinos, no processo de (re)territorialização, tiveram que se adaptar não apenas aos novos habitats, mas também à própria transformação pela qual o centro da cidade foi submetido. Neste âmbito, os efeitos socioespaciais do turismo, que se constituem como objeto deste estudo, mostraram-se inelimináveis. À medida que o turismo ganha força, mais se evidencia seus efeitos sobre o espaço e as relações ali estabelecidas.

Por fim, este estudo representa uma importante contribuição em pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do turismo e as transformações socioespaciais, pois sinaliza como que a falta de interação entre o poder público, empresários e população local, nas tomadas de decisões e na estruturação de políticas públicas de turismo e desenvolvimento urbano, prejudica o desenvolvimento de uma localidade. Como futuras pesquisas sugere-se uma avaliação da governança de uma localidade, associada ao desenvolvimento do turismo, bem como na elaboração e implantação das políticas públicas de turismo e as implicações socioespaciais dessa atividade. Tal sugestão é por compreender a influência que os mecanismos de gestão exercem sobre o planejamento turístico. Nesse sentido, seria importante que os estudos proponham modelos de governança com um melhor controle do desenvolvimento do turismo, elaboração e implantação de políticas públicas de turismo, sobre a configuração do espaço, garantindo de forma sustentável e democrática o desenvolvimento do turismo local. Além disso, que esses estudos não se atenham apenas a nível local, mas regional, nacional e internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, J. A. B. Lugar Turístico e Território Usado: contribuições teóricas ao estudo do turismo a partir da geografia de Milton Santos. *INTERESPAÇO: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v.4, n. 13, p. 197-221, 2018.

BATISTA, E.C;MATOS,L.A.L;NASCIMENTO,A.B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v.11, n.3,p.23-28,2017.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edição Revista e Atualizada. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOTELHO, A. A produção do Espaço e o Empresariamento Urbano: o caso de Barcelona e seu fórum das culturas de 2004. *GEOUSP-Espaço e Tempo*, n. 16, p.111-124, 2004.

BRAGA,S.deS.;G.V.M.de; BARBOSA,M.F.P.;MALTA,G.A.P. A expansão urbana e novas centralidades no contexto regional metropolitano: reflexões sobre geografia urbana e turismo. *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, p.137-156, jan-mar, 2019.

CAMPOS; H. R. Gentrificação na área central de Tiradentes- MG. In: *Mercator*, v.12, n.29, Fortaleza, set/dez.2013, p.69-87.

CAMPOS, H. R. *Transformações urbanas recentes em Tiradentes-MG: anos 80 e 90 do século XX*. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, USP, 2006.

CARVALHO, A. F. Políticas Públicas em Turismo no Brasil. *Sociedade e cultura*, vol.3, n.1-2, p.97-109, jan-dez,2000.

CARVALHO, C. M. B; COSTA, S. R. da; COSTA, F. S. Políticas Públicas de turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país. *SEGeT– Simpósio Brasileiro de Gestão e Tecnologia*, outubro 2013.

CAVALCANTI, J.S.B. Ressignificação dos Territórios em um Contexto de Globalização. In: CAVALCANTI, J.S.B; Wanderley, M.N.B; NIEDERLE,P A. *Participação,Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Pernambuco: Editora UFPE,p.103-134,2014.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: Rosendhal, Z.;CORRÊA, R.L. (Org). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p.149-168,1999.

CORDEIRO, M. I. S. *Lugares Turísticos, Cidades Turísticas: Fenômenos de transformação urbana*. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, ISCTE: Instituto da Universidade de Lisboa, 2018.

CORIOLOANO, L. N. M.T. Turismo: prática social de dominação e apropriação de territórios. In: América Latina: cidade, campo e turismo. *CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais*, p. 367-378, 2006.

CORREIA, R.L. A Dimensão Cultural do Espaço: alguns temas. *Espaço e Cultura*, v.1,out,p.1-22,1995.

CRESPI-VALLBONA, M.; MASCARILLA-MIRÓ,Ó. Lá transformación y gentrificaci3n turística deesp3cio urbano. El caso de La Barceloneta (Barcelona). *EURE*, v.44, n.133, p. 51-70, 2018.

CRUZ, Rita C. A. *Políticas de Turismo e território*. São Paulo, Contexto: 2000.

CRUZ, Rita C. A. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: território usado, território negligenciado.*GEOSUL- Florianópolis*, v.20, n.40,p.27- 43,jul/dez, 2005.

DIAS, R. *Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

DYE, T. R. *Understanding public policy*. 12ª ed. Pearson Prentice Hall, 2008.

EMMENDOERFER, M. L; SILVA,L. F. T. B.; EMMENDOERFER, M.L.; COLAÇO, P. A Formação dos Circuitos Turísticos Mineiros: Uma Política Descentralizada e Democratizante. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*.v.2, n.4, p.1-18.dez.2007.

EMMENDOERFER, M. L; SILVA, F.C.; LIMA, A. T.F.C. Evidências de inovação social na gestão pública do turismo em Minas Gerais – Brasil: Modelo de Circuitos Turísticos em Análise. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. v.9, n.2, p. 397-410, 2011.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires:CLACSO,p.133-168,2005.

FONTANELLA, B.J.B; RICAS,J.;TURATO, E.R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativa em saúde: contribuições teóricas. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.17-27, 2008.

FONTOURA, L. M; ANDRADE, S. A. Turismo e Geografia: O Planejamento Territorial do Turismo. *II Fórum Internacional de Turismo no Iguaçu*, Foz do Iguaçu, Jun,2008.

FRATUCCI, A. C. Os lugares turísticos: território do fenômeno turístico. *GEOgrafia*, ano II, n.4, p. 121-133, 2000.

FRATUCCI, A. C. Os processos de turistificação dos espaços e atuação dos seus agentes produtores. *X ENTBL*, João Pessoa, p. 1-12, 2007.

FRATUCCI, A.C. *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. 308f (Tese) – Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ, 2008.

FRATUCCI, A. Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo*. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, p.87-96, 2014.

FRIDMAN, F; ARAÚJO, A. P. S.de; DAIBERT, A. B. D. Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil. Três estudos de caso (1973-2016). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*, São Paulo, v.21, n.3, p. 621-638, dez. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Lei Hobin Hood. Disponível em:
<<http://fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood>> Acessado em: 10 de agosto de 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Lei Hobin Hood. Disponível em:
<<http://fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias>> Acessado em: 19 de janeiro de 2021.

GAGO, A.; COCOLA-GANT, A. *O Alojamento local e a gentrificação turística em Alfama*. Lisboa, 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZÁLES, M. V. P. Governanza turística: ¿Políticas públicas innovadoras o retórica banal? *Caderno Virtual de Turismo*. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, p.9-22, 2014.

Google Maps. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=mapa+da+cidade+de+tiradentes+mg&source=lmns&bih=526&biw=1093&hl=pt-BR&ved=2ahUKEwiDq9i-IZXqAhXhArkGHUxcAQEQ_AUoAHoECAEQAA> Acesso em: 22 de junho de 2020.

Guia Melhores Destinos. Disponível em: <<https://guia.melhoresdestinos.com.br/largo-das-forras-205-5801-1.html>> Acesso em: 10 de agosto de 2020.

GOTHAM, K. Tourism gentrification: The case of new Orleans' vieuxcarre (French Quarter). *UrbanStudies*, v. 42, n.7, p. 1099–1121, 2005.

GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F.; COSTA, C. F.; KNOPP, G. Articulações em rede e acontecimento no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. *Cadernos EBAPE.BR*, v.8, n.3, art.1, p.388-403, 2010.

HAESBAERT, R. Território e Desterritorialização em Deleuze e Guatarri. In: HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p.35-98, 2011.

HARVEY, D. Right to the City. *New Left Review*, v. 53, sep/oct, p. 23-40, 2008.

HOWLLET, M; CASHORE, B. *Conceptualizing Public Police*. In: ENGELI, I; ALLISSON, C.R. (orgs): *Comparative Police Studies*. Londres: Palgrave Macmillan, 1ª ed., 2014, pp. 17-33.

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, Anthony. *Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IKEDA, A.A.; OLIVEIRA, T.M.V; CAMPOMAR, M.C. A tipologia do método do caso em administração: uso e aplicações. *O&S*, v.12,n.34, julho/setembro, 2005.

IMOBILIÁRIA TETO. Disponível em: <<http://www.teto-imeveis.com/imovel/780990/casa-venda-tiradentes-mg-centro>> Acessado em 06 de agosto de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tiradentes/panorama>>. Acesso em: 22 de junho de 2020.

IPHAN. Proposta de critérios e normas de proteção para sítio histórico de Tiradentes. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA. Tiradentes: Escritório Técnico do IPHAN, 1997.

KINGDON, J.W. *Agendas, alternatives, and public policies*. Boston: Little, Brown, 1984.

LAZARONI, A. R.B. *Política Pública de Turismo, Incentivo Fiscal e Desenvolvimento de Destinos Turísticos*. Departamento de Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

LEFEBVRE, H. Social Spaces. In: LEFEBVRE, H. *The production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LEITE, R. P. Lugares da Política e Consumo de Lugares: nação e patrimônio cultural. In: Leite, R. P. *Contra-usos da Cidade*. Campinas: Editora Unicamp, 2ª Ed, p.34-95, 2007.

LEITE, R. P. Usos e Contra-usos: a construção dos lugares no espaço público. In: LEITE, R. P. *Contra-usos da Cidade*. Campinas: Editora Unicamp, 2ª Ed, p. 212-283, 2007.

LÖW, M. The Constitution of Space: the structuration of space through the simultaneity of effect and perception. *European Journal of Social Theory*, v.11, n.1, p.25-49, 2008.

LUCHIARI, M. T. D. P. Centros Históricos – Mercantilização e Territorialidades do Patrimônio Cultural Urbano. *GEOgraphia*, ano 7, n 14, 2006.

MARQUES, A.B.S. *Desdobramentos do desenvolvimento do turismo na configuração espacial de Pirenópolis (GO)*. Departamento de Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

MATA, G.M.F. *Conselhos Gestores como mecanismo de controle: Uma análise em Destinos Turísticos*. Departamento de Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

- MATA, G.M.F.; EMMENDOERFER, M.L. Igualdade Participativa e Políticas Públicas: O Caso dos Conselhos Gestores de Turismo de Ouro Preto e Tiradentes, Minas Gerais, Brasil. *Rev. Anais Bras. de Est. Tur/ ABET*, Juiz de Fora, v.7, n.1, p.103-114, jan/abr, 2017.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A.A. (Org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus Editora, p.176-184, 2000.
- MEDIOTTE, E.J. *Avaliação da Governança em Instâncias Deliberativas Coletivas e sua Relação com o Planejamento Turístico no Município de Tiradentes (MG)*. Departamento de Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020.
- MEETHAN, K. Consuming (in) the civilized city. *Annals of Tourism Research*, v. 23, n. 2, p. 322-340, 1996.
- MENDES, L. A Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos Metrópole*, Vol.13, nº26, p. 479-512, 2017.
- MENDES, L. Gentrificação e Turistificação em Lisboa: da financeirização das políticas urbanas à luta urbana. *e-metrópole*, nº35, ano 9, p. 65-70, 2018.
- MENDES, L. Gentrificação e turistificação da cidade ou...É a financeirização da habitação, estúpido!. *O Jornal Econômico*, p.05-15, 2017.
- MINAYO, M.C. de S. Amostragem e Saturação em pesquisa qualitativa: Consensos e Controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v.5, n.7, p-01-12, abril, 2017.
- Mtur - Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes políticas*. Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo. Brasília, 2004.
- Mtur – Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2018-2022. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2020.
- MELLO, J.B.F. Símbolos dos lugares, dos Espaços e dos Deslugares. *Espaço e Cultura*, n.23, Edição Comemorativa, 1993-2008, p.167-174, 2008.
- MURTA, R. S. A transformação do espaço urbano em função do turismo. In: *V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, 2008, Belo Horizonte, MG.
- NASCIMENTO, A. M. V. do; ROCHA, L. K. S.; AZEVEDO, F. F. de; MORAIS, I. R. D. *Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 388-407, abril de 2013.
- NEVES, R.; CARNEIRO, J. E. Empreendedorismo e marketing urbano: a mercadorização do centro “histórico” de Tiradentes, Minas Gerais, na ótica do turismo. *Cenário*. v.2, n.2, Brasília, p.65-81, 2014.
- NEVES, R. *História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012)*. (Dissertação de mestrado).

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, MG, 2013.

Organização Mundial do Turismo. Disponível em: <<https://www.unwto.org/>> Acesso em: 30 de jan.2020.

PAIVA, R. N. O Turismo e as práticas sociespaciais. *Revista Turismo e desenvolvimento*, nº 17/18, p. 1013-1024, 2012.

PAES, M.T.D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *Geosp – Espaço e tempo* (Online), v. 21, n.3, p.667-684, 2017.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. A Trajetória das Políticas Públicas de Turismo Brasileiras 1930-2010. *XXXV Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro. Set.2011.

PIMENTEL, T.D; PIMENTEL, M.P.C; VIDAL, J.P. Políticas públicas de turismo numa perspectiva normativa comparada: os casos de Brasil e Espanha. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. v.15, n.2, p.293-310, 2017.

PIRES, F.M; FERREIRA; M. A. T. Percepção sobre a interpretação do patrimônio edificado em Tiradentes. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*. 2º semestre, p. 1-23, 2007.

POLLICE, F, O papel da Identidade Territorial nos Processos de Desenvolvimento Local. *Espaço e Cultura*, n.27, jan/jun, p.7-23, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES. *Plano Diretor Participativo do Município de Tiradentes*, 2015.

QUEIROZ. M. G. S. *Tiradentes – Minas Gerais: Imagens IPHAN*. Programa Monumenta. Brasília, DF, 2010.

RUA, M. G; ROMANINI, R. —*As Abordagens das Políticas Públicas* (Unidade V), In: Para Aprender Políticas Públicas – v.1, Conceito e Teorias. Brasília: IGEPP, 2013.

SANTOS, M. O Lugar e o Cotidiano. In: SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EdUSP, 4ª Ed, 2008.

SANTOS, M. Paisagem e Espaço. In: SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: EdUSP, 6ª Ed, 2008.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Rev. Bras. de História & Ciências Sociais*. n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SCOTT, N. *Tourism Policy: a Strategic Review*. Woodeaton, Oxford: Goodfellow Publishers Limited. 2011.

SILVA, F.C. da. *A Formação de Agenda de Políticas Públicas de Turismo em Âmbito Local: os casos de Ouro Preto (MG) e Paraty (RJ)*. 226 f (Tese) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, SãoPaulo-SP, 2015.

SILVA, E. R. da. *As Transformações Socioespaciais da Cidade de Tiradentes (MG) em Função da Emergência do Turismo: Um Olhar Possível para as Décadas de 1970 e 1990*. 334 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisa e Administração, Faculdade de Ciências Econômicas. Belo Horizonte- MG, 2017.

SILVEIRA, Carlos Eduardo *et al.* Políticas Públicas de turismo e a Política no Brasil: singularidades e (des) continuidade. In: *Revista Ciência e Opinião*, Curitiba: 2006.

Site da Prefeitura de Tiradentes. Disponível em: <<http://www.tiradentes.mg.gov.br>> Acesso em: 05 de julho de 2019.

Site da Revista Departures. Disponível em:<<https://www.departures.com/travel/tiradentes-brazil-most-beautiful-town>> Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Site do IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em: 06 de agosto de 2020.

SOARES, E. B.S. *Planejamento Público Estadual e Desenvolvimento Turístico de Destinos Indutores em Minas Gerais (2007-2010)*. Departamento de Administração e Contabilidade. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, n.19, p. 93-111, 2006.

SOUSA, D. S. *O centro histórico de Tiradentes: turismo, urbanismo e patrimônio*. Relatório de Iniciação Científica. FAESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2017.

SOUZA, C. O. de; EMMENDOERFER, M.L; KNUPP, M.E.C.G; Questão Ambiental: dimensão periférica em política pública de turismo? *Revista Turismo em Análise – RTA*, v.28, n.3, p. 450-473, set/dez., 2017.

VALVERDE, R.R.H.F. Por uma perspectiva Geográfica dos Espaços Públicos: repensando a espacialidade da dimensão social. *Cultura e Espaço*, n.22, jan/dez, p.67-78, 2007.

VERGARA, S. C. *Métodos de coleta de dados no campo*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VINUTO, J. A Amostragem Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa. *Temáticas*, Campinas, n.22, ago/dez, p.203-220, 2014.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUKIN, S. *The Culture of Cities*. Oxford: Blackwell Publishers, 10th ed, cap.1, p. 1-47, 2010.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A – IPHAN – Tiradentes – MG

Bloco 1: Técnicos do IPHAN – Escritório de Tiradentes

Identificação do entrevistado

1 -Nome:

2 - Cargo que ocupa:

Informações sobre a atuação do IPHAN em Tiradentes – MG

3 – Em qual ano escritório do IPHAN se instalou em Tiradentes?

4 – Como tem sido a atuação do IPHAN no município de Tiradentes? E com a população?

5 – Quais principais trabalhos desenvolvidos quanto à preservação do patrimônio histórico?

6 – Como ocorre a execução/aprovação de projetos arquitetônicos/urbanísticos no município?

Há alguma interlocução com a Secretaria de Obras, Secretaria de Patrimônio?

7 – Qual a relação do IPHAN com a atividade turística no município?

8 – O turismo contribui para a preservação do patrimônio no município?

9 - A atividade turística descaracterizou o centro histórico em função dos processos de gentrificação? Em caso positivo, em quais pontos sofreu a descaracterização?

10 – Quais os efeitos da atividade turística no município?

APÊNDICE B – PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Bloco 2: Representantes do poder público municipal

Identificação do entrevistado

1 -Nome:

2 - Cargo que ocupa:

Informações sobre a atividade turística no município de Tiradentes – MG

3 – O município possui um Plano Municipal de Turismo? Quais são os programas e as ações previstas no Plano?

4 – Quais são as entidades, tanto do setor privado quanto público, que possuem atuação expressiva no fomento da atividade turística no município?

5 – Quais impactos econômicos que o turismo gera no município? Qual o valor da arrecadação mensal/anual com a atividade turística nos cofres públicos?

6 – Quais projetos /ações são considerados prioritários para o fomento da atividade turística no município?

8 – De que forma a população se relaciona com a atividade turística no município? A população usufrui da infraestrutura turística, dos espaços freqüentados pelos turistas, bem como participa dos eventos turísticos do município?

9 - O poder público municipal reconhece que há efeitos da atividade turística em Tiradentes? Há algum controle sobre isso? Em caso positivo, de que forma é feito o controle?

10 – Qual a relação do poder público com o empresariado local?

APÊNDICE C – EMPRESÁRIOS

Bloco 3: Empresários

Identificação do entrevistado

- 1 -Nome:
- 2 - Cargo que ocupa:
- 3 - É nativo? Em caso negativo qual a origem e quanto tempo reside em Tiradentes?
- 4- Nome do empreendimento /tipo de empreendimento:

Relação do empreendimento com a atividade turística

- 5- Quanto tempo de funcionamento do empreendimento?
- 6 – Quantos empregados diretos? Todos são moradores de Tiradentes?
- 7- O que o motivou abrir o seu empreendimento em Tiradentes?
- 8 – Os moradores usufruem do seu empreendimento? Qual a origem do seu maior público?
- 9- Há alguma forma de associação dos empreendedores do turismo em Tiradentes? Essas associações contribuem para a gestão e desenvolvimento do turismo local? De quais formas?
- 10 – Qual a relação do empresário com o IPHAN e o poder público municipal?

APÊNDICE D – POPULAÇÃO LOCAL

Bloco 4: População local

Identificação do entrevistado

- 1- Nome:
- 2- Instituição que trabalha / Atividade desenvolvida:
- 3- Nasceu em Tiradentes? Ou qual seu local de nascimento (no caso de outro município)?
- 4- Local de residência:
- 5- Há quanto tempo mora nessa residência?
- 6- Por que decidiu morar aqui?
- 7- Quais são os benefícios de morar neste bairro? E as restrições?
- 8- O espaço urbano do seu bairro representa algo para o(a) senhor(a)?
- 9- O seu bairro faz parte do circuito turístico do município? Há empreendimentos turísticos no seu bairro?

Percepção e interação com as atividades de turismo na cidade

- 10 - Como o (a) senhor (a) percebe a atividade turística da cidade? O (a) senhor (a) utiliza das áreas turísticas da cidade?
- 11 - Quais as vantagens do turismo? E as desvantagens?
- 12 – O (a) senhor (a) participa da gestão local?
- 13 - O tombamento do centro histórico representou algo para a sua vida?
- 14 - Qual é a sua percepção sobre a produção do espaço urbano no município? (Principalmente no centro histórico)/O (a) senhor (a) percebe algum processo de mudança em curso na cidade? Qual?
- 15 – O (a) senhora (a) sente-se parte do município? Há algum saudosismo em relação ao seu modo de viver no município? Por favor, relate.

APÊNDICE E – CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR

Bloco 5: Conselho Municipal de Turismo de Tiradentes - COMTUR

5.1. Identificação do entrevistado

1 – Nome:

2 - Entidade que representa no COMTUR:

Atuação do COMTUR na gestão da atividade turística no município

3 – Como tem sido a atuação do COMTUR na gestão do turismo no município?

4 – Sendo um órgão colegiado de assessoramento do poder executivo, como vem ocorrendo o relacionamento do COMTUR com a Secretaria de Turismo do município?

5 – O COMTUR exerce influência nas decisões do poder executivo?

6 – Quais foram os trabalhos mais relevantes desenvolvidos pelo COMTUR?

7 – O COMTUR possui pautas relacionadas com as modificações da estrutura urbana causada pela atividade turística? Quais?

8 – O COMTUR partilha da concepção de que há efeitos da atividade turística em curso no centro histórico de Tiradentes?

9 – Quais as vantagens da atividade turística para o município?

10 – E as desvantagens?